



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DISSERTAÇÃO

**GUARDIÕES DE SEMENTES DO SUL DO RS E A
CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA INTERSOCIAL**

Daniel Marques Aquini

Pelotas, 2015.

Daniel Marques Aquini

**GUARDIÕES DE SEMENTES DO SUL DO RS E A
CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA INTERSOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Professor Dr. William Héctor Gómez Soto

Pelotas, 2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação:
Bibliotecária Daiane Schramm – CRB-10/1881

A657g Aquini, Daniel Marques

Guardiões de sementes do Sul do RS e a construção de um sistema intersocial. / Daniel Marques Aquini; Orientador: Prof. Dr. William Héctor Gómez Soto. – Pelotas, 2015.

120 f.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia. Universidade Federal de Pelotas.

1. Biodiversidade. 2. Guardiões de sementes. 3. Sistema

Daniel Marques Aquini

Guardiões de sementes do sul do RS e a construção de um sistema intersocial

Dissertação apresentada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 08 de setembro de 2015.

Banca examinadora:

Prof. Dr. William Héctor Gómez Soto - UFPel (Orientador)

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Denise Bussoletti

Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Elaine Leite

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos

Prof. Dr. Marcus Spolle

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Banca Examinadora:

Prof. Dr. William Héctor Gómez Soto - UFPel (Orientador)

Profa. Dra. Denise Bussoletti - UFPel

Profa. Dra. Elaine Leite- UFPel

Prof. Dr. Marcos Spolle - UFPel

Dedico este trabalho aos meus pais, Thomaz e Rosa,
que sempre cuidaram de mim, como de resto de muitas outras pessoas,
e à Lorena, minha querida companheira que deu à luz
ao Lui, grande amor de minha vida.

Agradecimentos

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas que me introduziram no vasto mundo da sociologia.

Aos colegas da Turma de 2013 por compartilharem angústias, expectativas e ideias.

Ao meu Orientador, Professor Dr. William Héctor Gómez Soto, pela dedicação e compreensão frente a minhas limitações.

Ao Professor Dr. Marcos Spolle e a Professora Dra. Elaine Leite pelas importantes contribuições quando da realização do exame de qualificação.

Aos colegas da Embrapa Clima Temperado pela maneira como acolhem a todos. Ao Irajá e ao Gilberto, que se enchem de alegria quando retiram pequenas sementes de pequenos vidros, como tesouros que são, e pacientemente falam tudo sobre elas.

Aos atuais Chefes da Embrapa, Clenio Pillon, João Carlos Costa Gomes, José Dias Vianna Filho, Jair Nachtigal, Sérgio Renan Alves e Carlos Alberto Medeiros pelo apoio prestado em momentos delicados por que passei recentemente. Ao Costa pelos conselhos e ensinamentos.

Ao meu tio Joaquim e meus irmãos André e Ana pela alegria da infância dividida.

Às minhas enteadas Lua e Liz pelo sopro de rebeldia e juventude que emprestam a minha vida.

Aos amigos sempre presentes e há tanto tempo: Abner Gomes, Cláudio Medina, Renê Oliveira e Paulo Soares.

Aos guardiões de sementes, que louvam o passado e plantam o futuro de uma sociedade mais justa, generosa e solidária.

As coisas começam sempre antes.

Macedonio Fernández

RESUMO

Esta dissertação discute a constituição de um sistema intersocial, a partir da Teoria da Estruturação de Anthony Giddens, pelos guardiões de sementes que vivem na região sul do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Os guardiões de sementes destacam-se dos agricultores familiares por preservarem sementes crioulas e transmitirem ritualisticamente seus conhecimentos aos membros das comunidades nas quais vivem, obtendo seu reconhecimento e contribuindo para a perpetuação das tradições do local. São estudadas suas principais práticas, fundamentalmente no que diz respeito a sua motivação, à monitoração reflexiva das ações, análise da conduta estratégica, relações espaço-temporais e impactos de regras e recursos nas suas vidas e atividades, todos conceitos caros ao modelo explicativo estruturacionista. Trata, também, das consequências impremeditadas da ação e da produção do espaço social e suas implicações. De outra parte apresenta uma breve contextualização da legislação brasileira referente a recursos genéticos, bem como de tratados e convenções internacionais dos quais o país é signatário. Para promover uma aproximação com os objetivos da pesquisa foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com guardiões e especialistas no tema, além de análise documental da legislação pertinente e documentos resultantes de seminários e encontros dos guardiões. Por fim, vale ressaltar que os guardiões de sementes estão constituindo um sistema intersocial, conforme apregoado pela teoria da Estruturação, já que evidenciados requisitos que permitem esta conclusão.

Palavras-chave: Biodiversidade. Guardiões de sementes. Sistema intersocial. Sementes crioulas.

ABSTRACT

This dissertation discusses the elaboration of an inter-social system, from the Anthony Giddens' Structuring Theory, for Seed guardians that live in the southern region of the Rio Grande do Sul State, Brazil. The Seed guardians stand out from the family farmers for preserving native seeds and transmitting their knowledge ritually to members of the communities, in which they live, obtaining recognition and contributing to the perpetuation of local traditions. It was studied their main practices, fundamentally regarding their motivation, the reflexive actions monitoring, strategic behavior analysis, time-space relationships and rules and resources impacts in their lives and activities, all those dear concepts to structuration's explanatory model. It is also about the unpremeditated consequences actions and productions of the social space and its implications. On the other hand, it presents a brief background of Brazilian law, as well as international treaties and conventions of which the country is a signatory. To promote an approach with the research purposes, it was conducted semi-structured interviews with guardians and experts on the subject, as well as documentary analysis of relevant legislation and documents, resulting from seminars and guardians meetings. Lastly, it's important to highlight that the seed guardians are building an inter-social system, according to the Structuration Theory, as the evidenced requirements allow this conclusion.

Keywords: Biodiversity. Seed guardians. Inter-social system. Landrace seeds.

LISTA DE SIGLAS

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

Rio - 92 ou ECO - 92 - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

CF – Constituição Federal

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CDB - Convenção sobre a Diversidade Biológica

FEE - Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

FNRB - Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

IFAD - Fondo Internacional para el Desarrollo Agrícola

MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS- Ministério do Desenvolvimento Social

MPA- Movimento dos Pequenos Agricultores

MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OMC - Organização Mundial de Comércio

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PL- Projeto de Lei

PLANAPO- Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PNRB - Programa Nacional de Repartição de Benefícios

TIRFAA - Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura

DHE - Testes de distinguibilidade, homogeneidade e estabilidade

RS – Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1. BREVE CONTEXTO HISTÓRICO: bases para um melhor entendimento das motivações e práticas dos guardiões.....	19
2. ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS.....	29
2.1 SOBRE OS RISCOS NA MODERNIDADE E A TEORIA DA ESTRUTURAÇÃO.....	29
2.2 METODOLOGIA.....	45
3. QUEM SÃO E O QUE FAZEM OS GUARDIÕES DE SEMENTES.....	52
3.1 JUNTANDO AS PEÇAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO.....	52
3.2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO NORMATIVA.....	59
3.3 AS PERCEPÇÕES DOS GUARDIÕES DE SEMENTES E ESPECIALISTAS.....	67
3.3.1 SOBRE AS RELAÇÕES ESPAÇO-TEMPORAIS.....	67
3.3.2 SOBRE O CONCEITO DE GUARDIÕES DE SEMENTES E A SUA IDENTIDADE.....	72
3.3.3 SOBRE AS PRÁTICAS SOCIAIS.....	75
3.3.4 SOBRE REGRAS E RECURSOS.....	78
3.3.5 SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE O HOMEM E A NATUREZA.....	81
3.3.6 SOBRE O PROCESSO DE DISPUTA HEGEMÔNICA.....	83
CONCLUSÃO.....	88
FONTES ORAIS.....	93
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	94
APÊNDICES.....	100
ANEXOS.....	103

INTRODUÇÃO

Ainda que se detecte, principalmente na última década, a constituição de políticas públicas que procuram reconhecer e ampliar direitos dos pequenos agricultores é bem visível em suas ações a constituição de estratégias de resistência, tanto no que diz respeito à preservação e recuperação ambiental, quanto no que se refere aos avanços do capital sobre o campo e seus impactos econômicos e sociais.

Entre tais estratégias se verifica a que diz respeito à defesa e preservação da biodiversidade bem como dos conhecimentos a ela associados.

A partir deste enfoque, estudou-se os “guardiões de sementes” na região sul do RS, Brasil. Trata-se de uma parcela dos agricultores que busca preservar a biodiversidade e as tradições das famílias e comunidades nas quais vivem por meio da conservação de sementes, principalmente crioulas¹. Tal definição a respeito dos guardiões, construída a partir de um enfoque biológico, será revisitada e abordada mais detalhadamente.

Por ora interessa ressaltar a esse respeito a assertiva de Bosco (2007), que afirma serem os conceitos – serve também para as definições – algo como superpalavras. Eles resultam, segundo o autor, de uma complexa conexão de relações que, concentradas, são como que empurradas para caberem em uma ou poucas palavras.

Bosco, então, arremata:

O conceito é portanto uma pequena batalha que se trava em meio ao caos, a fim de fazer dele ressair, por meio de um meticoloso bordado semântico, uma forma luminosa. Mas, como o conceito é necessariamente feito de palavras, e as palavras de significantes que remetem a outros significantes...os contornos dos conceitos são sempre irregulares, cheios de arestas, e é por isso que Deleuze diz que o caos procura continuamente reabsorvê-los (2007, p.165).

Lefebvre, a respeito do conceito de representação mas abordando o que seja conceito ainda de forma geral, corrobora a assertiva de Bosco, ao afirmar que assim que os conceitos são formados e formulados se descobrem os seus limites e o pensamento crítico sobre eles logo se debruça e um conceito, portanto:

¹ Segundo Bevílaqua (2014) o termo crioulo sugere inúmeros significados, entretanto, o mais utilizado é de um indivíduo que é nativo de determinado local, ou seja, autóctone e que vive naquele determinado

Suscita nuevos conceptos, a menudo opositos (que por lo tanto lo limitan), incluso antagonistas (que los destruyen). Simultáneamente dilucida sus condiciones inmediatas y sus antecedentes lejanos. Esta doble capacidad – retrospectiva y prospectiva – le es esencial (2006, p.19).

Feitas essas considerações sobre os conceitos – que informam sobre sua natureza precária e transitória – cumpre ressaltar que, sob um outro ponto de vista, é certo que a atual etapa do capitalismo engendra riscos associados ao desenvolvimento de novas tecnologias que são, segundo Beck (2010, p. 26), “sistemáticamente agravados por seu desenvolvimento ulterior”. Ou seja, na tentativa de minimizar efeitos ou impactos negativos advindos do lançamento e implementação de novas tecnologias, inovações surgem e, via de regra, produzem ainda mais circunstâncias indesejáveis ou imprevistas.

Tais riscos têm claros reflexos nas regiões e comunidades locais – aí incluída a região sul do RS, por pressuposto – dado o alcance e intensidade do processo de globalização. Entre esses riscos estão aqueles relacionados à perda da biodiversidade e à reprodução social dos agricultores familiares e comunidades tradicionais.

A presente pesquisa pretendeu investigar em que medida os guardiões de sementes buscam uma contraposição a essa situação. Para isso verificou se estão engendrando um novo sistema intersocial, conforme a definição de Giddens (2009), capaz de contribuir com a preservação da biodiversidade e, por meio da efetivação de práticas sociais particulares, transmitir tradições que auxiliem a enfrentar a grave crise relacionada à erosão genética.

A hipótese assumida é que está em curso na região sul do RS, a constituição de um sistema intersocial, engendrado pelos guardiões de sementes, com base em práticas relativas à conservação da biodiversidade e à transmissão de tradições (fundamentalmente relacionadas a questões ambientais). Tais práticas contribuem para o fortalecimento da identidade desses atores, para a sua reprodução social e para dar maior visibilidade à disputa desigual existente no mercado de sementes.

Assim, o objetivo geral da pesquisa foi verificar se está se construindo um sistema intersocial por parte dos guardiões de sementes, com destaque para a identificação de práticas relacionadas à transmissão de suas tradições.

Já os objetivos específicos foram:

- Identificar as principais práticas e os aspectos valorizados pelos guardiões como constitutivos de sua identidade;

- Verificar a existência de mecanismos de análise de conduta estratégica bem como de monitoração reflexiva no tocante as suas principais práticas;
- Identificar regras e recursos que inibem ou credenciam as ações do guardiões;
- Observar a importância conferida pelos guardiões à preservação da biodiversidade;
- Identificar relações existentes entre o seu posicionamento e práticas e espaços-temporais relevantes.

Ainda, com o sentido de melhor delimitar o objetivo da pesquisa, segundo Bevílaqua (2014, p. 111) foram identificados pela Embrapa “até 2012, mais de 140 guardiões”, nos municípios do RS.

Uma parcela significativa deles vivem na região sul, composta por 22 municípios, conforme o mapa (figura 01)

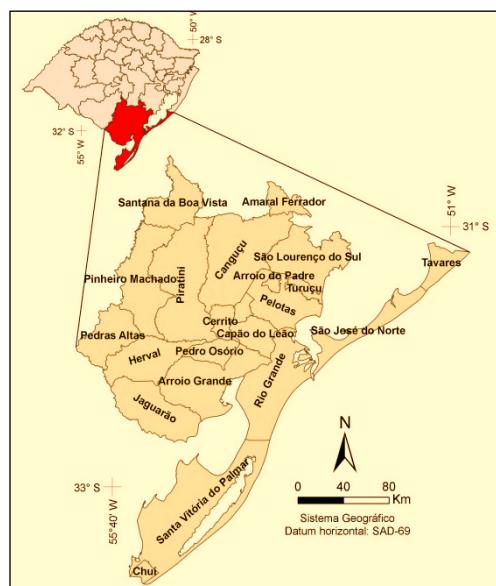


Figura 01: Adaptado de Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Hauser (FEE).

Além disso, é preciso mencionar que há no estado guardiões de sementes descendentes de escravos remanescentes de quilombos, indígenas e descendentes de outras etnias – entre as quais portugueses, pomeranos, alemães e italianos.

Ainda, que em 2008, agricultores da região Centro Serra criaram a Associação dos Guardiões das Sementes Crioulas de Ibarama², com o objetivo de preservar e transmitir os saberes tradicionais locais; buscar conhecimentos sobre práticas agroecológicas e desenvolver o cultivo de milho crioulo, diminuindo a dependência da agricultura em relação aos pacotes tecnológicos das empresas transnacionais do setor.

Essa primeira experiência organizativa repercutiu positivamente nas demais regiões do estado verificando-se, também, a criação de uma associação de guardiões no município de Tenente Portela. Além disso, realizaram-se quatro edições do Seminário Agrobiodiversidade e Segurança Alimentar tratando desse tema e contando com a participação essencial dos guardiões de sementes do estado.

Importa também referir que instituições, fundamentalmente públicas, como centros de pesquisa e extensão rural, universidades e prefeituras municipais acompanham e apoiam estas iniciativas, com vistas a estabelecer um intercâmbio de conhecimentos e construção de políticas públicas que as impulsionem.

Também à título introdutório é pertinente que se vincule a citação destacada em epígrafe com o que será tratado.

A afirmação de Fernández, precursor de Jorge Luis Borges e quem sabe do gênero literário que o consagrou, remete à ideia de que o mundo nasceu antigo. Realmente começam antes as coisas. No caso dos guardiões de sementes a ancestralidade da relação entre o homem e a natureza está presente em seu cotidiano, na terra, nas fases da lua, nos dias de sol e de chuva que se sucedem como se sucede a vida, no tempo e na morte que encerra ciclos e que, como disse Fernando Pessoa (1990) no poema Tabacaria, põe “umidade nas paredes e cabelos brancos nos homens”.

Talvez observar, reproduzir e propalar as práticas dessas mulheres e homens sábios e simples possa contribuir com a elucidação a respeito da construção de um novo tipo de conhecimento e de uma nova ética, livres da separação do homem e natureza, e de uma ciência ao que parece insuficiente para explicar as relações entre as pessoas e proporcionar a construção de uma sociedade mais feliz e solidária.

Feitas essas considerações, cumpre se ressaltar a organização dessa dissertação que no Capítulo I apresentará a contextualização do território região sul do RS, no qual se desenvolveram os estudos. Ainda, se apresentará um brevíssimo histórico em relação às principais mudanças advindas da Revolução Verde.

² A ata de fundação e o estatuto da Associação encontram-se nos anexos.

Os conceitos articulados pela Teoria da Estruturação de Giddens, entre eles os de sistema intersocial, monitoramento reflexivo, análise de conduta estratégica, dualidade das estruturas, regras e recursos como expressão dessas mesmas estruturas, serão abordados no capítulo II. Também são discutidos modelos explicativos relacionados à conflagração hegemônica e, outros, relacionados à questão espaço-temporal. Ainda neste mesmo capítulo serão apresentados o estado da arte e as considerações metodológicas que sustentaram a pesquisa.

O capítulo III tratará de expor uma digressão a respeito das normas brasileiras referente às sementes e à biodiversidade, introduzindo a apresentação dos depoimentos colhidos junto a guardiões, técnicos e pesquisadores que com eles interagem. Também será apresentada a análise e conexões entre a abordagem teórica e as narrativas.

Nas considerações finais é oferecido o resultado fundamentalmente no que tange à observação realizada em torno do objetivo da pesquisa.

CAPÍTULO I

BREVE CONTEXTO HISTÓRICO: para um melhor entendimento das motivações e práticas dos Guardiões

O presente capítulo pretende trazer à tona questões que colaboram para uma compreensão mais precisa a respeito das práticas dos guardiões. Para cumprir esse propósito é feita uma referência ao processo de ocupação da região sul e, posteriormente, sobre a Revolução Verde e suas consequências.

Tal abordagem contribui para que se perceba como se concretizam materialmente conceitos caros a Giddens (2009). O primeiro deles é o de estrutura, pois, nela há um destacado componente espaço-temporal. O segundo é o caráter situado dos agentes sociais que tem evidentes conexões com o meio no qual vivem. Esses dois aspectos são tratados com mais detalhes no capítulo II.

Dito isso vale referir que o Rio Grande do Sul é diverso desde os pontos de vista econômico, ambiental, social e cultural. Tal fato decorre, dentre outros fatores, por uma ocupação desigual e relativamente recente do território (final do século XVIII); por diferenças significativas na estrutura fundiária entre as regiões que o compõe e pela participação de variadas etnias na configuração da sociedade.

Os fatores mencionados influenciaram, e por vezes condicionaram, o desenvolvimento urbano e rural no estado. Referindo-se especificamente à região na qual se desenvolveram os estudos aqui apresentados, no século XIX a região sul do estado detinha uma economia dinâmica fundamentalmente baseada na pecuária. Pelotas firmou-se como um importante centro charqueador³ e, somada à cidade de Rio Grande, como um dos mais significativos polos industriais do estado.⁴ No período imediatamente posterior essa situação foi alterada. Conforme Alonso et al (1994, p.11) “a redução da importância relativa da região sul no contexto da sociedade gaúcha,

³ Segundo Gutierrez (2012, p. 66-67) “[...] o Núcleo Charqueador Pelotense, situado no encontro do arroio Pelotas com o canal de São Gonçalo, constituía uma zona fabril, com mais de trinta saladeiros localizados lado a lado, sem os campos destinados à criação e onde perto de 2.000 escravos labutavam.”

⁴ Segundo Alonso et al (1994, p. 23) um levantamento realizado em 1907 pelo Centro Industrial do Brasil apontou que a indústria de Porto Alegre e região ocupava 4.888 operários e que as de Pelotas e Rio Grande somavam 5.082 trabalhadores.

desde o final do século passado constitui-se em um fenômeno abrangente, que se manifestou nos níveis da demografia, da economia e da política”⁵.

Outro fator a ser considerado é que, em que pese seja marcante a influência dos grandes proprietários de terras, principalmente na chamada metade sul do RS (atualmente denominada pelo Ministério da Integração Nacional como Meso-região Metade Sul), também merece destaque a presença de agricultores familiares em boa parte do território gaúcho, inclusive nessa mesma região. Tal fato estabelece um nível razoável de conflitos de interesses no que diz respeito à construção de conhecimentos localmente produzidos, estruturas logísticas requeridas e, fundamentalmente, uso e preservação do ambiente.

Sob outro prisma, vale destacar-se que, na visão de José de Souza Martins (1986), o objeto do sociólogo que estuda o rural não é delimitado por um espaço físico ou uma atividade produtiva, mas pelo referencial epistemológico da Sociologia como ciência, que estuda as relações e interações sociais e suas transformações.

Com base nessa abordagem é importante que se frise, para melhor contextualizar-se os marcos nos quais se desenvolve a pesquisa, que o modo de vida rural foi afetado profundamente por três movimentos de monta da sociedade iniciados nos países centrais⁶ a partir do final do século XVIII e que ganharam relevância no Brasil nas primeiras décadas do século passado: a industrialização, a urbanização e o aumento significativo da população mundial.

A conjugação desses fatores favoreceu a implantação do processo de modernização da agricultura denominado “Revolução Verde”, ou seja, a difusão de um pacote tecnológico destinado, segundo seus propagandistas, a aumentar a produtividade e atender a crescente demanda por alimentos. Conforme Balestro e Sauer “as inovações tecnológicas na agricultura que depois se convencionou chamar Revolução Verde, se iniciaram nos anos 1940, como resultado de pesquisas e experimentos realizados por cientistas, contratados pela Fundação Rockefeller, no México” (2013, p. 08).

⁵ Os autores se referem ao século XIX. Na demografia destacam que a região sul concentrava 52,07% da população do RS em 1890 ao passo que em 1991 passou a conter somente 25,19% do total. Fundação de Economia e Estatística (1981). Na economia são significativos os dados do Produto Interno Bruto do estado. Em 1940 a região sul tinha uma participação de 38,33%, superando as regiões nordeste, 33,03%, e Norte, 28,65%. Nas décadas seguintes verificou-se a tendência declinante: participação em 1950 de 30,06%, 29,43% em 1960, 23,95% em 1970 e 23,09% em 1980 (FEE, Renda Interna Municipal RS: 1939-1980). <http://www.fee.rs.gov.br/> Acesso em 15 de setembro de 2014.

⁶ Para uma melhor elucidação dos conceitos de países centrais, periféricos e semiperiféricos, comunicações horizontais dos mercados e das relações centro-periferia ver a obra de Giovanni Arrighi, “A ilusão do desenvolvimento”, 1997.

Caracterizava-se, principalmente, pelo uso intensivo de máquinas e equipamentos, adubação química, uso de agrotóxicos e sementes modificadas constituindo um modelo agrícola altamente dependente de insumos externos aos sistemas de produção. Em outras palavras, tratava-se de um pacote de técnicas e lógicas produtivas baseadas na química, mecânica e genética (Silva, 1981).

Tal modelo não poderia se estabelecer sem gerar resistências e reações por parte dos agricultores e de movimentos sociais por eles engendrados, dada sua inadequação aos sistemas de produção da agricultura familiar, a pressão exercida em relação ao ambiente e a exposição da fragilidade do país em termos da soberania e segurança alimentar.

Segundo Wanderley (2003, p.42):

[...] o desenvolvimento das forças produtivas criou um novo patamar para a agricultura e o meio rural, definido pela modernização das suas atividades e pela integração sócioeconômica global. No entanto, parece evidente que a imposição deste patamar não significou a implantação de uma forma social de produção única e homogeneizada, representada pelo modelo empresarial e do tipo industrial.

Com esse mesmo sentido e, levando em conta o processo de industrialização e expansão do capitalismo, Abramovay (2007, p. 263) afirma:

[...] não é verdade que os fatos tenham desmentido as previsões dos clássicos marxistas: onde o mercado começa a dominar a vida social, onde a racionalidade econômica toma conta dos comportamentos dos indivíduos, os laços comunitários acabam por perder seu poder agregador e os camponeses veem esvaírem-se as bases objetivas de sua própria reprodução social.

De outra parte, as questões relativas ao uso da biodiversidade e conhecimentos tradicionais associados à agricultura; biopirataria e desenvolvimento de novos produtos e processos; transição demográfica e segurança alimentar das populações são complexas e entre si articuladas.

Para Vandana Shiva (2005, p. 319) a biodiversidade “é o capital natural de dois terços da humanidade que depende da biodiversidade enquanto meio de produção na agricultura, pesca, cuidados de saúde e na produção de utensílios”, constituindo-se como base de sobrevivência dos pobres. Esse capital é visto, principalmente pelas grandes corporações, como matéria-prima para negócios sendo, portanto, constantemente ameaçado por uma concepção meramente mercadológica e muitas vezes predatória.

Esse “avanço” sobre o capital natural dos pobres por parte dos mais ricos torna-se ainda mais dramático quando nos referenciamos em Amartya Sen que associa o processo de desenvolvimento dos países com a garantia da liberdade de seus cidadãos. Para o autor (2009, p. 31), “a privação da liberdade pode surgir em razão de processos inadequados (como a violação do direito ao voto ou de outros direitos políticos ou civis), ou de oportunidades inadequadas que algumas pessoas têm para realizar o mínimo que gostariam (incluindo a ausência de oportunidades elementares como a capacidade de escapar da morte prematura, morbidez evitável ou fome involuntária)”.

A conjugação dessas duas concepções nos conduz à ideia de que, somente pelo processo de exclusão aos meios materiais mínimos para a sobrevivência, 1/7 da população mundial, cerca de 1 bilhão de pessoas, não é livre. Quantas serão se quantificarmos as submetidas às condições relacionadas por Sen?

No tocante à agricultura, Sérgio Schneider pondera que, na ótica de um grupo significativo de cientistas sociais vinculados a um pensamento crítico, ela vem sendo submetida a um duplo processo:

Por um lado, em sentido vertical, ela estaria cada vez mais integrada ao sistema agroalimentar, no qual as grandes corporações e cadeias do agribusiness desempenham um papel determinante, tanto em relação ao que é produzido como em relação ao tipo de alimento que chega à mesa do consumidor [...]. De outro lado, em sentido horizontal, estaria se consolidando uma nova face socioeconómica do mundo rural, muito pouco ligada à produção agrícola, mas direcionada para aspectos ambientais, de preservação natural e conservação da paisagem (2003, p.112).

Essa avaliação ressalta que aos agricultores familiares caberiam atividades mais relacionadas à preservação ambiental como o turismo rural, o artesanato e a agroindustrialização de produtos em pequena escala, cabendo aos grandes proprietários, integrados ao *agri-food-system*, o papel de produtores rurais.

Em que pese as ressalvas em relação a essa opinião, no sentido de determinar um papel à agricultura familiar que não corresponde ao observado hoje no Brasil⁷, parece que está em andamento um processo de transição no mundo rural decorrente da concentração econômica e da consequente fragilização de grupos sociais vulneráveis vinculados à agricultura.

⁷ Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros. Portal do Planalto. www.planalto.gov.br acessado em 1º de dezembro de 2014.

Associada a essas mudanças no espaço rural é importante destacar o que Smith (2010, p. 10) chama de cadeia de eventos vinculada à era industrial (iniciada na Inglaterra a partir da década 60 do século XVIII) que condicionam a transição demográfica com claros efeitos também no mundo rural. Para o autor esses eventos são: as pessoas começaram a comprar cada vez mais o que precisavam, em vez de produzir e fabricar; a economia cresceu; um número maior de mulheres ingressou no mercado de trabalho, reduzindo o número de filhos, assim as taxas de fertilidade caíram e igualaram-se às de mortalidade; e, por fim, surgiram populações numerosas, com maior poder aquisitivo e longevas.

Acrescente-se à cadeia de eventos mencionada o conceito de transição demográfica que supõe que a modernização tende a reduzir as taxas de mortalidade e fertilidade, mas não simultaneamente nos diversos países.

No século XX uma transição demográfica foi concluída (nos países centrais do sistema capitalista) e outra iniciada (nos países periféricos e semiperiféricos). Essa segunda transição demográfica ainda não acabou, ao contrário, abarca a maioria das sociedades. Segundo Smith (2011, p.11) “até décadas após sua conclusão - se é que algum dia essa transição será concluída – a população mundial continuará crescendo”.

O aumento da população mundial necessariamente leva a uma demanda crescente por alimentos. Quem os produzirá? Somente os grandes proprietários? E em quais condições? Suportando as dificuldades impostas por um ambiente degradado, com reduzida biodiversidade, com altos custos energéticos para a produção e transporte dos alimentos para localidades distantes?

Essas são algumas das questões que estão postas e que necessitam respostas desde o ponto de vista das relações sociais e práticas articulatórias – conforme Laclau e Mouffe (2011) – existentes no mundo rural e sua junção com o espaço urbano e políticas públicas.

Cumpre, no entanto, ressaltar-se que as práticas sociais e o posicionamento⁸ dos guardiões de sementes encerram valores e atributos que dialogam com as interrogações levantadas, já que essas mesmas práticas dirigem-se à produção de alimentos saudáveis, preservam a biodiversidade e valorizam o conhecimento e produção local.

⁸ Para Giddens (2009, p.98) “Uma posição social pode ser considerada uma identidade social portadora de uma certa gama (um tanto difusamente especificada) de prerrogativas e obrigações que o ator, ao qual é conferida essa identidade (ou a quem incumbe essa posição), pode ativar ou executar: essas prerrogativas e obrigações constituem as prescrições de papel associadas a essa posição.”

É a intensidade e dimensão que este diálogo pode assumir que, de certa forma, determina a possibilidade dos guardiões serem reconhecidos, valorizados e, consequentemente, poderem mobilizar recursos no sentido da constituição de um sistema intersocial. Suas práticas revelam uma importante contraposição aos modelos de desenvolvimento decorrentes do modo capitalista de produção o que, *per si*, constitui-se em importante base para a existência de um sistema intersocial.

Isso ocorre, pois, em decorrência do processo histórico de ocupação do território e a presença de conflitos de interesse que materializam-se em um embate de caráter hegemônico, os guardiões de sementes, se veem impelidos a mobilizar recursos, como já foi dito, para garantir a sua sobrevivência e reprodução social.

CAPÍTULO II

ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

O objetivo deste capítulo é, primeiramente, apresentar a revisão da bibliografia existente em torno dos guardiões de sementes. Depois, almeja tratar de abordagens teóricas coerentes com o objetivo da pesquisa, a saber, verificar se há em curso um processo de construção de um sistema intersocial.

Para isso, busca-se acolhida em autores como Lefebvre, Arendt, Elias, Harvey, Laclau e Mouffe entre outros, para, em articulação com os conceitos desenvolvidos por Giddens, aprofundar o entendimento sobre as práticas sociais dos guardiões e preparar o exame empírico, também vinculado aos sistemas intersociais.

Ao final do capítulo são apresentadas as considerações metodológicas que orientaram o aqui exposto e são descritas as técnicas utilizadas na pesquisa.

Primeiramente importa referir, que constatou-se que não são muitos os trabalhos que tratam do tema “guardiões de sementes”, de forma mais específica, até mesmo porque várias das iniciativas com relação à constituição destes grupos são bastante recentes, datando do início do século XXI.

Atuam mais diretamente com os chamados guardiões no Rio Grande do Sul duas instituições, uma estadual, a EMATER e outra, na esfera federal, a EMBRAPA. Algumas produções encontradas sobre o assunto, portanto, versam sobre relatos de experiências a respeito das atividades realizadas nestes últimos anos, verificando como os agricultores realizam o câmbio de sementes e como suas vidas são modificadas tendo em vista esta prática.

Barchet; Bohn, Ribeiro e Vielmo (2007) comentam sobre as ações desenvolvidas pela EMATER, a partir das experiências realizadas nos municípios de Mampituba e Ibarama. Os autores relatam as diligências de identificação dos agricultores, as trocas existentes entre eles de sementes de feijão, milho e cucurbitáceas⁹, a organização do grupo e a alteração do quadro nutricional da comunidade, com melhorias, inclusive, em índices de mortalidade infantil, além da redução de atendimento médico em postos de saúde das localidades.

Para os autores (2007, p. 35):

⁹ Cucurbitáceas é de uma família de plantas, que reúne 750 espécies entre as quais abóbora, melão, melancia, entre outras.

[...] o emprego dessas sementes crioulas tem possibilitado aos agricultores familiares a redução dos custos das lavouras, a diminuição significativa do uso dos agro-químicos e o aumento da renda, por meio da comercialização de sementes para outros agricultores e para a rede do comércio local e regional, que também passou a oferecer o insumo.

Bevilaqua e Antunes (2008) abordam o que tem sido realizado na Embrapa Clima Temperado, localizada na cidade de Pelotas/RS, no que tange ao tema. No texto discorrem sobre a formação de uma rede de guardiões, que se articulam por diferentes regiões do Estado, bem como sobre as atividades realizadas que se baseiam, segundo os autores, em um planejamento participativo. A intenção da instituição é capacitar os agricultores, os quais se vinculam tanto à agricultura familiar, como às comunidades indígenas e quilombolas, bem como fazer um intercâmbio de tecnologias, a partir das pesquisas realizadas pela Embrapa. É relatada a capacitação de 350 agricultores e técnicos sobre a seleção e guarda das sementes e a existência de 400 coleções de várias espécies no Estado.

Para os autores (2008, s/p):

Como resultados qualitativos, pode-se observar a melhoria da qualidade das sementes utilizadas, evitando-se a utilização de grãos para a semeadura das lavouras, gerando melhores colheitas; a melhoria da qualidade do solo, pelo cultivo de plantas recuperadoras de solo como feijão-miúdo, centeio e aveia-preta e o aumento na disponibilização de sementes de qualidade para a agricultura familiar.

Interessante também, para se pensar o tema, é o artigo de Badstue (2007), o qual apresenta estudo sobre a permuta de sementes no México. A autora revela a importância da confiança para a troca de sementes, selecionadas pelos próprios agricultores a partir de suas safras.

Para a autora (2007, p. 20):

A forma mais importante da confiança nos sistemas de trocas de sementes entre agricultores nos Vales Centrais de Oaxaca é baseada na reciprocidade. Isso se refere a interações nas quais a confiança é mútua, como uma via de mão dupla, que pode estar baseada em interesses, sentimentos de afeto, responsabilidade ou valores compartilhados.

A partir da confiança são adquiridas, pelos agricultores, sementes de qualidade e se trabalha para a conservação da diversidade genética dos cultivares.

Adão (2009), analisa a trajetória de mulheres vinculadas ao Movimento das Camponesas no oeste catarinense, que passam a utilizar as sementes crioulas buscando uma alimentação mais saudável para o grupo. Como a produção utilizava, prioritariamente, as chamadas sementes comerciais, as trocas, estabelecidas por elas, se constituem como fundamentais para a manutenção do conhecimento de saberes geracionais.

A pesquisa enfatiza a importância das mulheres nas pequenas propriedades, já que produzem para o autoconsumo das famílias, cuidam dos familiares e buscam reconstituir as trajetórias de vida e de plantio de cada membro comunitário.

Figueiredo (2006) aborda a realidade de uma comunidade do Movimento Sem Terra (MST), relacionando a identidade do camponês e o uso da semente crioula. O autor, a partir da observação participante, em uma feira de troca de sementes crioulas, analisa o discurso dos participantes, verificando como se dá a construção do ritual da mística dentro do movimento. A proposta final resulta em um ensaio videográfico.

Barbosa (2014) realiza um estudo no município de Massapê, Ceará, em três comunidades e um assentamento rural que possuem casas de sementes comunitárias. A intenção da autora, que se utilizou de metodologias qualitativas, como entrevistas e observação participante, foi verificar de que forma estas casas de sementes se constituíram como espaços de resistência à utilização de sementes híbridas e geneticamente modificadas, as quais são utilizadas largamente em lavouras brasileiras. Tal estudo interessa, particularmente, pois há um capítulo direcionado a uma espécie de caracterização dos guardiões de sementes crioulas, a partir de entrevistas com 8 mulheres e 4 homens, na faixa etária entre 20 e 50 anos. No estudo, as mulheres aparecem com grande importância, como pode ser verificado pelo foco das entrevistas.

Almeida (2014) relata o caso de um assentamento rural no Estado de Sergipe. O estudo se propõe a realizar também uma espécie de caracterização dos guardiões de sementes, afirmando que todos agricultores entrevistados possuíam marcas que os identificavam entre si, ou por sua trajetória de vida ou pela guarda das sementes. A autora encontrou 65,22% de mulheres como guardiãs, tendo elas mais do que 40 anos de idade. As mulheres afirmavam ser agricultores e pescadoras.

O tema das mulheres como guardiãs foi trabalhado com maestria pela historiadora Ângela de Castro Gomes. É claro que a perspectiva era outra, e se relaciona a um sentido mais geral, ou seja, da mulher como guardiã da memória. A autora, ao analisar uma entrevista realizada com Alzira Vargas, filha de Getúlio e Darcy Vargas,

vincula a trajetória desta mulher com a política brasileira, ressaltando o papel que muitas mulheres possuem em guardar histórias e memórias do grupo do qual fazem parte. Na maior parte das vezes são elas que guardam as fotos, as roupas do primeiro aniversário, os objetos que lembram antepassados. Nesta perspectiva, poderiam também guardar sementes, já que estas reconstroem o passado daqueles que a precederam.

Almeida (2012) teve a intenção de verificar como os indígenas, das regiões de Laranjinha e Pinhalzinho, no norte do Paraná, criaram formas de reconstruir a biodiversidade da região, a partir, dentre outras questões, da guarda e da troca de sementes. A metodologia principal foi a abordagem etnográfica. Para o autor fica claro que, especialmente as Feiras de Troca de Sementes, é possível reconstruir um pouco da trajetória dos indígenas.

Já Cassol (2013) tratou, por meio de pesquisa participante, de mostrar como foi constituída a Associação de Guardiões das Sementes Crioulas de Ibarama, RS, e sua função na preservação das cultivares crioulas e dos saberes tradicionais.

Há também uma importante obra, muito utilizada no presente estudo, que é a tese de Doutorado de Juliana Santilli. Defendida na PUC do Paraná, no ano de 2009, a autora aborda as mudanças climáticas que afetam a lei de sementes brasileiras; a legislação de proteção das cultivares brasileiras; o Tratado Internacional sobre recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura; os direitos dos agricultores, além de projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, tanto aqueles que ameaçam a agrobiodiversidade, quando os que a protegem. Dois outros artigos da mesma autora, ajudam a se trabalhar com o conhecimento tradicional: “A Lei de Sementes brasileira e os seus impactos sobre a agrobiodiversidade e os sistemas agrícolas locais e tradicionais” (2012), faz uma abordagem sobre a lei 10.711/2003, discutindo a quem interessa esta norma. De outra forma, debate os aspectos comerciais da agricultura, afirmindo que, na maioria das vezes, quando se pensa em comércio se deixa de lado pressupostos e necessidades locais, de agricultores familiares e tradicionais. O outro artigo é intitulado “Conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade: elementos para a construção de um regime jurídico *sui generis* de proteção” (s/d, p. 1-2), o qual aborda saberes que envolvem “técnicas de manejo de recursos naturais, métodos de caça e pesca, conhecimentos sobre os diversos ecossistemas e sobre propriedades farmacêuticas, alimentícias e agrícolas de espécies e as próprias categorizações e classificações de espécies de flora e fauna utilizadas pelas populações tradicionais”.

Embora todos os textos tenham em comum o fato de abordarem assuntos relacionados aos guardiões e ao cultivo de sementes crioulas, a dissertação que mais se aproxima do objeto aqui acercado é a de Cassol, que investiga a situação de Ibarama, município que fica no norte do Estado e que foi um dos precursores das ações de valorização desta categoria social. Um relato de experiências sobre Ibarama e Mampituba foi feito por Barchet; Bohn, Ribeiro e Vielmo (2007), a partir de projeto desenvolvido pela EMATER, o que foi explicitado anteriormente.

No ano de 2006 foram defendidas duas dissertações que desenvolvem debates sobre a agricultura familiar, a de Cíntia Caruso e a de Losane Schwartz; em 2008, Heron Vaz, aborda a organização da propriedade familiar em Bagé; no ano de 2009, Patrick Kovalscki, se debruça sobre a agricultura familiar como a constituição de um campo em São Lourenço do Sul; em 2011, duas dissertações trabalham com o tema, a de Amanda Radünz e a de Carla Rech, que estuda a trajetória do Fórum de Agricultura Familiar, na região sul do Estado e, por último, no ano de 2012, Jurema Ruiz, trabalha com a região de Cerro Largo, na fronteira do Uruguai.

Ainda que as dissertações não se relacionem diretamente com o tema dos guardiões de sementes crioulas, todos os narradores entrevistados são também agricultores familiares, ou seja, compõem a categoria social mais próxima dos guardiões, conforme a hipótese levantada por esta pesquisa.

2.1 – SOBRE OS RISCOS NA MODERNIDADE E A TEORIA DA ESTRUTURAÇÃO

Há um desassossego no ar. Temos a sensação de estar na orla do tempo, entre um presente quase a terminar e um futuro que ainda não nasceu. O desassossego resulta de uma experiência paradoxal: a vivência simultânea de excessos de determinismo e excessos de indeterminismo. Os primeiros residem na aceleração da rotina. As continuidades acumulam-se, a repetição acelera-se. A vivência da vertigem coexiste com a de bloqueamento. A vertigem da aceleração é também uma estagnação vertiginosa. Os excessos do indeterminismo residem na desestabilização das expectativas. A eventualidade de catástrofes pessoais e coletivas parece cada vez mais provável. A ocorrência de rupturas e descontinuidades na vida e nos projetos de vida é o correlato da experiência de acumulação de riscos inseguráveis. A coexistência desses excessos confere ao nosso tempo um perfil especial, o tempo caótico onde ordem e desordem se misturam em combinações turbulentas (Souza Santos, 2000, p.45).

O trecho que inicia o prefácio da obra de Souza Santos estimula a reflexão sobre as mudanças por que passam atualmente as sociedades, fundamentalmente as ocidentais, e suas consequências.

Vale tratar dessas mudanças e condicionantes da modernidade pois elas interferem nas articulações constituídas, na disputa de hegemonia e nos riscos relacionados às atividades dos guardiões de sementes.

Lembra-se, porquanto relevante, que as práticas sociais por eles desenvolvidas dão-se em espaços sociais não excludentes, a um só tempo relativos ao global e ao local. A expansão financeira verificada no último período veio acompanhada da perda generalizada, mas não universal, do poder dos Estados.

Frente a este panorama países e regiões tem adotado estratégias de desenvolvimento que procuram, ao menos, minimizar os efeitos do modelo hegemônico de desenvolvimento econômico e social.

Atores sociais vinculados a práticas tradicionais, como é o caso dos guardiões, provavelmente percebam ainda mais dramaticamente o ritmo exorbitante das mudanças modernas e, talvez, também sofram de forma mais intensa as suas consequências.

Em tempos de modernidade a angústia, insegurança e, muitas vezes, a falta de perspectivas que acomete boa parte das pessoas em algum momento de suas vidas, são sentimentos que se aprofundam.

Relacionados diretamente às atividades dos guardiões, grande parte dos dilemas ambientais atuais envolve o que Beck (2010) conceitua como a produção de riscos. Para ele, os riscos engendrados pela sociedade industrial, na qual os aspectos relacionados à biotecnologia avançaram consideravelmente, são absolutamente distintos de seus equivalentes medievais. Isso “por conta da globalidade de seu alcance (ser humano, fauna, flora) e de suas causas modernas. São riscos da modernização. São um produto de série do maquinário industrial do progresso, sendo sistematicamente agravados com seu desenvolvimento ulterior” (2010, p. 26).

É sob essa perspectiva que se trata da produção e comercialização de sementes no mundo. Os avanços tecnológicos verificados no setor deram-se a partir de um paradigma fixista, conforme será exposto mais adiante.

Por outro lado, mas com um conteúdo bem próximo das concepções de Beck, Arendt ao versar sobre a questão da ação humana, ressalta que na modernidade “desencadeiam-se processos de resultado imprevisível, de sorte que a incerteza, mais que a fragilidade, passa a ser o caráter decisivo dos assuntos humanos” (2010, p. 289).

Na sua ótica, as duas ciências novas emergentes na modernidade, ciência natural e ciência histórica, baseiam-se centralmente no conceito de processo e a experiência humana, na qual o conceito de processo tem seu lastro, é a ação.

Em complemento a essa abordagem, Beck propõe que devemos observar com maior rigor a mudança na natureza dos riscos aos quais estão submetidas as pessoas e as sociedades no mundo contemporâneo. O risco, hoje, deriva de incertezas determinadas por nosso próprio modelo de desenvolvimento social, científico e tecnológico. Para Beck (2010, p.54) as evidências do tangível deixam de valer nas sociedades do risco:

O visível incorre nas sombras de ameaças invisíveis. Aquilo que escapa à percepção já não coincide com o irreal, podendo chegar mesmo a possuir um grau elevado de concretude em termos de ameaça. A necessidade imediata rivaliza com o teor do risco. O mundo da carência ou fartura visíveis ensombrece-se sob o peso da superioridade de forças do risco.

Esse mal-estar, que agora se aprofunda, foi detectado por diversos autores em diferentes momentos e sob as mais variadas perspectivas. Referindo-se às relações sociais engendradas pelo capitalismo Marx e Engels, num trecho relativamente extenso mas igualmente célebre do Manifesto Comunista (2004, p. 48), detectavam a origem desse desconforto:

A burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção e, por conseguinte, as relações de produção, portanto todo o conjunto das relações sociais. A conservação inalterada do antigo modo de produção era, ao contrário, a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. A contínua revolução da produção, o abalo constante de todas as condições sociais, a incerteza e a agitação eternas distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Todas as relações fixas e cristalizadas, com seu séquito de crenças e opiniões tornadas veneráveis pelo tempo, são dissolvidas, e as novas envelhecem antes mesmo de se consolidarem. Tudo o que é sólido e estável se volatiliza, tudo o que é sagrado é profanado, e os homens são finalmente obrigados a encarar com sobriedade e sem ilusões sua posição na vida, suas relações recíprocas.

A era industrial começava a influenciar de forma mais contundente as relações sociais e a criação das instituições, inaugurando a modernidade, e Marx já detectava uma de suas características que, depois, mostrou-se como fundamental: a produção perpétua de riscos e incertezas.

Ao se abordar as origens remotas do processo de desenvolvimento desencadeado pelo capitalismo na modernidade – que resultam na aflição e tormento mencionados por

Marx – e os conflitos de interesses entre as classes, categorias e grupos preponderantemente estabelecidos, convém recorrer-se às contribuições de Elias. Conforme apontado anteriormente tais conflitos são claros na Região Sul do RS e envolvem, entre outros atores sociais, os guardiões de sementes.

O autor afirma que só estamos em condições de bem apreciar o presente imediato quando trazemos elementos para análise “da longa história da qual nossa época emergiu” (1994, p. 48).

Ele acrescenta que as sociedades complexas têm duas qualidades contraditórias no que tange às ações dos indivíduos: a um só tempo são muito firmes e muito elásticas. Elásticas por que em seu interior constantemente se abrem possibilidades, ou oportunidades para agir, que podem, ou não, serem aproveitadas. Sobre as escolhas dos agentes sociais em relação a essas oportunidades, diz Elias (1994, p. 48):

Delas pode depender a determinação de qual das pessoas ou grupos em confronto, dentro de um sistema particular de tensões, se tornará o executor das transformações para as quais as tensões estão impelindo, e de qual lado e em que lugar se localizarão os centros das novas formas de integração rumo às quais se deslocam as mais antigas, em virtude, sempre, de suas tensões.

O autor também afirma que, por outro lado, as sociedades são firmes, visto que a amplitude de escolhas dos atores, individuais ou coletivos, é limitada. Não há agente social, por mais poderoso que seja, apto a deter ou acelerar os processos sociais por meio de sua vontade exclusiva. Todos estão, num certo sentido, aprisionados às determinações das teias de tensões e soluções que seu tempo é capaz de engendrar. Sobre a rígida demarcação das escolhas possíveis o autor prossegue:

São prescritas e limitadas (as escolhas) pela estrutura específica de sua sociedade e pela natureza das funções que as pessoas exercem dentro dela. E, seja qual for a oportunidade que ela aproveite, seu ato se entremeará com os de outras pessoas; desencadeará outras sequências de ações, cuja direção e resultado provisório não dependerão desse indivíduo, mas da distribuição do poder e da estrutura das tensões em toda essa rede humana móvel (idem, p.48).

Elias agraga a essa concepção o conceito de configuração. Tal modelo explicativo guarda uma interessante aproximação com o apregoado por Giddens (2013), a respeito da dualidade da estrutura, na medida em que, nas palavras do próprio Elias, o

conceito de configuração serve para “afrouxar o constrangimento social de falarmos e pensarmos como se o “indivíduo” e a “sociedade” fossem diferentes” (2014,141).

A abordagem de Elias é estimulante, pois permite vislumbrar a potência da ação humana, a importância das articulações, relações e atuação concertada entre grupos e, ao mesmo tempo, mostra os limites para fazê-lo, produzidas que são pelo processo histórico. Tal situação será particularmente importante, como se verá mais adiante, para a compreensão de quem são e o que fazem os guardiões de sementes.

Também Arendt ressalta o caráter processual e histórico da ação humana acentuando, no entanto, a imprevisibilidade dos resultados, como de resto já se intui a partir de Elias. Para ela jamais se pode prever o resultado e o fim da ação simplesmente por que a ação não tem fim.

A capacidade dos atos persistirem e perdurarem seria motivo de orgulho e de contentamento para os homens não fosse a consciência de que devem arcar com o bônus, mas também com o ônus, de terem desencadeado forças sobre as quais não tem controle.

Diz Arendt (2012, p. 291):

Os homens sempre souberam que aquele que age nunca sabe completamente o que está fazendo; que sempre vem a ser “culpado”¹⁰ de consequências que jamais pretendeu ou previu; que por mais desastrosas e imprevistas as consequências de seu ato, jamais poderá desfazê-lo; que o processo por ele iniciado jamais se consuma inequivocamente em um único ato ou evento, e que seu verdadeiro significado jamais se desvela para o ator, mas somente à mirada retrospectiva do historiador, que não age.

O alerta de Arendt é perturbador. No âmbito do que aqui é discutido serve de auxílio para a compreensão da ameaça contida na conduta daqueles que detém o mercado de sementes no mundo e no Brasil, como se verá mais adiante.

Por ora cabe salientar-se, também, que as concepções de Elias e Arendt não obscurecem, ao contrário, permitem que se identifique melhor os mecanismos por meio dos quais é construída a hegemonia do grupo dominante em determinada sociedade.

Isso interessa, aqui, pois trata-se de uma relação essencial, antes de tudo de caráter contraditório, entre as práticas sociais e articulatórias dos guardiões de sementes e as de outros agentes sociais presentes no território.

¹⁰ Grifo da autora.

Neste aspecto vale lembrar as contribuições de Laclau e Mouffe (2011) a respeito da hegemonia. Os autores, tendo por base a contribuição de Gramsci em torno da questão, afirmam que

El campo general de la hegemonia es el de las prácticas articulatórias, es decir, un campo en el que los elementos no han cristalizado en "momentos". En un sistema cerrado de identidades relacionales, en el que el sentido de cada momento está absolutamente fijado, no hay lugar alguno para una práctica hegemónica. Un sistema plenamente logrado de diferencias, que excluyera a todo significante flotante, no abriría el campo a ninguna articulación; o principio de repetición dominaría toda práctica en el interior del mismo, y no habría nada que hegemonear. Es porque la hegemonia supone el carácter incompleto y abierto de lo social, que sólo puede constituirse en un campo dominado por prácticas articuladoras (Laclau e Mouffe, 2011, ps. 177-178).

No entanto, para os mesmos autores, para falar-se de hegemonia, ou disputa hegemônica, não é suficiente a presença de práticas articulatórias, embora sejam essas imprescindíveis. É necessário que elas se confrontem com práticas articulatórias antagônicas em espaços comunitários preexistentes. Ou seja:

Sólo la presencia de una vasta región de elementos flotantes y su posible articulación a campos opuestos – lo que implica la constante redefinición de estos últimos – es lo que constituye el terreno que nos permite definir a una práctica como hegemónica. Sin equivalencia y sin fronteras no puede estrictamente hablarse de hegemonía (Laclau e Mouffe, 2011, p. 179).

Agora o conceito se esclarece. Às práticas articulatórias de um grupo deve-se acrescer as de um campo oposto equivalente e um espaço delimitado, visto como uma arena, no qual se desenvolve a disputa discursiva e se estabelece a hegemonia.

Pelo exposto, deve-se entender as práticas articulatórias dos guardiões de sementes – identificadas entre suas atuações rotineiras – como ações que disputam a hegemonia em relação ao discurso dominante engendrado em torno do agronegócio e de um paradigma fixista das variedades baseado em sua distinguibilidade, homogeneidade e estabilidade.

Essas ações, ainda que não totalmente controláveis quanto a seus efeitos e resultados, conforme Elias e Arendt preconizaram, compõem uma intrincada rede de tensões existente no espaço territorial. Tal espaço é o território delimitado, com fronteiras estabelecidas, no qual Laclau e Mouffe (2011) identificam a possibilidade da conflagração de natureza hegemônica.

Convém tratar-se, portanto, das questões relacionadas com o espaço e as ações nele produzidas. No que concerne à compreensão sobre o espaço, a obra de Henri Lefebvre é bastante esclarecedora. São muitos os conceitos e abordagens por ele desenvolvidos de interesse para aqueles que se dedicam ao assunto.

Aqui, trata-se de se destacar alguns aspectos de mais evidente relação com o entendimento a respeito das práticas que os guardiões levam a cabo e que, posteriormente, serão novamente abordados no capítulo III.

Uma primeira contribuição de Lefebvre (2013, p. 73) a ser sublinhada é que não se pode pensar espaço, tempo e energia separadamente, como também não é possível confundi-los.

Quien dice energía debe añadir al punto que la energía se despliega en un espacio. Quien dice espacio ha de manifestar inmediatamente qué y como lo ocupa: el despliegue de la energía alrededor de puntos en un marco temporal. Quien habla, por fin, de tiempo, debe enseñar referir lo que se mueve o cambia en él.

Outra questão relevante em sua construção teórica diz respeito à formulação de que, ao contrário do que comumente é afirmado, um espaço não é um espaço socializado. Um espaço vacante, vazio desde os pontos de vista mental e social, que facilita a socialização do não-social, é uma representação.

Lefebvre, (2013, p.230) afirma que o espaço atual é mais socializador – por meio de uma enorme diversidade de redes sociais constituídas – do que socializado. O autor prossegue assegurando a existência de um movimento contínuo “[...] que va de la opacidad a la claridad, de lo crítico a lo descifrado [...]” ou seja, a presença de uma prática permanente, nem objetiva nem subjetiva, mas geradora de consciência quanto à própria experiência do vivido nos espaços.

Assim, começa a delinear-se os contornos de uma tríade conceitual que assume a centralidade da concepção lefebvriana. Essa tríade, que expressa três momentos do espaço social, diz respeito a:

- a. La práctica espacial, que engloba producción y reproducción, lugares específicos y conjuntos espaciales propios de cada formación social; práctica que asegura la continuidad en el seno de una relativa cohesión. Por lo que concierne al espacio social y a la relación con el espacio de cada miembro de una sociedad determinada, esta cohesión implica a la vez un nivel de competencia y un grado específico de performance¹¹.

¹¹ Termos tomados da linguística de Noam Chomsky, o que, em absoluto, significa a subordinação da teoria do espaço à linguística (nota do autor).

- b. Las representaciones del espacio, que se vinculan a las relaciones de producción, al orden que imponen y, de ese modo a los conocimientos, signos, códigos y relaciones frontales.
- c. Los espacios de representación, que expresan (con o sin codificación) simbolismos complejos ligados al lado clandestino y subterráneo de la vida social, pero también al arte (que eventualmente podría definirse no como código del espacio, sino como código de los espacios de representación). (2013, p.92)

Essas três momentos são também definidos pelo autor como o percebido, o concebido e o vivido. A prática espacial (o percebido) é aquela que produz o espaço, dominando-o. É descoberta ao se decifrar o espaço social, conforme o aludido anteriormente. Anuncia uma relação entre a realidade cotidiana (uso do tempo pelas pessoas) e a realidade urbana e rural (estradas, ruas, etc).

As representações do espaço (o concebido) é o espaço dos planificadores, dos urbanistas, tecnocratas, é o espaço dos modos de produção. Podem ser pensadas desde fora, interferindo nas relações sociais existentes.

Já os espaços de representação (o vivido) é aquele experimentado por meio das imagens e símbolos, é o espaço dos habitantes, dos usuários e também dos artistas. É um espaço dominado, passivamente experimentado, que a imaginação pretende tomar.

O autor faz, porém, um alerta:

La tríada percibido-concebido-vivido (que en términos espaciales puede expresarse como práctica del espacio-representaciones del espacio-espacios de representación) pierde su alcance si se le atribuye el estatuto de un “modelo”abstracto. O bien capta lo concreto (como algo distinto de lo ‘inmediato’) o entonces sólo tiene una importancia limitada, la de una mediación ideológica entre muchas otras (2013, p. 99).

Muito embora a simples explicitação da tríade esclareça e suscite inquietações sobre o que seja o espaço, para melhor compreendermos sua abordagem a esse respeito, vale referir a análise de Lutfi no que tange ao que Lefebvre (2006) entende por “representação”. Lutfi (1996) analisa a contribuição do autor na identificação de diversas genealogias a respeito das representações no pensamento contemporâneo¹².

Com base em tal genealogia e nas concepções dos autores por ele estudados Lefebvre afirma que as representações não são falsas, nem verdadeiras. Mais do que restringir-se a este tipo de dicotomia, partindo da abordagem de Lefebvre, Lutfi (1996, p. 89) ressalta a importância de se indagar sobre “o processo pelo qual a força do

¹² A abordagem de Lefebvre a respeito das representações dá-se, principalmente, a partir do estudo de Kant, Hegel, Marx e Nietzsche, na obra “La Presencia y La Ausencia” (2006).

representado se esvai, suplantada por seu representante por meio da representação. [...] As representações interpretam e, ao mesmo tempo, interferem na prática social, fazem parte da vida e dela só se distinguem pela análise”.

Outro aspecto relevante na concepção de Lefebvre é que não há um espaço social, senão vários espaços sociais, formando um conjunto inumerável. No curso do processo de desenvolvimento nenhum espaço chega a desaparecer: o global não bane o local.

Esclarecendo essa ideia, e relacionando-a com os temas aqui tratados, fundamentalmente no que diz respeito à existência de conflitos ambientais, Soto (s/d, p. 8) realça que:

Na perspectiva lefebriana, o espaço está fragmentado pelas estratégias que se cruzam e se superpõem. Os conflitos ambientais podem ser compreendidos levando em conta a existência dessas contradições e das estratégias que se cruzam, como as estratégias das multinacionais, do Estado, da energia. A análise estratégica do espaço ainda não foi feita, diz Lefebvre (2003). Os sistemas têm uma relação com o espaço e essa relação é determinante. [...] Por tal motivo, diz Lefebvre, a análise dos sistemas entrou em crise, já que trata o espaço como abstração, fragmentando-o, mas não o conhece em si mesmo. Não há um sistema total, as próprias contradições do espaço impedem que o sistema se feche em si mesmo.

Referenciando-se nas contribuições de Henri Lefebvre acerca das dimensões que as práticas sociais espaciais podem assumir – o vivido, o percebido e o imaginado (ou concebido) – Harvey (1989, p. 203) constrói a “grade” que é reproduzida a seguir pela clareza que proporciona, no que tange ao entendimento dessas ações:

	Acessibilidade e distanciamento	Apropriação e uso do espaço	Domínio e controle do espaço	Produção do espaço
Práticas espaciais materiais (vivido)	Fluxo de bens, dinheiro, pessoas, força de trabalho, informações etc; sistemas de transporte e comunicação; hierarquias urbanas e de mercados; aglomeração	Usos da terra e ambientes construídos; espaços sociais e outras designações espaciais; redes sociais de comunicação e ajuda mútua	Propriedade privada da terra; divisões administrativas e estatais do espaço; comunidades e bairros exclusivos; zoneamento excludente e outras formas de controle social (policimento e vigilância)	Produção de infraestruturas físicas (transporte e comunicações); ambientes construídos, liberação de terra, etc); organização territorial de infraestruturas sociais (formais e informais)
Representações do espaço (percebido)	Medidas sociais, psicológicas e físicas da distância;	Espaço social, mapas mentais do espaço ocupado; hierarquias	Espaços proibidos; “imperativos territoriais”; comunidade;	Novos sistemas de mapeamento, de representação visual, de

	mapeamento; teorias da “fricção da distância” (princípio do menor esforço, física social, alcance de um lugar bom e central e outras formas de teoria da localização)	espaciais, representação simbólica dos espaços; “discursos espaciais”	cultura regional; nacionalismo; geopolítica; hierarquias	comunicação etc; novos discursos artísticos e arquitetônicos; semiótica
Espaços de representação (imaginado)	Atração/repulsão; distância/desejo; acesso/negação; transcendência; “o meibh a linguagem”	Familiaridade; aconchego familiar; locais abertos; locais de espetáculo popular (ruas, praças, mercados); iconografia e grafite; publicidade	Estranheza; espaços de meio; propriedade e posse; monumentalidade e espaços de ritual; barreiras simbólicas e capital simbólico; construção da tradição, espaços de repressão	Planos utópicos; paisagens imaginárias; ontologias e espaço de ficção científica; esquetes artísticos; mitologias de espaço e lugar; poética do espaço; espaços do desejo

Harvey, a exemplo de Lefebvre, relaciona sua concepção de espaço com o tempo. Ele cita Bachelard ao início e, em seguida, Heidegger:

Um espaço “que foi apropriado pela imaginação não pode permanecer como um espaço indiferente, sujeito às medidas e estimativas do pesquisador” [...] “pensamos que nos conhecemos no tempo” escreve ele, “quando tudo o que conhecemos é uma sequencia de fixações no espaço” [...] Os ecos de Heidegger são fortes aqui. “O espaço contém tempo comprimido. É para isso que serve o espaço” (2013, p.200)¹³.

Essa concepção sobre o tempo não é nada usual. Normalmente o tempo é associado a um fluxo que transcorre linearmente. Harvey, no entanto, reverberando a afirmação de Heidegger, afirma que o tempo é memorizado, capturado, como lembranças de situações vividas em espaços determinados.

O espaço contém tempo comprimido... a ideia é instigante. Não raro se percorre um espaço, uma rua, uma casa, prédios ou propriedades rurais e fatos longamente esquecidos afloram à memória por vezes com enorme intensidade. Uma intensidade que chega a suplantar acontecimentos recentes e que pode provocar alterações imediatas no humor ou na sensibilidade do agente. O tempo, então, parece dilatar-se, ressalta sensações vividas no passado ou propicia que a angústia ou otimismo em relação ao futuro apoderem-se de todo o ser.

¹³ Grifos do autor.

Com esse mesmo sentido, Lefebvre (2013, p. 164) afiança que normalmente “para la historiografía, el pensamiento opera fraccionando la temporalidad; sin muchos inconvenientes, inmoviliza la sucesión del tiempo, su análisis fragmenta y recorta la temporalidad”. Como se fosse em um quadro, o tempo deixa marcas no espaço. Os resultados e produtos das atividades sociais são gravados e, portanto, há mais de uma inscrição do tempo no espaço. Assim, o espaço que o tempo engendra é sempre sincrônico, demonstrado e percebido em sua totalidade, inclusive no tocante a seus laços internos e redes, conexões que ligam seus elementos.

É nessa condição produzida pela modernidade que se utiliza a Teoria da Estruturação de Anthony Giddens (2013), com vistas a verificar se os guardiões estão atuando no sentido da constituição de um sistema intersocial. Isso interessa desde o ponto de vista sociológico, na medida em que, havendo sinais da presença de um sistema intersocial pode-se inferir que uma nova categoria social começa e engendrar-se, destacando-se da mais abrangente que hoje lhes abriga, os agricultores familiares.

Do ponto de vista empírico essa verificação deu-se pelas manifestações dos entrevistados que identificaram aspectos fundamentais para a construção de um sistema intersocial, a saber: a presença de fatores limitadores ou facilitadores das ações dos guardiões; a existência de um território delimitado de atuação; e a existência de relações em co-presença ou em condições de reciprocidade.

Tais questões serão novamente abordadas no capítulo III e nas conclusões ao final apresentadas.

Antes, porém, de fazer-se menção aos principais conceitos estruturacionistas que relacionam-se com a formulação aqui apresentada, convém alertar-se sobre como são entendidas as teorias e mesmo o quanto é limitada a abordagem aqui sugerida.

Ora, em primeiro lugar, no âmbito do aqui exposto, as teorias são entendidas como ferramentas que, conjugadas com as metodologias investigativas, apoiam a análise social. A utilização da Teoria da Estruturação dá-se, portanto, pela compreensão de que seus conceitos são os mais adequados para os estudos do caso concreto e não por filiação a uma espécie de receituário capaz de elucidar todo e qualquer problema sociológico.

Outro aspecto a ser considerado, e que também relativiza a abordagem aqui construída, é o que Morin (2011) ressalta no que tange ao pensamento complexo¹⁴. Para o autor:

Qualquer conhecimento opera por seleção de dados significativos e rejeição de dados não-significativos: separa (distingui ou disjunta) e une (associa, identifica); hierarquiza (o principal, o secundário) e centraliza (em função de um núcleo de noções-chave); essas operações são comandadas por...paradigmas, princípios ocultos que governam nossa visão das coisas e do mundo (2011, p. 10).

Tal relativização somente pode ser elucidada a partir do entendimento expresso pelo autor a respeito da complexidade. Ele se questiona e ato contínuo formula uma resposta:

O que é complexidade? A um primeiro olhar, a complexidade é um tecido (*complexus*: o que é tecido junto) de constituintes heterogêneas inseparavelmente associadas: ela coloca o paradoxo do uno e do múltiplo. No segundo momento, a complexidade é efetivamente o tecido dos acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem nosso mundo fenomênico. Mas então a complexidade se apresenta com os traços inquietantes, emaranhados, do inextricável, da desordem, da ambiguidade, da incerteza... (idem, p. 13)

O conhecimento ganha, portanto, contornos de absoluta precariedade. Parece ser inatingível o objetivo de bem elucidar um fenômeno social dada a insuficiência de métodos capazes de apoiar uma análise construída levando em conta as infinitas inter-retroações significativas, nas palavras de Morin. Note-se que o citado paradoxo do uno remete à relação entre as partes e o todo sendo impossível conhecer as partes sem um estudo aprofundado do todo e, concomitantemente, reconhecer que é impossível conhecer-se o todo sem entender as singularidades de cada parte¹⁵.

Feitas essas duas ressalvas passa-se a articular os conceitos propostos pela Teoria da Estruturação e que, parecem, ser relevantes ao tema.

¹⁴ Edgar Morin (2011) aborda largamente o assunto.

¹⁵ Morin (2014, 330-331) afirma que um paradigma da complexidade poderia estabelecer-se a partir dos seguintes princípios: 1. validade mas insuficiência da universalidade; 2. reconhecimento e integração da irreversibilidade do tempo na física; 3. impossibilidade de isolar unidades elementares simples na base do universo físico; 4. incontornabilidade da problemática da organização e auto-organização; 5. causalidade complexa; 6. consideração dos fenômenos segundo uma relação entre ordem, desordem, interações, organização e integração; 7. distinção, mas não separação, entre o objeto ou o ser e seu ambiente; 8. relação entre o observador/concebedor e o objeto observado/concebido; 9. necessidade de uma teoria científica do sujeito; 10. introduzir e reconhecer fisicamente e biologicamente as categorias do ser e da existência; 11. reconhecer cientificamente a noção de autonomia; 12. reconhecimento dos limites das demonstrações lógicas nos sistemas formais complexos e 13. pensar de maneira dialógica e por macroconceitos, ligando de maneira complementar noções eventualmente antagônicas.

O primeiro a ser desvendado é o de sistemas intersociais já que diretamente relacionado com o objeto da pesquisa.

Giddens afirma que sistemas intersociais são encontrados em circunstâncias de totalidades sociais, ou seja:

Todas as sociedades são sistemas sociais e, ao mesmo tempo, constituídas pela interseção de múltiplos sistemas sociais. Estes podem ser totalmente “internos” às sociedades ou transpor as linhas divisórias entre o “interior” e o “exterior”, formando uma diversidade de possíveis modos de conexão entre totalidades sociais e sistemas intersociais (2013, p.193).

O autor enfatiza, portanto, que os sistemas intersociais distinguem-se das totalidades que constituem um sistema social, dele entretanto sendo uma parte. Ressalta também que sistemas intersociais podem ser completamente internos à sociedade em que se encontram, o que é o caso da hipótese assumida nessa pesquisa em torno dos guardiões de sementes. De outra maneira, o autor afirma que o grau de sistemacidade presente nas sociedades é variável e que, por conta disso, os sistemas sociais não estão aprisionados em fronteiras rígidas, não são sistemas fechados.

Pode-se afirmar que sua teoria não se preocupa em determinar claramente os limites de um sistema e o significado dessa interseção. No entanto, é possível depreender-se, como expõe Rossoni et al, que “[...] muito embora Giddens não tenha tratado dos campos em específico, sua abordagem de sistemas é bastante favorável a essa definição [...]” (2013, p. 523). Ou seja, o conceito de sistema intersocial é bastante próximo da concepção corrente a respeito de campos fundamentalmente a expressa por Bourdieu (2012).

Para melhor decifrar um sistema é necessário verificar as estruturas que ele engendra. Giddens as entende para além do caráter coercitivo normalmente propalado.

Para o autor as estruturas são regras e recursos recursivamente utilizados na reprodução dos sistemas. E, ainda mais, ele ressalta a dualidade da estrutura, nos seguinte termos:

A estrutura como meio e resultado da conduta que ela recursivamente organiza; as propriedades estruturais de sistemas sociais não existem fora da ação, mas estão cronicamente envolvidas em sua produção e reprodução (2013. P. 441).

A contribuição e originalidade de Anthony Giddens, no que se refere a esse conceito, se dá pelo fato de proclamar que ação e estrutura são duas dimensões indissociáveis, ou seja, a estrutura organiza a ação humana e é produzida por ela.

Além disso, para Giddens, a estrutura possui um componente espaço-temporal, conforme tratado anteriormente, e uma ordem virtual que são explicadas pelo autor da seguinte forma:

[...] a estrutura refere-se, em análise social, às propriedades de estruturação que permitem a “delimitação” do tempo-espacô em sistemas sociais, às propriedades que possibilitam a existência de práticas sociais discernivelmente semelhantes por dimensões variáveis de tempo e de espaço, e lhes emprestam uma forma “sistêmica”.

Dizer que estrutura é uma “ordem virtual” de relações transformadoras significa que os sistemas sociais, como práticas sociais reproduzidas, não tem “estruturas”, mas antes exibem “propriedades estruturais”, e que a estrutura só existe, como presença espaço-temporal, em suas exemplificações em tais práticas e como traços mnêmicos orientando a conduta de agentes humanos dotados de capacidade cognoscitiva (2013, p. 20).

Em outras palavras, o autor alega que a estrutura somente se manifesta por meio de suas propriedades, os seja quando são mobilizados recursos capazes de facilitar a agência humana ou, por outro lado, quando sobressaem-se regras, inibindo ou inviabilizando as ações.

Giddens arremata tal construção teórica afirmando que as práticas sociais que possuem maior extensão espaço-temporal, dentro de tais totalidades, podem ser designadas instituições.

Assim, nas últimas décadas se pode observar uma reconceitualização da natureza da ação humana, desde o ponto de vista de diversas construções teóricas sociológicas, atenuando-se acentuadamente os aspectos referentes ao subjetivismo decorrente da ação. É o que se depreende de Giddens e Turner quando afirmam:

Hoje, contudo, podemos perceber que o remanejamento das questões concernentes à ação humana não precisa acarretar uma ênfase excessiva na subjetividade, mas, ao contrário, pode vincular uma sofisticada teoria do sujeito a análises de um tipo mais institucional (1999, p.11).

Nesse ponto também vale referir a contribuição de Elias que organiza o conceito de configuração. Para o autor, configuração refere-se à interdependência dos atores e suas ações.

Eles encontram-se, segundo Elias, em meio a um padrão mutável criado “não só por seu intelecto mas também pelo o que eles são no seu todo, a totalidade das ações

que sustentam uns com os outros” (2014, p.142). A configuração constitui uma teia, um entrelaçado de tensões.

Elias segue seu raciocínio, assim dizendo:

No seio das configurações mutáveis – que constituem o próprio centro do processo de configuração – há um equilíbrio flutuante e elástico e um equilíbrio de poder, que se move para diante e para trás, inclinando-se primeiro para um lado e depois para o outro. Este tipo de equilíbrio flutuante é uma característica estrutural do fluxo de cada configuração (2014, p. 143).

Conforme se apresentará no capítulo III, verificou-se pelas narrativas dos entrevistados, que há três ordens de interdependência no que diz respeito ao sistema intersocial dos guardiões.

A primeira é a comunicação existente entre os próprios guardiões que lutam para consolidar espaços de troca de experiências e materiais. A segunda é com os demais cidadãos e consumidores, no sentido de se constituírem espaços cada vez mais largos para uma produção e consumo de alimentos saudáveis, bem como da ampliação da consciência de que a diversidade biológica e os saberes tradicionais devem ser preservados. A terceira ordem de interdependência com outros agentes sociais é a que se estabelece com os representantes do mercado de sementes, fundamentalmente no que tange às grandes corporações internacionais que detém esse mercado em quase sua totalidade.

Dito isso e retornando à esfera dos conceitos utilizados por Giddens (2013), no sentido de uma melhor compreensão dos sistemas intersociais, destaca-se o monitoramento reflexivo dos agentes a respeito das ações que efetivam e relações que constituem em meio às configurações aludidas por Elias. Para Giddens, os agentes controlam e ajustam permanentemente o curso de suas atividades, esperando que os outros também o façam, bem como monitoram usualmente aspectos sociais e físicos dos contextos nos quais se movimentam.

O monitoramento reflexivo está conectado com mais dois conceitos aqui considerados. O primeiro deles refere-se à análise de conduta estratégica, quer dizer, ao modo como os agentes monitoram reflexivamente o que fazem. O segundo é a análise institucional, em outras palavras, essa análise, para Giddens, “ [...] trata as instituições como regras e recursos na constituição da interação” (2013, p. 439).

A presença, ou não dessas três circunstâncias – monitoramento reflexivo, análise da conduta estratégica e análise institucional – foram tratadas nas entrevistas realizadas com os guardiões e especialistas.¹⁶

Por outro lado, acrescentando uma dimensão de historicidade à pesquisa, e reforçando a importância de captar-se a percepção dos guardiões de sementes a respeito do processo social no qual estão envolvidos, Elias afirma que muito embora o observador que analisa longos períodos históricos possa subdimensionar o papel do indivíduo “a pessoa que atua dentro do fluxo talvez tenha uma oportunidade melhor de ver quantas coisas podem depender de pessoas particulares, apesar da fluidez da direção geral.” (1987, p. 47).

Importa, pois, identificar práticas rotineiras dos guardiões de sementes no sentido desse monitoramento, haja vista eles estarem constantemente se defrontando com riscos, muitas vezes produzidos por agentes externos aos espaços sociais em que atuam.

Amparando-se novamente na abordagem de Giddens vale frisar o que o autor entende por rotinização:

O caráter habitual e assente da maior parte das atividades da vida social cotidiana; a preponderância de estilos e formas de conduta familiares, sustentando e sendo sustentada por um senso de segurança ontológica (2013, p. 444).

O conceito é de interesse já que se pretende, entre outras questões, verificar a presença de atividades de monitoramento reflexivo por parte dos guardiões, bem como de preservação dos recursos naturais e transmissão das tradições, entre suas práticas rotineiras.

Complementarmente Giddens (2009) utiliza o conceito de posicionamento, de acordo com mencionado no capítulo I, e a consequente contextualidade das interações sociais.

Para o autor contextualidade é:

O caráter situado da interação no tempo-espacó, envolvendo o encenamento da interação, os atores co-presentes e a comunicação entre eles.

Tanto o posicionamento quanto a contextualidade são, também, motivos de monitoramento reflexivo por parte dos guardiões especialmente em relação ao espaço-tempo, conforme será apresentado em seção específica do capítulo III.

¹⁶ Os questionários aplicados encontram-se no Apêndice.

Sob uma perspectiva diversa, mas também a partir do monitoramento reflexivo das ações e instituições, Giddens ressalta o que é ser um agente. Para ele um agente tem a capacidade de exibir, de forma recursiva no fluxo da vida cotidiana, “uma gama de poderes causais, incluindo o de influenciar os manifestados por outros.” (2014, p 17).

A ação, então, expressa uma capacidade de criar diferenças no *status quo*, ou no curso de eventos preexistentes.

2.2 METODOLOGIA

No tocante à metodologia aplicada à pesquisa cabe salientar que a pesquisa científica, para obter um resultado satisfatório, requer que uma série de aspectos sejam harmonicamente encadeados. Como asseveram Marconi e Lakatos (2010, p.198) “em uma pesquisa, nada se faz ao acaso. Desde a escolha do tema, fixação dos objetivos, determinação da metodologia, coleta de dados, sua análise e interpretação para a elaboração do relatório final, tudo é previsto no projeto de pesquisa”.

No sentido de orientar a execução de uma pesquisa, D’Ancona (1988, p. 81) alerta que é recomendável que o pesquisador seja flexível para enfrentar situações não previstas de início:

Pero, ante todo, el proceso de investigación no ha de concebirse como algo fijo e inmutable. Aunque el proyecto haga una expressa relación de las actuaciones para el cumplimiento de cada fase de la investigación, su puesta en práctica puede llevar a la modificación – a veces sustancial – del diseño original. Razón por la cual se recomienda la previsión (en el proyecto de investigación), de posibles incidencias en su ejercicio, así como sesgos previsibles que pudieran invalidar los resultados del estudio.

Essas duas perspectivas basilares orientam a atual averiguação. Por um lado, procura-se atender a uma estrutura metodológica que garanta a científicidade do processo investigativo e, por outro, atentar para os sinais que eventualmente possam conduzir a alterações do planejado no transcorrer de sua execução.

As técnicas de investigação a serem utilizadas, análise documental e entrevistas semi-estruturadas, partem de um ponto de vista qualitativo.

No tocante à primeira técnica a ser utilizada, Gil (2009, p. 109) assevera que “[...] pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente

ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de coletar dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social”.

A realização de entrevistas semi-estruturadas foi fundamental para a compreensão da percepção dos guardiões de sementes, a respeito da necessidade e forma de sua organização bem como de suas práticas no que tange à transmissão do conhecimento e de conservação dos recursos genéticos.

Foram entrevistados, por meio da aplicação de questionários abertos, cujo roteiro básico é ao final exposto como apêndice, cinco guardiões, três do município de Tavares, um de Canguçu e um que faz parte de um coletivo de guarda e conservação. Foram também ouvidos três especialistas que tratam do tema, sendo esses últimos pesquisadores da Embrapa Clima Temperado, sediada em Pelotas/RS.

No que se refere aos guardiões foi ouvido um de Canguçu/RS, pois esse é um dos municípios com maior concentração de pequenas propriedades no Brasil. Esse fato acaba por constituir relações sociais muito peculiares, normalmente avançadas em relação ao que se poderia esperar da região. Três outros guardiões são oriundos de Tavares/RS. Lá, por questões geográficas e relativas ao processo de desenvolvimento, se pode observar um certo isolamento da comunidade, durante muitos anos. Tal aspecto acarretou, também, que muitas sementes foram conservadas, livres de contaminação desde o ponto de vista genético.

Ressalta-se, ainda, que a pesquisa prima por uma análise qualitativa e a escolha dos entrevistados levou tal fato em consideração, na medida em que foi ouvida uma mulher, um representante dos movimentos sociais, dois agricultores familiares de meia idade e um mais idoso.

Dentre os entrevistados, se tem a narrativa de um dos mais reconhecidos líderes do Movimento dos Pequenos Agricultores expressando, aqui, a opinião dos movimentos sociais organizados.

O primeiro guardião entrevistado é agricultor, 41 anos, filho de pais agricultores, estudou até a 4 série, sempre morou na região, casado, 1 filho e a sua propriedade tem 8 hectares.

A guardiã ouvida tem 65 anos, é agricultora desde os 5 anos, filha de pais agricultores, viúva, tem 1 filho de 22 anos, nasceu e sempre viveu na região, foi para a cidade por pouco tempo antes de casar.

O segundo homem entrevistado tem 66 anos, é agricultor, filho de pais agricultores, estado civil “casado e separado”, nasceu na região mas morou 14 anos na cidade.

O próximo agricultor ouvido nasceu em Não-Me-Toque e lá viveu até os 16 anos, é solteiro, não tem filhos e sua idade atualmente é 59 anos.

O último guardião entrevistado tem 51 anos, filho de pais agricultores, casado, pai de um casal de filhos, natural de Canguçu-RS.

No caso dos especialistas da Embrapa foram ouvidos dois que atuam diretamente no projeto “As sementes crioulas como instrumento tecnológico e cultural na integração do agricultor familiar no contexto sócio-econômico” e, ainda, o Chefe Adjunto de Transferência de Tecnologia da Embrapa Clima Temperado, por possuir um largo conhecimento na área, além de ter tido a oportunidade de conhecer diferentes experiências sobre o tema em diversos países e contextos.

Importante frisar que as entrevistas puderam contar com a participação de mais de uma pessoa, pois muitas vezes outros membros da família se envolvem com a atividade de guardar sementes, principalmente as mulheres. Além dos guardiões as entrevistas também foram realizadas com três especialistas, conforme já mencionado, na perspectiva de melhor se compreender as atividades dos guardiões.

As entrevistas semi-estruturadas combinaram perguntas abertas e fechadas. A partir de um roteiro inicial e, tendo em vista as respostas dadas, novas indagações foram formuladas, procurando explorar as ideias e sentimentos dos entrevistados. Dessa forma foi apresentado aos entrevistados um conjunto de questões previamente definidas, enriquecidas com aspectos e questionamentos advindos do próprio transcorrer da entrevista.

Percebe-se, portanto, o que Goode e Hatt (1972, p.240 e 241) querem dizer quando afirmam que a entrevista é um processo de interação social e, ainda, que os indícios dessa interação que estão abaixo do limiar da percepção do entrevistador e entrevistado, os indícios subliminares, podem ser tão importantes quanto as respostas proferidas na condução da entrevista.

Para esses autores a entrevista não é uma simples conversa (idem, p. 246): “ Para realizá-la com êxito, deve existir todo o calor e troca de personalidade de uma conversação, com a clareza e orientação da pesquisa científica”. A atenção, pois, a indícios subliminares (gestos, silêncios, nervosismo ou satisfação ao mencionar certos

assuntos) é valiosa para a condução satisfatória da entrevista bem como para que se possa melhor entender a percepção do entrevistado sobre suas práticas e as dos outros.

Partindo do entendimento acima exposto, pode-se observar no caso concreto, que os guardiões expressavam um justificado orgulho pelo desempenho de suas atividades. Mostraram-se satisfeitos com o posicionamento – conceito de Giddens (2009) – que detém frente à sociedade.

De outra parte, também ficou evidente em alguns casos, um certo desconforto quando os questionamentos abordavam a relação de suas ações com a religiosidade. Embora transparecesse um viés místico ou religioso informando suas ações, restou claro que trata-se de um assunto de foro íntimo, pessoal, difícil de ser tratado.

Portanto, a entrevista semiestruturada mostrou-se como uma técnica bastante apropriada para a apreensão do ponto de vista dos atores sociais, o que somente foi possível partindo-se de um rigor ético e científico que verdadeiramente valorizou a relação de confiança constituída.

Já no que se refere à análise documental acredita-se que o documento é uma das principais fontes utilizadas nas pesquisas sociológicas. Para Cellard (2010, p. 296), numa visão mais globalizante e contemporânea o documento “pode tratar-se de textos escritos, mas também de documentos de natureza iconográfica e cinematográfica, ou de qualquer outro testemunho registrado, objetos do cotidiano, elementos folclóricos, etc”.

Os documentos avaliados foram os produzidos no âmbito da constituição da Associação dos Guardiões de Sementes de Ibarama e, ainda, os referentes à legislação pertinente ao tema como tratados internacionais e leis que regulam o acesso à diversidade biológica brasileira. Também mereceu estudo uma Carta dos Movimentos Sociais contrapondo-se ao PL n. 7.375/2014.

Definidas essas duas técnicas de pesquisa procedeu-se a uma verificação em torno da existência de algum procedimento adaptado ao caso concreto e às concepções de Giddens. Tal exame conduziu a Rossoni et al (2013, p. 533-534) que apresentam recomendações metodológicas para o processo investigatório no seguintes termos:

Perante as definições de análise institucional e de análise de conduta estratégica, somadas as questões da temporalidade e dos níveis de análise, buscamos delinear alguns procedimentos gerais de investigação coerentes com uma perspectiva estruturacionista. Não serão procedimentos detalhados e específicos, mas um resgate de métodos amplamente usados e suas possibilidades. [...] Como recorte analítico, preferimos definir o processo de investigação em dois níveis

que são interdependentes entre si: (a) Elucidação hermenêutica de significados e formas de consciência prática; (b) Definição dos limites da agência e de fronteiras espaciotemporais. Para cada um dos níveis, definimos: (1) o foco prevalecente; (2) os elementos fundamentais; (3) tipo de integração fundamental; (4) questões fundamentais; e (5) métodos comumente empregados.

Adaptando, a partir dessas considerações, um quadro apresentado pelo próprio Rossoni et al (idem, p. 534), temos que:

	Elucidação hermenêutica de significados e formas de consciência prática	Definição dos limites da agencia e de fronteiras espaciotemporais
Foco prevalecente	Análise da conduta estratégica	Análise da dualidade da estrutura e de ordens institucionais
Elementos Fundamentais	Práticas, Discursos, Consciência	Regras, recursos, posições
Tipo de Integração Fundamental	Integração Social	Integração de Sistema
Questões fundamentais	Como os atores sociais atribuem significado às práticas rotineiras? Como eles interpretam os relacionamentos?	Como as propriedades estruturais como regras, recursos e posições estão vinculados ao sistema social?

A abordagem apresentada no quadro foi utilizada para orientar a formulação do roteiro básico previsto nos questionários. Assim, quanto ao foco prevalecente no processo de pesquisa optou-se por trabalhar questões relativas ao monitoramento reflexivo, relacionada à análise da conduta estratégica, basicamente no que diz respeito a constituição de espaços apropriados para fazê-lo coletivamente.

Também em relação ao foco procurou-se trabalhar com a dualidade da estrutura a partir de uma ênfase nos aspectos teóricos, informando a dimensão seguinte, “elementos fundamentais”.

No que tange à dimensão “elementos fundamentais”, e com clara conexão com a dualidade da estrutura, explorou-se nos questionários as questões relativas às práticas sociais (ação) dos guardiões, bem como a identificação de regras e recursos (sistema) capazes de influenciar na constituição do sistema intersocial.

A dimensão “questões fundamentais”, exposta por Rossoni et al (2013), também foi utilizada nas questões formuladas aos entrevistados com destaque para a elucidação de suas práticas sociais e propriedades estruturais.

O autor também ressalta, com muita propriedade:

Na medida em que o interesse da abordagem estruturacionista se concentra na compreensão das práticas sociais por meio da análise dos relacionamentos entre estrutura e ação, a preocupação fundamental se destaca de uma lógica de níveis mais ou menos amplos em termos hierárquicos para concentrar-se na conexão espaciotemporal de eventos mais circunscritos ou localizados e outros de maior permanência temporal e abrangência espacial. Nesse sentido, rejeita-se a distinção dicotômica entre macro e micro em benefício das noções

de integração social e integração de sistema. Por integração social, Giddens (1989, p. 115) afirma que “diz respeito à interação em contexto de co-presença”. Já integração de sistema se refere “a reciprocidade entre atores ou coletividades no tempo-espacô ampliado, fora das condições de co-presença” (2013, p. 531).

Em que pese não se tenha focalizado os mecanismos de integração social e integração de sistema, procurou-se atender à recomendação de identificar-se as conexões existentes entre as práticas dos guardiões, do ponto de vista espaço-temporal, tanto em condições de co-presença (micro) quanto em circunstâncias de reciprocidade no espaço ampliado (macro), conforme é tratado na conclusão.

Essa compreensão contribuiu para orientar o esforço investigativo que foi realizado com os guardiões de sementes. Do ponto de vista da análise da interação em co-presença foram estudadas as práticas relativas à preservação ambiental, transmissão das tradições e monitoramento da conduta estratégica.

Pretendeu-se, assim, por meio da aplicação da metodologia exposta, contribuir para um melhor entendimento das atividades dos guardiões verificando as conexões entre suas práticas e regras e recursos por eles mobilizados desde um ponto de vista estruturalista ou seja, baseado na Teoria da Estruturação de Anthony Giddens.

Essas são, pois, as orientações metodológicas e respectivas técnicas investigatórias que norteiam o aqui produzido.

CAPÍTULO III

QUEM SÃO E O QUE FAZEM OS GUARDIÕES DE SEMENTES

O presente capítulo tratará inicialmente das ideias capazes de, articuladas, conformarem uma definição de guardiões de sementes desde o ponto de vista sociológico, haja vista que na revisão bibliográfica realizada encontrou-se somente abordagens lastreadas em aspectos biológicos.

Assim, serão resgatadas as concepções de Weber, Giddens e Beviláqua para construir uma definição que dê conta das duas dimensões citadas.

Na sequencia é realizada uma rápida contextualização normativa a respeito do tema. Nela são apresentados sucintamente os dispositivos legais, constitucionais e infraconstitucionais, bem como tratados e convenções dos quais o país é signatário. Merece destaque, ainda, a recente norma sobre acesso aos recursos genéticos e repartição de benefícios dele decorrentes.

Por fim, na terceira seção, são expostas as percepções dos atores sociais, ou agentes para utilizar-se uma expressão cara a Giddens, a respeito das questões que podem suscitar a construção de um sistema intersocial por parte dos guardiões.

3.1. JUNTANDO AS PEÇAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA DEFINIÇÃO

Pelo exposto na introdução, e retornando ao processo de desenvolvimento verificado na região sul do RS, a atual configuração da sociedade no extremo sul do país, com todas as suas vicissitudes, foi obra de conflitos, contradições, teses e antíteses, que delinearam um cenário diversificado (com protagonismo de diferentes atores sociais), que expressa, no entanto, majoritariamente em sua configuração as marcas incontestáveis dos grupos sociais que detém o poder econômico.

Em que pese a proeminência desse processo de hegemonia, dominação e desigualdade social, atualmente se fortalece o entendimento – até mesmo no arcabouço legal do país – de que o conhecimento tradicional, local, popular, dos agricultores é extremamente relevante e, consequentemente, que os avanços do conhecimento e geração de novas tecnologias não são prerrogativas únicas da ciência.

Questões relativas ao acesso, transmissão desses conhecimentos e tradições, além da repartição de benefícios oriundos de sua utilização econômica, serão adiante

abordadas de forma mais detalhada dada a centralidade que essas práticas assumem no que tange ao aqui exposto.

Destaque-se que entre os agricultores é perceptível a presença dos “guardiões de sementes”, responsáveis por “bancos de sementes” que, para além de conservarem a agrobiodiversidade – que sofre importante processo de erosão genética¹⁷, em virtude da hegemonia do modelo convencional da produção agrícola – transmitem seus saberes às novas gerações sob a égide dessa diversidade.

Os guardiões estão presentes em boa parte do território do Rio Grande do Sul, inclusive na região sul, e encontram-se entre os agricultores familiares, quilombolas e indígenas.

Bevilaqua (2014, p. 102), num esforço para caracterizá-los e conceituar a categoria social acentua que: “Os guardiões desenvolvem técnicas empíricas de cunho sociocultural para resgate, manutenção e dispersão de materiais crioulos, cujas práticas são passadas de geração em geração”.

Com o sentido de elucidar essas ações socioculturais, captar a essência de suas práticas cotidianas e contribuir para uma conceituação da categoria social importa abordar-se a instigante relação entre dominantes e dominados, dado o papel desempenhado pelos guardiões – em um certo sentido dominador de caráter tradicional – nas comunidades em que vivem.

Utilizando a expressão guardiões, Anthony Giddens (1995, p. 129) afirma que “em geral podemos fazer uma distinção entre governantes ou funcionários (que dão ordens) e guardiões (que fornecem as interpretações), embora as duas categorias estejam muito frequentemente misturadas na mesma pessoa.”

Importa reter, no delineamento posterior de uma definição de guardiões, o ponto de vista de Giddens, no sentido de que guardiões observam a natureza e as relações sociais existentes e, depois, transmitem a sua interpretação da realidade a familiares ou outros membros das comunidades das quais fazem parte. O autor também faz referência às contribuições de Max Weber, ao verificar que uma distinção importante entre as sociedades tradicionais e modernas assentava-se na legitimidade dos sistemas de autoridade.

¹⁷ A erosão genética é a perda da diversidade genética das culturas. A principal causa deste fenômeno é a substituição das variedades locais por variedades e espécies "melhoradas", que são introduzidas e acabam por dominar o mercado de sementes.

Weber (2012, p. 139), em sua obra clássica *Economia e Sociedade*, entre várias outras questões, tratou dos tipos de dominação aos quais as pessoas podem ser submetidas. Para ele chama-se dominação “a possibilidade de encontrar obediência para ordens específicas (ou todas) dentro de um determinado grupo de pessoas”.

A dominação, conforme tal definição pode “basear-se nos mais diversos motivos de submissão: desde o hábito inconsciente até considerações puramente racionais referentes a fins” (idem, p. 139). Em qualquer caso, no entanto, é possível identificar-se um mínimo de vontade de aquiescer às ordens formuladas.

O autor ressalta que a pessoa ou grupo dominador não se contenta em verificar os motivos pelos quais a dominação se concretiza – puramente materiais, afetivos ou racionais – eles procuram estabelecer nos dominados a convicção de que a dominação é legítima.

Partindo dessa constatação Weber verificou que há três tipos de dominação legítima:

- [...] 1. de caráter racional baseada na crença da legitimidade das ordens estatuídas e do direito de mando daqueles que, em virtude dessas ordens, estão nomeados para exercer a dominação (dominação legal), ou
2. de caráter tradicional baseada na crença cotidiana na santidade das tradições vigentes desde sempre e na legitimidade daqueles que, em virtude dessas tradições, representam a autoridade (dominação tradicional) ou
- 3 de caráter carismático baseada na veneração extra cotidiana da santidade, do poder heroico ou do caráter exemplar de uma pessoa e das ordens por esta reveladas ou criadas (dominação carismática). (2012, vol. I, p. 141)

No que se refere à modalidade de dominação legal, que interessa abordar por ser a mais usual e, ao mesmo tempo, proporcionar um parâmetro comparativo com a dominação tradicional, Weber expressa que ela está alicerçada na crença da validade intrínseca das normas já que advindas de um sistema previamente acordado.

Essa dominação exercida sobre as pessoas obedece a uma ordem impessoal e objetiva, e deve também ser observada pelos superiores em cumprimento aos estatutos vigentes.

Nesse tipo de dominação, os dominados obedecem à regra e não a uma pessoa, como no caso da dominação tradicional. Eles atendem às determinações da autoridade.

Exemplos desse tipo de dominação são aquelas exercidas pelo Estado, empresas ou qualquer organização na qual se verifique uma hierarquia organizada e previamente regulamentada.

De forma diversa da dominação legal, que como se viu é impessoal, o detentor da autoridade tradicional (referente à segunda modalidade tratada por Weber), ou “senhor”, é respeitado em virtude de seu *status* tradicional e a confiança nele depositada é determinada não somente por regras tradicionais, mas, fundamentalmente, pela lealdade pessoal. Nas palavras de Weber quem detém esse tipo de autoridade é um “senhor pessoal” e não um “superior” razão pela qual essa mesma autoridade não se expressa por meio de procedimentos formais, como os decorrentes da autoridade racional-legal personificada na figura do funcionário burocrático.

Denominamos uma dominação tradicional quando sua legitimidade repousa na crença na santidade de ordens e poderes senhoriais tradicionais (existentes desde sempre). Determina-se o senhor (ou vários senhores) em virtude de regras tradicionais. A ele se obedece em virtude da dignidade pessoal que lhe atribui a tradição. [...] O dominador não é um “superior” mas senhor pessoal, seu quadro administrativo não se compõe primariamente de “funcionários” mas de “servidores” pessoais, e os dominados não são “membros da associação” mas “companheiros tradicionais”. (idem, p. 148)¹⁸

Com uma concepção muito próxima da expressa por Weber a respeito da autoridade tradicional, Giddens (1990, p. 130) afirma que:

Aqueles que detêm autoridade – ou realmente “são” autoridade – agem ou são dessa maneira em virtude de seu acesso especial aos poderes causais da verdade formular. “Sabedoria” é o termo característico a ser aqui aplicado. A pessoa detentora do saber ou sábia é o repositório da tradição, cujas qualidades especiais originam-se daquele longo aprendizado que cria habilidades e estados de graça.¹⁹

Tal abordagem destaca a dignidade e reconhecimento do papel desempenhado pelos guardiões – ou senhores pessoais nas palavras de Weber – nas e pelas comunidades nas quais vivem, além dos atributos pessoais singulares neles reconhecidos.

Complementarmente, ancorado em um enfoque conservacionista, Bevílqua (2014, p. 104) define guardiões como “agricultores que possuem sementes crioulas de diferentes espécies e que as mantém por um processo de multiplicação através do tempo, com ou sem seleção artificial”.

¹⁸ Grifo do autor.

¹⁹ Grifo do autor.

Partindo das dimensões abordadas – sociológica e biológica – parece adequado se inquerir sobre o que diferencia os guardiões de outros agricultores.

Os guardiões não somente guardam as sementes – como fazem certos agricultores no sentido de garantir o plantio nos anos vindouros – eles também aguardam. Eles tem uma relação especial com o tempo, pois somente com o seu transcurso as espécies cultivadas se adaptam às condições do lugar e passam a carregar características e propriedades que não escapam ao olhar cuidadoso e sensível do guardião. Conforme já destacado, os guardiões observam a natureza e as relações sociais e as interpretam.

É o conhecimento, a sabedoria sobre essas características e propriedades, sobre as técnicas de manejo das diferentes culturas nos sistemas de produção e a decorrente integração com os ecossistemas, que é transmitido pelos guardiões aos demais membros da comunidade.

Conforme o destacado na apresentação do estado da arte a confiança entre os guardiões é um aspecto significativo, pois os materiais são trocados ou repassados aos demais membros da comunidade acarretando nova ocupação para a sua conservação bem como expectativas no que se refere à segurança alimentar das famílias.

Esse conjunto de questões parecem ser corroboradas pela abordagem apresentada por Rojas et al (2015, p. 109):

Los agricultores custodios²⁰ no sólo conservan su diversidad de cultivos sino que experimentan, son observadores por excelencia y tienen un sentido de responsabilidad para compartir su material vegetal, conocimiento, patrimonio y cultura con sus familias, comunidades y con la sociedad en general; ellos son quienes mantienen, adaptan y fomentan la biodiversidad agrícola. Los otros agricultores de la comunidad tienen la responsabilidad de seleccionar y conservar las semillas para asegurar la subsistencia de sus familias.

Rojas complementa sua explicação, em texto que discorre sobre o projeto “Especies Olvidadas y Subutilizadas” do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (NUS IFAD III), coordenado pela Bioversity International e executado na

²⁰ Interessante a utilização do termo “agricultores custódios” na Bolívia. Segundo o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa o elemento de composição *custod*, do latim, custos/odi indica guarda; guardião; defensor; protetor. E custódio, conforme o mesmo dicionário, quem tem a função de guardar ou proteger alguém ou algo; padre franciscano que substituía o provincial na ausência deste; criança sem batismo; oficial romano que fiscalizava as eleições dos magistrados, para que se evitassem possíveis fraudes; na Roma antiga, capitão de armas. No Brasil a palavra custódia tem comumente uma conotação jurídica.

India, Nepal e Bolivia, comentando a respeito das diversas denominações dos guardiões:

Algunos agricultores destacan en sus comunidades por su dedicación al manejo de una amplia diversidad de cultivos y variedades, incluyendo las variedades raras y en peligro de extinción. Estos agricultores poseen el conocimiento tradicional asociado al manejo de la agrobiodiversidad. A estos agricultores excepcionales se les ha otorgado diversos nombres, como: expertos de semillas, agricultores nodales, conservadores de semillas, curiosos, conservacionistas, innovadores, guardianes de las semillas y agricultores custodios.” (2015, p. 107).

Pois esses agricultores, nos diferentes países nos quais são identificados, obtendo o respeito e a admiração dos demais membros da comunidade, partilham seus conhecimentos e suas sementes utilizando práticas que, reiteradas, contribuem para a conformação da tradição do lugar. Para melhor elucidar o conceito de tradição recorre-se ao apoio de Giddens (2012, p. 119):

A tradição, como tem sido enfatizado, envolve processos ativos de reconstrução, particularmente quando filtrados por guardiões. É comum considerar-se a tradição como intrinsicamente conservadora, mas em vez disso podemos dizer que ela transforma muitas coisas externas em atividade humana.

O autor também ressalta outros dois aspectos constitutivos da tradição. O primeiro deles é que a tradição envolve a transmissão de uma verdade formular. Ele afirma que: “A verdade formular é uma atribuição de eficácia causal ao ritual; os critérios de verdade são aplicados aos acontecimentos provocados, não ao conteúdo proposicional dos enunciados” (idem, p. 102).

O segundo atributo constitutivo é que as tradições tem um conteúdo normativo ou moral o que lhes proporciona um caráter de vinculação: representa não somente o que é, mas o que deve ser. Separada dos atributos mencionados a tradição corrompe-se em hábito ou costume.

Adicionalmente, Giddens destaca:

As características distintivas da tradição são o ritual e a repetição. As tradições são sempre propriedades de grupos, comunidades ou coletividades. Indivíduos podem seguir tradições ou costumes, mas as tradições não são uma característica do comportamento individual do modo como os hábitos o são (2000, 51-52).

Partindo, pois, dessas considerações se pode definir guardiões de sementes como uma categoria social que conserva recursos genéticos da humanidade, transmite

reiterada e ritualisticamente seus conhecimentos e práticas às novas gerações obtendo, por conta dessas circunstâncias, o reconhecimento das comunidades nas quais vivem.

Note-se que, aqui, se adota o termo recursos genéticos e não patrimônio genético, sendo esse último normalmente utilizado na legislação brasileira referente ao tema. Entretanto, ao passo que esse procura enfatizar o aspecto patrimonialista, de apropriação privada da biodiversidade, o conceito de recursos genéticos ressalta a importância que eles tem para a humanidade, no sentido de sua preservação para utilização coletiva das gerações atual e futuras.

Importa também referir, ainda sobre a definição de guardião de sementes, a contribuição de Goffman, no que tange à projeção que cada indivíduo faz de si próprio e o que espera, a partir daí, dos outros.

O autor (2013, p. 25) afirma que:

A sociedade está organizada tendo por base o princípio de que qualquer indivíduo que possua certas características sociais tem o direito moral de esperar que os outros o valorizem e o tratem de maneira adequada. Ligado a esse princípio há um segundo, ou seja, de que um indivíduo que implícita ou explicitamente dê a entender que possui certas características sociais deve de fato ser o que pretende que é. Consequentemente, quando um indivíduo projeta uma definição da situação e com isso pretende, implícita ou explicitamente, ser uma pessoa de determinado tipo, automaticamente exerce uma exigência moral sobre os outros, obrigando-os a valorizá-lo e tratá-lo de acordo com o que as pessoas de seu tipo tem direito de esperar. Implicitamente também renuncia a toda a pretensão de ser o que não aparenta ser e, portanto, abre mão do tratamento que seria adequado a tais pessoas. Os outros descobrem, então, que o indivíduo os informou a respeito do que é e do que eles devem entender por é.

Assim, o autor ressalta o quanto é preciosa a projeção e a ideia que faz de si próprio o indivíduo na construção de sua identidade.

Em uma bela passagem sobre a identidade, Anthony Giddens afirma:

A identidade é a criação da constância através do tempo, a verdadeira união do passado com um futuro antecipado. Em todas as sociedades, a manutenção da identidade pessoal, e sua conexão com identidades sociais mais amplas, é um requisito primordial de segurança ontológica. (2012, p.125)

Os guardiões de sementes assumem com orgulho sua condição social, suas práticas, posicionamento e a diferenciação identitária existente no que tange a categorias sociais próximas.

3.2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO NORMATIVA

A atuação dos guardiões de sementes em meio à intrincada rede de tensões aludida por Elias (1994), como já foi mencionado, é condicionada pelas características de fixidez e elasticidade observadas nas sociedades complexas. Um dos principais aspectos a ser mencionado no sentido da determinação de um contorno mais rígido – fixidez – no que tange às relações sociais referentes ao tema, é o sistema normativo advindo do estado.

Tal questão é relevante pois trata-se de uma das propriedades estruturais mencionadas por Giddens na Teoria da Estruturação. O arcabouço jurídico é, provavelmente o exemplo mais completo das regras por ele enfatizadas enquanto elemento fundamental das estruturas sociais.

Para Santilli (2009) não é possível entender por completo as relações sociais engendradas sobre a diversidade de um novo espaço rural sem uma análise das normas que regulam a produção, a comercialização e a utilização das sementes. Para a autora (2009, p. 96): "as leis de sementes não apenas produzem seus efeitos sobre os sistemas agrícolas como também têm interfaces com as políticas de desenvolvimento sustentável, segurança alimentar e nutricional, inclusão social, agrobiodiversidade e sobrevivência cultural dos povos tradicionais".

Esses temas foram tratados em 1992 quando se realizou no Brasil a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida também como Rio-92 ou ECO-92. Um dos principais resultados dessa Conferência foi a celebração da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) contando, na ocasião, com 168 países signatários. Ressalte-se que a CDB foi ratificada pelo Congresso Nacional brasileiro em 1994 e promulgada por meio do Decreto nº 2.519/98.

Trabalhando com os parâmetros da Organização Mundial de Comércio (OMC) e da Convenção, o advogado Gurdial Nijar (apud Santos, p. 146) da *Third World Network* sugeriu aos participantes da Rio-92 que, entre as modalidades de proteção intelectual de ativos, pudessem os países optar por um regime *sui generis* de proteção de "direitos intelectuais comunitários" que:

[...] admitisse uma definição alternativa de sistemas de conhecimento, capaz de reconhecer o sistema de inovação informal, coletivo e cumulativo dos povos indígenas e comunidades locais; definisse inovação de tal modo que esta incluísse não só o produto final

melhorado tecnologicamente, mas também o conhecimento relativo ao uso de propriedades, valores e processos de qualquer recurso biológico, bem como qualquer variedade de planta (ou parte dela); transformasse os povos indígenas e comunidades locais em *guardiões* (grifo nosso) dessas inovações, definindo tais direitos como "não exclusivos" e "não monopolísticos" e encorajando o uso e intercâmbio livres e não comerciais; permitisse que tais direitos fossem assegurados em comum com outros povos indígenas e comunidades.

Note-se que já no processo de construção da Rio 92 fez-se referência ao papel de guardiões desempenhados por membros de comunidades locais no tocante à preservação da biodiversidade bem como de inovações e saberes relacionados aos atributos, valores e processos advindos dos recursos naturais.

Ainda que utilizando termos distintos dos propostos por Nijar, fundamentalmente no que tange à definição de guardiões, substituído por "detentores do conhecimento", a CDB dispôs:

Art. 8... Cada contratante²¹ deve, na medida do possível e conforme o caso: [...] j) Em conformidade com sua legislação nacional, respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica e incentivar sua mais ampla aplicação com a aprovação e participação dos detentores desse conhecimento, inovações e práticas; e encorajar a repartição equitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento, inovações e práticas.

Adicionalmente, o Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura (TIRFAA), aprovado em Roma no dia 3 de novembro de 2001, foi promulgado pelo executivo brasileiro por meio do Decreto nº 6.476, de 5 de junho de 2008, considerando que o Congresso Nacional o aprovou via Decreto Legislativo nº 70, de 18 de abril de 2006. O tratado, entre outras disposições, estabelece:

Artigo 9º– Direitos dos Agricultores.

9.1 As Partes Contratantes reconhecem a enorme contribuição que as comunidades locais e indígenas e os agricultores de todas as regiões do mundo, particularmente dos centros de origem e de diversidade de cultivos, têm realizado e continuarão a realizar para a conservação e para o desenvolvimento dos recursos fitogenéticos que constituem a base da produção alimentar e agrícola em todo o mundo.

9.2 As Partes Contratantes concordam que a responsabilidade de implementar os Direitos dos Agricultores em relação aos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura é dos governos

²¹ O termo contratante refere-se aos países signatários da CDB.

nacionais. De acordo com suas necessidades e prioridades, cada Parte Contratante deverá, conforme o caso e sujeito a sua legislação nacional, adotar medidas para proteger e promover os Direitos dos Agricultores, inclusive:

- (a) proteção do conhecimento tradicional relevante aos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura;
- (b) o direito de participar de forma equitativa na repartição dos benefícios derivados da utilização dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura; e
- (c) o direito de participar na tomada de decisões, em nível nacional, sobre assuntos relacionados à conservação e ao uso sustentável dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura.

9.3 Nada no presente Artigo será interpretado no sentido de limitar qualquer direito que os agricultores tenham de conservar, usar, trocar e vender sementes ou material de propagação conservado nas propriedades, conforme o caso e sujeito às leis nacionais.

O Brasil, levando em conta a legislação anteriormente citada, acabou por absorver as contribuições de Nijar, atendendo uma parcela das reivindicações do movimento ambientalista e das comunidades tradicionais, nelas expressa. No entanto, esse é um processo inconcluso, sendo necessário tanto um aperfeiçoamento da legislação como a efetiva garantia dos direitos por ela definidos.

Wilkinson e Castelli afirmam, por outro lado, que o mercado de sementes em décadas recentes sofreu o impacto de dois processos:

[...] a garantia de direitos monopólicos de propriedade intelectual sobre as modernas cultivares e a internacionalização. Estes dois processos são extremamente ligados, e pode-se dizer até mesmo que as novas leis em alguma medida foram produtos dos interesses comerciais das companhias transnacionais que no início da década já vislumbravam o imenso potencial de lucro do mercado sementeiro brasileiro, mas ainda prescindia de uma lei que assegurasse o controle das sementes pela indústria (2000, p. 05).

Por outro lado, em maio de 2015 foi publicada a Lei Federal 13.123 que regulamentou o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição; os arts. 1, 8, "j", 10, "c", 15 e 16, §§ 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético; sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado; sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a MP 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências.

A lei entrará em vigor 180 dias após a sua promulgação, ou seja, em 19 de novembro de 2015, e estabelecerá novidades no que tange ao reconhecimento do

agricultor tradicional como detentor de conhecimento associado à biodiversidade; criação de protocolo comunitário e acordo setorial; repartição de benefícios e constituição do Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios – FNRB.

O art. 2 da lei estabelece uma série de conceitos dos quais reproduzimos os de maior interesse no que se trata ao aqui cogitado:

Art. 2 - Além dos conceitos e das definições constantes da Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB, promulgada pelo [Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998](#), consideram-se para os fins desta Lei:

II - conhecimento tradicional associado - informação ou prática de população indígena, comunidade tradicional ou agricultor tradicional sobre as propriedades ou usos diretos ou indiretos associada ao patrimônio genético;

III - conhecimento tradicional associado de origem não identificável - conhecimento tradicional associado em que não há a possibilidade de vincular a sua origem a, pelo menos, uma população indígena, comunidade tradicional ou agricultor tradicional;

VII - protocolo comunitário - norma procedural das populações indígenas, comunidades tradicionais ou agricultores tradicionais que estabelece, segundo seus usos, costumes e tradições, os mecanismos para o acesso ao conhecimento tradicional associado e a repartição de benefícios de que trata esta Lei;

XXI - acordo setorial - ato de natureza contratual firmado entre o poder público e usuários, tendo em vista a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da exploração econômica oriunda de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado de origem não identificável;

XXXI - agricultor tradicional - pessoa natural que utiliza variedades tradicionais locais ou crioulas ou raças localmente adaptadas ou crioulas e mantém e conserva a diversidade genética, incluído o agricultor familiar;

XXXII - variedade tradicional local ou crioula - variedade proveniente de espécie que ocorre em condição *in situ* ou mantida em condição *ex situ*, composta por grupo de plantas dentro de um táxon no nível mais baixo conhecido, com diversidade genética desenvolvida ou adaptada por população indígena, comunidade tradicional ou agricultor tradicional, incluindo seleção natural combinada com seleção humana no ambiente local, que não seja substancialmente semelhante a cultivares comerciais.

Dentre os novos instrumentos talvez o mais significativo seja o FNRB. Ele tem, conforme a lei, natureza financeira, é vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, e seu objetivo é valorizar o patrimônio genético e os conhecimentos tradicionais associados e promover o seu uso de forma sustentável. Esse fundo será utilizado para sustentar o Programa Nacional de Repartição de Benefícios (PNRB), cujas finalidades estão expostas no art. 33 da referida lei.

Entretanto, vale mencionar o descontentamento dos povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares, expresso por meio de Moção de Repúdio²² datada em 18.03.2015, a respeito de diversas disposições constantes no então projeto de lei.

Reproduz-se aqui, para assegurar um maior entendimento do conteúdo da carta, seus dois últimos parágrafos:

Dante desse cenário, os Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares demandam uma completa mudança de postura dos referidos setores empresariais, com o comprometimento de reverter o cenário acima denunciado, mediante esforço coletivo para correção dos graves equívocos contidos no Projeto de Lei n. 7.735/2014, de forma a assegurar o respeito e a efetivação dos seus direitos legal e constitucionalmente garantidos. Tal iniciativa é de fundamental importância para assegurar que a nova legislação cumpra o objetivo publicamente disseminado de assegurar segurança jurídica aos processos. A eventual manutenção do atual texto do Projeto de Lei n. 7.735/2014 ensejará repúdio pelos detentores de conhecimentos tradicionais, inclusive na esfera judicial e também mediante esclarecimentos públicos sobre a absoluta falta de compromisso das empresas envolvidas com a responsabilidade socioambiental, para o que reafirmamos nossa determinação de continuar unidos, mobilizados e dispostos a manter-nos em permanente luta na defesa de justiça e de nossos direitos.

Além dos diversos dispositivos infraconstitucionais citados, é imperioso que se considere que a preservação da integridade do patrimônio genético é determinada pela Constituição Federal (CF) artigo 225, parágrafo 1º, II. Adicionalmente, em seu o artigo 216, estabelece que o Estado deve primar pela defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro – entre os quais se incluem os saberes dos agricultores relativos às sementes – bem como a valorização da diversidade étnica e regional, diversidade essa que inclui as variedades agrícolas.

Assumindo como pressuposto a legislação apresentada, aspectos relacionados à enorme erosão genética das culturas, verificada nos últimos cem anos, devem ser compreendidos para além das questões biológicas ou naturais, perquirindo-se como, e em que medida, a intervenção do homem intervém nessa questão.

Com esse sentido deve-se considerar, como asseveram Almeida e Schmitt (2008), que como consequência da revolução verde houve acelerada erosão genética e o desaparecimento de cultivos adaptados eco-geograficamente, limitando assim as

²² Anexa ao final do trabalho.

escolhas dos agricultores. Os conhecimentos dos agricultores (Santos et al, 2012, p. 13) “sobre a seleção, tratamento e armazenagem de sementes têm se perdido nesse processo de adaptação de culturas advindas de programas de melhoramento genético convencional”. Os autores também ressaltam que, em contrapartida, “as tecnologias de baixo custo, como as variedades crioulas, são as melhores alternativas para sustentabilidade dos agricultores familiares. Além disso, o melhoramento dessas variedades pode ser feito nas próprias unidades familiares, pelos agricultores, que detém um enorme conhecimento destes materiais crioulos” (idem, 2012, p.13).

Segundo Wilkinson e Castelli:

Em primeiro lugar, existe reconhecimento de que a conservação *in situ* dos recursos biológicos é no mínimo um complemento essencial à rede internacional de bancos de germoplasma. Em segundo lugar, é progressivamente reconhecido o fato de que a conservação é um processo ativo de inovação coletiva de longo prazo por parte de comunidades locais (2000, p. 116).

O melhoramento *in situ* requer apoio de políticas públicas e uma postura diversa da comumente praticada pelas instituições públicas de pesquisa e desenvolvimento agropecuário.

De outra parte, para a constituição de um novo paradigma é necessário que se analise o que prescreve o paradigma atual e, a partir dessa observação, empreender um processo crítico.

Para Abramovay “uma crise de paradigma instala-se quando os pesquisadores de determinada área começam a se questionar a respeito das teorias e dos métodos com que trabalham, muito mais que aplica-los a estudos empíricos específicos (2007, p.261).”

Segundo Santilli o padrão, ou paradigma, atual é fixista (2009, p. 98):

[...] o biólogo e historiador da ciência Christophe Bonneuil chama a atenção para o papel desempenhado, nesse modelo agrícola industrial, do que chama de “paradigma fixista (ou estático) da variedade”, por meio do qual a variedade agrícola (geneticamente) homogênea e estável é concebida como a “forma mais perfeita de variedade”. Bonneuil cita como exemplo de tal concepção “fixista” um artigo publicado em 1944 pelo influente biólogo francês Jean Bustarret, em que esse considera que a homogeneidade genética é a garantia da previsibilidade e da estabilidade do valor agronômico e tecnológico de uma variedade agrícola. As variedades locais teriam dois inconvenientes, segundo Jean Bustarret: por serem geneticamente heterogêneas, seriam “muito mais difíceis de descrever e caracterizar” do que as linhagens puras e homogêneas, e seriam ainda “suscetíveis de variar no tempo e no espaço”.

Com base neste paradigma, as legislações nacionais passaram a exigir a presença das características distinguibilidade, homogeneidade e estabilidade (DHE) para a obtenção de registro de uma cultivar. No Brasil, a Lei 9.456, de 25 de abril de 1997, Lei de Proteção de Cultivares, determina que o teste de DHE é o procedimento técnico de comprovação de que a nova cultivar, ou a cultivar essencialmente derivada, são distinguíveis de outra cujos descritores sejam conhecidos, homogêneas quanto às suas características em cada ciclo reprodutivo e estáveis quanto à repetição das mesmas características ao longo de gerações sucessivas (Art. 3, XII).

Note-se que o paradigma fixista desconhece a evolução das variedades no tempo e espaço, ignorando os diferentes contextos ambientais, e também socioculturais, nos quais elas se desenvolvem.

Esse paradigma atende substancialmente aos interesses comerciais dos grandes produtores em detrimento dos pequenos agricultores, maiores interessados na preservação da agrobiodiversidade e na disponibilização de um número maior de variedades e sementes.

Santilli também afirma que:

Além dos critérios de homogeneidade e estabilidade, a introdução de testes para a avaliação do “valor agronômico e tecnológico” das variedades agrícolas produz outro efeito reducionista sobre a diversidade: os ensaios só avaliam algumas características, notadamente o rendimento e a produtividade, anulam a diversidade de ambientes em virtude de uma extrema artificialização causada pelo uso intensivo de pesticidas e fertilizantes químicos e, a partir de certo momento, passaram a ser cada vez mais conduzidos em laboratórios e estações de pesquisa agronômica, e não nos campos dos agricultores, distanciando-os ainda mais dos processos decisórios. A avaliação do “valor agronômico e tecnológico” das variedades sem a participação dos agricultores e sem considerar os contextos socioambientais tende a excluir qualquer variedade não adaptada ao modelo agrícola industrial, reduzindo a agrobiodiversidade. (idem, p. 99)

Note-se que as questões suscitadas por Santilli, tendentes à preservação da biodiversidade, não foram resolvidas nesse sentido no âmbito legislativo e, tampouco, são hegemônicas no campo acadêmico.

No entanto, são profundamente relevantes na medida em que se alinham com os riscos advindos das novas tecnologias preconizados por Beck (2010), anteriormente mencionados.

Frente a essas considerações parece aflorar a necessidade de se construir um novo paradigma sócio-normativo capaz de contribuir para a solução, ou ao menos a

mitigação, dos efeitos e impactos causados por um modelo de desenvolvimento que, por diversas vezes, coloca-se contrário à vida.

Para a construção desse paradigma deve-se levar em consideração as concepções que valorizam o pluralismo jurídico que, nas palavras, de Wolkemer (2001, p.171):

[...] deve ser visualizado tanto como fenômeno de possibilidades e dimensões da universalidade cultural, quanto como modelo que incorpora condicionantes inter-relacionados (formal e material) adequado às especificidades e às condições históricas de micro e macro sociedades políticas.

Em conclusão, vê-se que a legislação brasileira apresentada é insuficiente para atender às necessidades dos guardiões de sementes e mesmo garantir direitos fundamentais da sociedade. Ela restringe a possibilidade de comercialização das sementes, não contribui plenamente para o processo de conservação da enorme biodiversidade do país e não garante um sistema de repartição de benefícios justo para as comunidades tradicionais, na medida em que estabelece teto, e não base, para o valor a ser pago a título de repartição de benefícios aos detentores do conhecimento.

Essa insuficiência acaba por engendrar ações de alteridade por parte dos guardiões de sementes, processadas em três etapas, conforme Arnaud:

[...] alternância, pelo estabelecimento de microsociedades ocasionais e permanentes no seio de uma sociedade dominante; altercação, pela corrosão das certezas instaladas na sociedade, dúvida, denúncia, suspeita, contestação; alternativa, enfim, quando o projeto conquistou uma audiência bastante larga para que sejam elaborados planos e uma estratégia suscetíveis de criar uma corrente de opinião de forma que lhe seja dado acesso a um poder governamental. (1991, p. 126)

Para citar apenas algumas dessas práticas de alteridade verifica-se a realização de feiras de trocas de sementes; luta pela possibilidade de registro de variedades nativas; realização de eventos técnico-científicos protagonizados pelos guardiões de sementes e busca do reconhecimento de suas atividades enquanto serviços ambientais prestados à sociedade.

De outra parte, também fica evidente que o direito não equivale à lei, daí a importância da menção ao pluralismo jurídico, reverberando as palavras de Roberto Lyra Filho (1984, p.20) para o qual o Direito “[...] não nasce por força das leis... mas duma gestação histórica, no útero da libertação, fecundada pelo progresso. Quando um

grupo, classe ou povo reclama o seu direito, não se refere basicamente à norma que o consagre, mas ao que considera a substância jurídica a consagrar numa norma, isto é, ao posicionamento básico de sua liberdade conscientizada”.

3.3 AS PERCEPÇÕES DOS GUARDIÕES DE SEMENTES E DOS ESPECIALISTAS

Passa-se, aqui, a apresentar as percepções dos guardiões de sementes e especialistas entrevistados, conforme a metodologia exposta no capítulo anterior. É o momento de se referenciar as conexões existentes entre as diversas abordagens teóricas anteriormente referidas e a compreensão dos agentes sociais a respeito desses mesmos temas.

Com o sentido de facilitar a demonstração das conexões entre a teoria e a percepção dos agentes, acima acenada, é feita uma subdivisão dos diversos aspectos a serem considerados, todos relacionados com o objetivo da pesquisa, o que será exposto na sequência.

3.3.1 SOBRE AS RELAÇÕES ESPAÇO-TEMPORAIS

Antes de abordar-se as impressões dos agentes a respeito da definição de guardiões, vale lembrar conforme foi destacado anteriormente, que os guardiões além de guardar sementes também aguardam. Ou seja, que mantém uma especial relação com a natureza, o espaço e o tempo observando cuidadosamente as mudanças provocadas pelo meio. Como se verá as narrativas confirmam a assertiva de Lefebvre que menciona que o espaço é mais socializador do que socializado.

Essa compreensão é plenamente corroborada pelas palavras de Irajá Antunes, pesquisador da Embrapa Clima Temperado, que afirma:

Antes de qualquer coisa tem uma questão que eu chamaria, vamos supor, de ecológica que se resume no seguinte: quando tu tira uma semente do campo e traz para cá na Embrapa para o que se chama banco de germoplasma, normalmente esse material fica [...] catalogado e guardado. Eventualmente é colocado no campo para que haja uma multiplicação da semente, para que não se perca. Mas normalmente acaba aí o uso dessas sementes. Quando tu tens a semente na mão do guardião, na posse do agricultor, ele tá sofrendo, esse material, um processo de coevolução com o ambiente. O

ambiente óbvio que é dinâmico, e ai têm a figura do guardião que no fundo ele é um selecionador, então ele vai mantendo ao mesmo tempo que vai acompanhando a evolução do ambiente por que tende a pegar as melhores plantas da população, então isso é uma diferença fundamental entre o guardar no banco de germoplasma e ter esse material na mão do agricultor no campo. E com essa visão também é que nós, além de coletar essa semente, ao caracterizá-la, nós posteriormente distribuímos as sementes para outros guardiões porque esse é o processo mais eficiente de manutenção dessas variedades, ou seja, nós distribuímos, por exemplo, em termos de feijão 140 variedades de feijão, seguramente não digo todos, mas muitos guardiões que receberam que foram mais de 200 mantiveram algumas dessas variedades. Então é uma maneira natural de preservar essa biodiversidade, acho que esse é um fator muito importante do processo.

Ora, o desenvolvimento desse processo de seleção dá-se durante um largo tempo, colheita após colheita, e num espaço também delimitado. É exatamente essa delimitação espaço-temporal que permite que seja verificada a presença de propriedades estruturais e a repetição de práticas sociais em outros contextos, o que acaba por emprestar uma forma sistêmica às relações constituídas pelos guardiões de sementes.

O também pesquisador da Embrapa, João Carlos Costa Gomes, aludiu a dois exemplos concretos de coevolução e resgate de sementes, alertando, porém, que esse processo não é simples:

[...] acho que não é uma coisa tão visível, a gente tem que ter um olhar que consiga capturar essas coisas, por exemplo, o Eliezer, que é um pesquisador aposentado aqui da Embrapa, numa das viagens que ele fez pelo sul do país, ele descobriu uma população de milho branco açoriano que estava nessa franja de areia entre São José do Norte, Mostarda e Tavares por aí. O Eliezer resgatou aquele material, trouxe pra dentro da Embrapa, tentou padronizar o tamanho do pé, o tamanho de espiga e coisa do gênero da planta, não é? E foi ver a qualidade, chegando à conclusão que aquele milho branco açoriano tem uma farinha quase tão boa quanto a farinha de trigo. Que é uma excelente opção para quem tem problemas com glúten, que tá presente na farinha de trigo, isso é um exemplo de coevolução, de que uma população que ficou ali e que agora modernamente foi resgatada, foi reconhecido o seu valor e ela tá sendo devolvida pros agricultores. O trabalho que nós começamos há cinco anos com o arroz caxinho, consta em ata naquela região de Sentinela do Sul, que desde 1889 já tinham pessoas trabalhando com aquele arroz e de poucos anos pra cá nos procuraram também pra que a Embrapa pudesse colaborar com o arroz caxinho, que tem uma denominação de origem do caxinho como sendo um arroz que tem aquele local ali como espaço de produção, por que? Porque com a evolução do arroz ao longo do tempo, sem o processo de seleção que alguns agricultores sabem fazer, mas outros não fazem, se tu tem uma planta mais baixa, uma planta mais alta,

uma planta que amadurece numa semana, outra planta que amadurece 15 dias depois, o que dificulta a vida dos agricultores. Não tô defendendo homogeneização completa daquilo que amadurece tudo de uma vez só, mas que tem uma certa facilidade pro agricultor pra que ele não tenha que um dia colher uma espiga, outro dia colher outra espiga e ter que tá voltando três ou quatro vezes, no caso de grãos principalmente isso é mais complicado não é?. Mas então hoje, os nossos colegas que trabalham com melhoramento genético, têm três populações definidas com estilos parecidos, mas que as três são originárias do arroz caxinho, esse é um processo coevolutivo.

Gilberto Beviláqua reforça a importância do processo coevolutivo, ao passo que também destaca o papel do guardião e sua atuação como parceiro em projetos de pesquisa participativa:

Aquele trabalho que a Embrapa está envolvida, que as instituições de pesquisa estão envolvidas que é de coletar sementes e guardar lá embaixo do gelo lá no Polo Norte, na Escandinávia... Não sei exatamente onde é agora, é um trabalho importantíssimo para a humanidade toda conservar toda essa riqueza, mas aquele trabalho eu vejo como sendo insuficiente porque como diz nosso colega Vanderlei, tem todo um espaço pra coevolução das plantas e do clima, do sol, das montanhas. Existe uma série de fatores que vão atuar mais nos próximos anos, no sentido de transformação dessas variedades, de mudanças nos comportamentos dessas plantas, no aparecimento de doenças e são coisas assim que estão fora desse processo. Quando tu guardas uma semente o processo de coevolução ele paralisa, está congelado. E então a gente tendo esse espaço de interação das plantas com os agricultores, com as mudanças climáticas e coisas assim, é um espaço fundamental no sentido de tu teres inclusive gerando variabilidade, gerando novas variedades. Isso é importante, é fundamental pra sustentabilidade como um todo, eu vejo fantástico isso ai, o papel do guardião [...] e ele como sendo um parceiro nosso em um sistema de pesquisa participativa.

Observa-se, portanto, que as concepções a respeito do espaço e tempo ganham concretude. Lefebvre (2013), em sua tríade, referiu que o espaço concebido é o espaço daqueles que planejam, dos urbanistas, tecnocratas, é o espaço dos modos de produção. Podem ser pensadas desde fora, interferindo nas relações sociais existentes entre suas fronteiras.

Um exemplo significativo do planejamento e interferência externa nos modos de produção e ocupação do espaço, neste caso realizada por meio de uma política pública, se pode constatar a partir do que informa o guardião de sementes Cléo Ferreira, da cidade de Canguçu:

[...] a ocupação do espaço, emprego, renda, enfim é mais gente com qualidade de vida no campo. E a gente vê isso assim que mais gente

começa a entender, aqui em Canguçu mesmo quando chegaram os primeiros assentamentos, a gente não podia nem tentar quase conversar com as pessoas sobre esse assunto, porque a gente logo era barrado com discurso subversivo e outras coisas não é? Agora os vizinhos dos assentamentos, já começam a ver o quanto foi importante os assentamentos, eu conversava há poucos dias atrás, com uma família que era muito contra os assentamentos, que ficou vizinha de um assentamento, e aí eu tava escutando esse senhor falar e lembrei ele de como ele via... Quando o assentamento chegou na comunidade dele há 20 anos atrás, eu escutei ele falar absurdos dos assentados não é? Dos sem terra, e aí a visão dele hoje é outra e da comunidade toda é outra, do assentamento. O quanto que o assentamento ajudou a desenvolver, quanto mais gente... Ele disse: "Olha, se não tivesse o assentamento isso aqui era um deserto, ninguém mais vinha aqui, eu acho que eu ia tá sozinho aqui, ninguém mais ia vir aqui, porque era uma fazenda grande, isso aqui ia ser um deserto, não ia ter nem como me deslocar daqui, pra que iam fazer estrada só pra mim? Pra que ia ter escola só pra mim e pra minha família?". Hoje não, hoje tem uma comunidade toda aqui, somos integrados, estamos junto aqui. Passou a ter uma outra visão, precisou um tempo não é? As pessoas aos poucos tão mudando o conceito em relação ao campo, com relação ao papel da reforma agrária, com relação a importância de ser agricultor, de ser agricultor familiar no campo... Precisa de um tempo pra amadurecer essas coisas não é?

No caso em tela esse processo de concepção desde fora do espaço também acontece quando grandes conglomerados empresariais, por meio de agressivos mecanismos de mercado, interferem em determinadas regiões e as ocupam, com sementes geneticamente modificadas ou que podem contaminar as populações crioulas.

Essa situação produz, conforme o apregoado por Elias (1994) e enfatizado no capítulo I, conflitos quanto ao uso e ocupação da terra compondo um aspecto do que ele caracteriza como "teia flexível de tensões."

Assim, constitui-se uma disputa de estratégias frente à ocupação do espaço vinculada à questão da produção e preservação de sementes. Na região sul do RS é nítida essa disputa na medida em que avança consideravelmente a produção de soja por meio de sementes transgênicas.

As mudanças vinculadas a tais alterações no perfil da produção são reflexivamente monitoradas pelos agricultores pois acarretam conflitos ambientais em decorrência da fragmentação do espaço decorrente das diferentes estratégias, dos diferentes agentes sociais, que se cruzam, conforme destacado por Soto no capítulo II.

Destaque-se, ainda, em relação ao depoimento de Cléo, a presença do que Lefebvre (2006) denomina representação. Segundo ele, os agricultores de Canguçu

convivem por um largo tempo com duas representações que, agora, começam a ser desfeitas.

A primeira diz respeito aos assentamentos que, no momento de sua implantação, eram tratados prioritariamente desde um ponto de vista ideológico. Atualmente, outros aspectos relativos à criação de condições para a manutenção do homem na terra e melhoria da qualidade de vida das pessoas, ganham relevância, desconstituindo a representação anteriormente dominante.

A segunda é ainda mais profunda e enraizada, tanto na região que delimita esta pesquisa quanto, de resto, no país. Está expressa ao final da declaração de Cléo que acentua que as pessoas aos poucos vão mudando seus entendimentos em relação ao campo e a aos agricultores. Com efeito, ainda há encrustada na sociedade brasileira uma concepção que vincula o campo ao atraso, como se o país houvesse cumprido um rito de passagem de uma sociedade agrária, tradicional, para uma outra moderna, urbana²³ e industrial.

Tal concepção tende a diminuir a importância do agricultor, tanto nos aspectos vinculados a sua cidadania, quanto na própria divisão social do trabalho.

Outro momento do espaço social, conforme proposto por Lefebvre, diz respeito à prática espacial – o percebido, segundo sua tríade – que produz o espaço. Trata-se da relação entre o uso do tempo pelas pessoas e a realidade urbana e rural (estradas, ruas, etc).

A respeito dessa relação Cléo afirma:

[...] Eu comecei a buscar aqui e ali e aí que cada dia foi aflorando mais essa coisa de escutar o que o ambiente tem a te dizer, dialogar com ambiente. Sempre quando eu falo disso eu digo que eu tenho uma relação de harmonia com a unidade (de produção) por isso, porque eu aprendi a fazer isso, a buscar, se eu enxergo um problema lá de uma planta, eu procuro ver porque que tá ali aquele problema, porque chegou ali, o que faltou que chegou a ponto de dar problema ali... Alguma coisa desequilibrou essa harmonia pra aquilo ali tá acontecendo e a gente vai tentando ver o que a gente vai ter que

²³ Veja-se a respeito, José Eli da Veiga em *Cidades Imaginárias*. O Brasil é menos urbano do que se calcula (2002). Veiga afirma que os dados captados são em parte distorcidos por uma ficção legislativa que estabelece a existência de regiões urbanas e rurais em todas as cidades brasileiras. Feita essa consideração, segundo dados do censo do IBGE de 2010, em 1960, no Brasil, a população urbana era da ordem de 32.004.817 e a rural 38.987.526, verificando-se que a população rural era maior que a urbana. Essa situação altera-se na década de 1970 aprofundando-se nas décadas seguintes, chegando a 2010 com uma população urbana de 160.925.792 e rural de 29.830.007, cerca de dois milhões a menos que na década anterior. Os números nos dão uma medida da gravidade da questão da sucessão no campo. <http://www.ibge.gov.br/home/> Acesso em 11 de novembro de 2014.

oferecer, porque é assim, o ambiente te dá, mas tu também tem que oferecer alguma coisa, não é só tirar, tirar e tirar de lá, tu tem que dar...

Importa referir-se, a respeito desse último depoimento de Cléo que, para ele, a relação entre a utilização do tempo e a realidade espacial proposta por Lefebvre ocorre por meio de uma estratégia de troca com o ambiente. Segundo ele não se pode apenas retirar dele o que se precisa, é preciso dar. É preciso tratar o ambiente (espaço) com a mesma generosidade com que se é tratado.

3.3.2 SOBRE OS GUARDIÕES DE SEMENTES E A SUA IDENTIDADE

Conforme foi anteriormente referido entende-se por guardião de sementes aquele agricultor que conserva recursos genéticos da humanidade e transmite, reiterada e ritualisticamente, seus conhecimentos e práticas às novas gerações obtendo, por conta dessas circunstâncias, o reconhecimento das comunidades nas quais vivem.

O guardião de sementes Ocimar, em parte de sua entrevista, reforça a definição construída nessa pesquisa, na medida em que destaca o conhecimento do pai que lhe foi passado ainda quando menino e que as sementes antigas, que também lhe foram entregues pelo pai, e ainda, em suas palavras, por outra pessoa. Diz Ocimar:

Tinha uma qualidade de feijão ali mesmo que eu conhecia já, desde quando eu era piazinho, como se diz não é? Eu era piá, e aí o meu pai plantava o dele e eu segui plantando, plantando e aí eu peguei mais uma semente de alguém, fui plantando e tenho uns inclusive, tenho algumas qualidade ali mas são tudo semente já antiga.

Ocimar relata, portanto, duas questões que compõe a identidade dos guardiões. Primeiro, a transmissão do conhecimento entre as gerações e, segundo, a guarda de sementes antigas.

Sobre o conhecimento das famílias, importa salientar o papel que as mulheres desempenham. A esposa de Ocimar detém o conhecimento sobre o uso. Perguntada sobre como eram “de panela” os feijões e sobre qual ela mais gostava, respondeu apontando para cada um deles, espalhados sobre a mesa:

Ah, eu gosto de todos. Todos. Cada um tem a sua...Cada um tem..., esse aqui o caldo é bem grosso, e esse aqui eu não comi ainda, o quero-quero. É, esse aí a gente não comeu ainda. Esse aqui, esse aqui também é da Embrapa. Esse não venceu plantar, não deu, passou a

lua. Ah sim, é quando dá para plantar. Dizem os antigos que não se planta na lua nova, tem gente que não acredita não é? ...

Um aspecto importante da percepção de Ocimar sobre o que acontece no campo hoje, no que tange a relações sociais, diz respeito à questão da sucessão e esvaziamento do mundo rural:

[...] quantos tem na cidade, quantos deixaram solta a enxada na terra e não produzem não é? Todo mundo tá abandonando as chácaras, o campo, vende e vão pra cidade e claro o pessoal se aposentou mesmo, se aposentou e agora vão embora e quem é que vai ficar no campo depois produzindo aqui? Quem produz feijão e mais alguma coisa...

Por outro lado, ainda em relação à identidade dos guardiões, Irajá Antunes relata:

Então na medida em que os guardiões começam a se considerar como tal, a entender o significado, a importância real que eles têm na manutenção da biodiversidade, que nesse nosso caso é o grande segredo... Na medida em que eles se veem elementos capitais na manutenção dessa biodiversidade começam a ter uma autoestima muito maior e tão passando a se visitar, a participar. É interessante, há uns [...] três anos no nosso seminário aqui, nós tivemos a pretensão muito simplória, idiota, de querer fazer uma associação dos guardiões no Rio Grande do Sul. Então chegamos a colocar no nosso programa que nós queríamos a criação e foi muito interessante e legal isso por que na hora do debate levantaram (os guardiões) muito claramente que eles não se conheciam, como que eles poderiam se associar sem se conhecer, coisa simplista.

Essa abordagem é importante pois contribui para esclarecer o que Giddens (2009) chama de posicionamento de um agente ou coletividade. Para ele toda a interação social é situada e o posicionamento é o que nos informa a respeito da contextualidade das interações.

Posicionamento refere-se a prerrogativas ou deveres que o agente ativa e que conformam seu papel na sociedade.

Parece evidente que os guardiões, quando afirmam que não querem associar-se e sim se “conhecer”, não conformam-se com um posicionamento articulado desde fora e privilegiam o entendimento das relações constituídas em seu sistema intersocial e não a constituição de um movimento social com aspecto mais reivindicatório.

Por outro lado, boa parte das práticas desenvolvidas pelos guardiões estão vinculadas a saberes e modos de fazer muitos antigos, tradicionais. Em seu depoimento Beviláqua afirma que:

A questão dos guardiões, do trabalho dos guardiões é um trabalho ancestral, tradicionalíssimo, que os agricultores sempre fizeram isto e eles continuaram mesmo com a revolução verde que dizia que as variedades crioulas eram um atraso, que uma série de questões da agroecologia eram um atraso, eles continuaram trabalhando da mesma maneira e agora a gente vê que eram questões pertinentes e uma série de questões quanto a fertilizantes, agrotóxicos, petróleo, que nós temos que pensar anos na nossa frente, não é? Questões que temos que ter a preocupação com o imediato, mas, que temos que pensar uns 50 anos, 100 anos. Então é um conhecimento tradicional, ancestral, mas, sempre carregado de fazer o novo, de apontar pro novo, pro diferente, não é?

Já o guardião Cléo Ferreira ao tratar da identidade dos guardiões afirma:

Eu acho que ser um Guardião, penso assim, ele é uma pessoa que tem a sensibilidade de dialogar com o ambiente, que ele ocupa assim de dialogar não é? Eu acho que ser um Guardião é isso assim, às vezes as pessoas podem pensar que ser Guardião é só guardar a semente... Não! Se eu só guardar a semente, ela vai se perder, ela vai carunchar, eu não vou conseguir propagar ela, eu vou ter problema, agora ser Guardião tu tem que ter toda uma sensibilidade, como guardar, em que momento plantar, tem que ver é que aquela semente se comporta em determinados ambientes... Então, tem todo um conhecimento que se adquire, que o agricultor que não faz isso desconhece, ele desconhece isso, ele não sabe a importância que tem...

Cléo também manifesta sua opinião em relação a um aspecto constitutivo da tradição – conforme Giddens (2009) – e, portanto, da própria identidade dos guardiões. Como observado anteriormente um desses elementos constitutivos é a transmissão de uma verdade formular e uma forte afinidade com um misticismo ou religiosidade:

Ai eu disse, eu busquei muito espaço de reflexão nessas coisas da semente, na relação com o ser maior [...] eu não olho do mesmo jeito que eu olhava, a gente ficou velho, as coisas mudaram um pouco também, mas eu te confesso assim, que ser Guardião, cada Guardião tem uma mística particular dele e isso é com cada um que tu fizer esse questionamento, terá uma resposta diferente, por isso que eu digo que ela é particular, ela não é igual pra ninguém, cada um tem razões diferentes também pra fazer isso, mas todos tem sensibilidade pra se relacionar com o ambiente que ocupa.

Frei Sérgio Antônio Görgen, que se apresenta como padre franciscano e militante da causa camponesa, afirma que para ele existe uma relação profunda entre a religiosidade e a conservação das sementes, pois isso:

É parte da vivência espiritual, continuidade da obra criadora de Deus. [...] Acredito que as várias formas de religião podem contribuir nas atividades e na vida dos e das guardiãs e guardiões. Sem uma mística de resistência, persistência e resiliência, dificilmente nos dias de hoje um guardião perseveraria.

Assim, o conjunto de impressões externadas apontam para a existência de todos os elementos constitutivos do definição de guardiões de sementes construído anteriormente. Tais elementos são: a conservação de sementes crioulas, a transmissão das tradições, o reconhecimento das comunidades e a presença do misticismo.

Por outro lado, parece aflorar dos depoimentos a ideia de que os guardiões estão ressignificando suas ações e relações. Como destacou Irajá Antunes eles passam a compreender que suas atividades tem a ver com a preservação da biodiversidade e que tal fato, que sempre foi importante, assume para a sociedade hoje uma importância, um caráter próximo ao dramático.

Embora seja essencial o significado da manutenção das sementes enquanto estratégia de segurança alimentar suas práticas dialogam profundamente com questões mais amplas referentes a aspirações cotidianas de parcelas cada vez mais largas da sociedade.

Tais anseios dizem respeito à constituição de uma nova ética e modo de vida que acentuem a necessidade do homem viver em harmonia com o ambiente, com os animais e com outros homens, enfrentando questões como a desigualdade, pobreza extrema e fome às quais boa parte da humanidade ainda está submetida.

3.3.3 SOBRE AS PRÁTICAS SOCIAIS

Segundo Giddens, o monitoramento reflexivo da ação é “o caráter deliberado, ou intencional, do comportamento humano, considerado no interior do fluxo da atividade do agente” (2009, p. 443). Ou seja, é uma prática social contínua destinada a controlar as suas atividades, tendo em vista sua motivação, e também as atividades de outros agentes que porventura interfiram em seu sistema social.

Para além dos aspectos individuais interessa também identificar-se como e onde se procede esse processo do ponto de vista coletivo.

Irajá Antunes, a respeito do Seminário da Agrobiodiversidade realizado na Embrapa, assevera:

Além de ser um fórum de discussão onde o protagonista é o guardião, isso acontece no segundo dia do evento, no primeiro dia a ideia é que se transmita algo, alguém que tenha um conhecimento mais aprofundado coloque algumas verdades relacionadas às sementes

crioulas, à biodiversidade, não só pra eles, mas como para nós pesquisadores também.

Sobre outros espaços de integração social, Costa Gomes afirma:

Alguns são históricos, tem alguns que estão quase na sua 20^a edição, tem alguns que são tradicionais como a feira de sementes de crioulas de Anchieta, em Santa Catarina, a feira de sementes de Ibarama, aqui no Rio Grande do Sul, a feira de sementes que a Unaic promove aqui em Canguçu. Tem eventos que já estão muito consolidados, são espaços de como eu vi há poucos dias, não são feiras, são festas. E a festa tem todo um sentido dentro da cultura brasileira, da cultura mundial. A festa é lugar de encontro, é um lugar de troca, é um lugar de desfrutar, não só de câmbio de produtos. É um lugar que tem toda uma mística relacionada com a cosmovisão, que é visão do santo, da tribo, das oferendas e não sei o que se traduz, por exemplo, eu li essa história não lembro onde, que um índio quando ele ia plantar milho, botava cinco grãos, uma porque ele ia consumir, outro porque o passarinho ia comer, um porque talvez não germinasse, um pro amigo e uma pra divindade, pro deus dele não é? Olha a generosidade do sujeito em pensar desde a divindade até o passarinho que precisa se alimentar também e não pensar numa produção exclusiva pra satisfação pessoal dele...

Tanto Gomes quanto Antunes revelam apenas uma pequena parcela de espaços e momentos, nos quais se processam encontros voltados ao monitoramento das ações por parte dos guardiões.

Segundo Giddens (2009), identificados esses espaços de monitoramento, deve-se passar para a análise da dualidade da estrutura “avançando cautelosamente de dentro para fora no tempo e no espaço” (2009, p. 351). Ou seja, é preciso que se verifique como as práticas dos guardiões, ou quaisquer outros agentes, estão implantadas em esferas espaço-temporais ampliadas partindo da verificação das atividades mais básicas e correspondentes a sua identidade.

Com o sentido de atender a essa sugestão, novamente busca-se amparo nas palavras de Costa Gomes quanto às maneiras de guardar as sementes, talvez a atividade mais básica dos guardiões:

Vi de várias formas, já vi guardar sementes de milho ao ar livre, na Galícia espanhola, por exemplo, os caras descascam o milho, deixam a espiga para fora e penduram no oitão dos galpões, fica aquelas espigas de milho ali guardadas, num lugar frio que tem pouco ataque de pássaros, não tem pragas que atacam o milho, eles guardam a semente do milho exposta ao ar livre. Tem outras formas de guardar, guardar em galpões, em garrafa pet, dentro de tarros, de tinas, enfim, de várias formas. Até numa joeira, as sementes de abóbora que a minha avó guardava num lugar que não tivesse acesso aos ratos, por exemplo, pra garantir que as sementes de abóboras tivessem

disponíveis no ano seguinte. Em cada lugar, em cada contexto sócio-histórico, cada grupo social desenvolveu suas próprias estratégias de guardar sementes, isso é uma coisa muito legal, muito interessante porque não tem uma receita, não tem um padrão.

Ainda Costa Gomes, em outra passagem:

[...] a gente transita por muitos lugares, tem feiras de sementes crioulas em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, no Paraná. Mas eu quando tive há algum tempo atrás na Paraíba, eu vi lá alguns movimentos das casas de sementes não é? Os contatos que a gente tem via as redes sócio técnicas e as redes de agroecologia são muito esparramados e até fora do país também a gente já viu algumas experiências desse tipo. Tipo os caras que guardam sementes de um tomate lá em Ibiza e naquelas ilhas espanholas que são um terreno muito arenoso e tem uma variedade de tomates específicas e isso eu consegui enxergar lá também né. O pessoal do México trabalha com a agrobiodiversidade, com os milhos, as batatas andinas. Na Bolívia, no norte da Argentina, no Chile, por exemplo, os caras que cuidam de favas gigantes lá na beira do lago Titicaca. Na Bolívia tem uma série de experiências desse tipo de trabalhos com sementes não é?

Outra prática social relevante para os guardiões são as trocas de sementes. Normalmente são realizadas com os vizinhos, com agricultores da própria comunidade. No entanto também são essenciais a organização de feiras, nas quais essa e outras atividades são concretizadas.

Segundo Irajá Antunes:

[...] nós fizemos um levantamento nas feiras de sementes que vão ocorrer no segundo semestre. Só no segundo semestre de 2015 são 15 eventos só no Rio Grande do Sul, tratando de sementes crioulas. Então isso aí é um numero muito significativo.

No município de Tavares um guardião e uma guardiã mencionaram um feijão que por lá chamam de feijão sopinha.

O guardião Ocimar conta que é:

[...] antigo, antigo também, o gordo conta, que esse feijão sopinha aqui veio da África, não sei se o senhor já viu ...Eu também não conheço mas ele diz, o gordo, que veio da África, que aquela época os negros fugiam da África lá e trazia e enrolava no cabelo. Conta que enrolava no cabelo e trouxeram o feijão sopinha enrolado no cabelo.

A guardiã, que ficticiamente será chamada Dora, pois solicitou que não fosse identificada, perguntada sobre as sementes disse que:

Cuido... As sementes que eram do tempo da minha avó, eu tenho até hoje, sempre guardei e cuidei das sementes antigas pra não perder o uso. A única semente que tinha parado era o feijão sopinha, ai depois foi resgatado por aqui eu peguei e tenho até hoje. [...] tenho pouco. Qualidade tem bastante, tem o que eu gosto, acho bonito.

Assim, cabe salientar a concepção de Giddens relativa aos processos de integração social. Segundo Rossoni *et al*, em passagem referida na metodologia:

Por integração social, Giddens (1989, p. 115) afirma que “diz respeito à interação em contexto de co-presença”. Já integração de sistema se refere “a reciprocidade entre atores ou coletividades no tempo-espacó ampliado, fora das condições de co-presença”. (2013, p. 531)

Nesta seção foram referidas práticas coerentes com as duas possibilidades aludidas pelo autor, dentro e fora de contextos de co-presença.

Além disso, por meio da utilização dos recursos propostos por Rossoni e mencionados na seção que trata dos aspectos metodológicos, confirmou-se a adequação das práticas dos guardiões tanto com a definição de guardiões de sementes construída por esse trabalho, quanto à existência de uma forte relação entre ação e estrutura voltada à construção de um sistema intersocial.

Assim, foram relatadas atividades de monitoramento reflexivo (participação em seminários); de busca de sua reprodução social (garantia da segurança alimentar, construção de espaços de comercialização de sementes, transmissão do conhecimento tradicional); e ações realizadas em co-presença (trocas) ou em situações de reciprocidade desde de um ponto de vista de espaço-tempo ampliado (as ações executadas em diversos países).

3.3.4 SOBRE REGRAS E RECURSOS

Nos capítulos precedentes, entre outros temas, procurou-se elucidar a concepção de Giddens sobre a constituição de sistemas sociais – entre eles os intersociais – e as implicações daí advindas desde o ponto de vista da Teoria da Estruturação.

O autor ressalta que nessa teoria “a estrutura sempre foi concebida como uma propriedade dos sistemas sociais, contida em práticas reproduzidas e inseridas no tempo e no espaço. Os sistemas sociais estão organizados hierárquica e lateralmente, dentro de totalidades sociais, cujas instituições formam conjuntos articulados” (2009, p. 200).

Giddens (2009, p. 442) completa sua abordagem conceituando estrutura como:

Regras e recursos recursivamente implicados na reprodução de sistemas sociais. A estrutura existe somente como traços de memória, a base orgânica da cognoscitividade humana, e como exemplificada na ação.

Daí que a identificação de regras e recursos ganha importância na medida em que aponta para a existência dos sistemas intersociais e, a um só tempo, esclarece quais as principais práticas e influências por eles experimentadas.

Ao amparo da teoria da Estruturação o que deve ser elucidado não é como a estrutura determina a ação ou como uma conjunção de ações formam a estrutura, mas sim como a ação é estruturada em circunstâncias cotidianas e como as características estruturadas da ação são reproduzidas conformando relações sistêmicas.

De outra parte cumpre mencionar que estruturas e sistemas não são a mesma coisa. Estruturas são regras e recursos. Sistemas são uma ordenação de relações sociais que tem propriedades estruturais.

A respeito dos recursos, ou fatores que facilitam as ações do guardiões de sementes, Costa Gomes, referindo-se a políticas públicas, comenta:

É uma coisa mais recente, foi sempre uma iniciativa dos próprios agricultores para poder garantir a sua reprodução, mas nos últimos anos tem sim algumas políticas públicas que ajudam a patrocinar essas festas de troca de sementes, essas feiras de sementes crioulas, esses encontros entre os agricultores. Eu acho ainda uma ajuda muito tímida, comparada com os incentivos ou com as benesses que o setor sementeiro tradicional convencional tem. Que tem ai crédito, que tem subsídio, que tem estocagem, que tem políticas públicas que ajudam isso não é? No caso dos Guardiões, a situação é mais complicada, mas nos últimos anos graças a algumas iniciativas de algum tipo de política pública e até da própria Embrapa no sentido mais convencional tem ajudado a promover a guarda desse material.

O guardião Ocimar ressalta o papel das compras institucionais:

E essa questão de alimento aí é bem complicada, a gente vê agora o governo, agora sim o governo que esse órgão federal aí tem que ser trinta por cento da agricultura familiar não é? Presídio, hospital, quartel, não sei que mais, tudo isso, eles cobram trinta por cento, trinta por cento tem que ser da agricultura familiar. Claro tem isso, também teria que ter mais um incentivo pro pessoal do campo produzir... Mas, vamos vê.

Ele também enfatiza a atuação de instituições governamentais de apoio:

Bastante importante, eu acho bem importante a parceria da Emater e da Embrapa, isso é bom, até claro pra dizer que vai ajudar também né se não a gente não conseguia sozinho fazer. Essa parceria assim é bem bom, desde que seja pra ajudar... Tem os que atrapalham também...

mas não atrapalhando, a Emater e a Embrapa são fundamentais pra nós.

O pesquisador da Embrapa Irajá Antunes sublinha a construção de políticas mais gerais, norteadoras da formulação de novos programas e projetos:

[...] eu acho o Planapo que é o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica [...] um instrumento muito bom, que queira ou não ele tem contribuído muito pra manutenção desses guardiões. Na medida em que as sementes crioulas começam a ser reconhecidas e há outros instrumentos que a gente pode considerar já como legais que estão dando sustentação a essas sementes, tipo os “PAAs”, tem o “PAA Sementes” que surgiu a pouco que permite que as sementes crioulas sejam compradas pelo governo, então são alguns instrumentos que estão surgindo que tão dando sustentação e manutenção ao guardião na medida em que dá sustentação ao cultivar a variedade crioula, e outras são as que eu tinha te falado é a formação dessas feiras de consumidores que também é um elemento muito importante pra que se mantenha essas variedades.

O guardião Cléo destaca a participação da municipalidade e menciona outros órgãos governamentais:

Eu identifico assim, ainda é principiante, no começo assim, mas dentro da Emater nós temos alguns técnicos que respeitam muito esse trabalho, valorizam, validam pra nós. Dentro da Embrapa também temos pessoas que respeitam e validam isso tudo, que a gente trabalha. Na Secretaria de Educação aqui do município nós temos uma coordenadoria na formação de professores que trabalha com jovens rurais, com as crianças rurais, que também se identifica muito com isso [...] Então a gente já tem na escola técnica aqui também na agricultura, pessoas que se identificam, a direção da escola se identifica [...] A Cooperativa mesmo faz a comercialização das sementes crioulas, num diálogo aberto com o MDS de repassar recurso pra CONAB, pro MDA pra adquirir sementes, pra distribuir sementes, isso faz com que seja uma atividade econômica pro agricultor que era só Guardião.

Frei Sérgio também identifica recursos²⁴ disponibilizados aos guardiões como “ATER e aquisição de sementes através do PAA”. Entretanto, afirma que o governo poderia “disponibilizar o banco de germoplasma da Embrapa, adquirir mais sementes, (conceder) mais ATER e controle do uso de transgênicos e agrotóxicos.”

Note-se que os depoentes enfatizaram mais os recursos do que as regras. A par disso, pelo estudo apresentado nesse capítulo a respeito das leis que interferem nas

²⁴ O termo é aqui utilizado com a conotação dada pela Teoria da Estruturação, não significando alocação de aportes financeiros ou humanos.

práticas dos guardiões, restou evidenciado que muitos são os entraves que ainda precisam enfrentar.

Muitos deles decorrem do privilégio que é concedido àqueles que estão completamente abrigados pelo modelo hegemônico de desenvolvimento e decorrentes modos de produção.

Abona esse entendimento o documento firmado por um amplo espectro de instituições e entidades, reproduzido ao final, que externaram sua insatisfação quanto ao determinado pelo PL n. 7.735/2014.

Portanto, a partir das narrativas, ficou evidenciada a presença de regras e recursos relativos aos guardiões de sementes. Tal evidência confirma a existência de um processo, ainda elementar, de edificação de um sistema intersocial e a consequente configuração de uma nova categoria social. Tal questão será também abordada na conclusão.

3.3.5 SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE O HOMEM E A NATUREZA

Partindo de um enfoque apoiado nos debates realizados no âmbito da sociologia rural, Guzmán grifa o conceito de estilos de manejo dos recursos naturais para tratar das relações existentes entre o homem e a natureza.

Para o autor o conceito é referenciado no

[...] espaço sociocultural e ecológico existente entre o homem e os recursos naturais, gerado como consequência da co-evolução no interior de um etnoecossistema específico. Um estilo de manejo dos recursos naturais significa a realização daqueles arranjos entre os elementos da biosfera (ar, água, terra e diversidade biológica) e a matriz cultural que permite sua articulação, gerando tecnologias específicas locais (2005, p.130).

Uma primeira assertiva em torno dessa questão é apresentada pelo guardião Ocimar e ressalta o *approach* com a dimensão econômica:

Eu penso que eu, na minha ideia, é uma boa alternativa, por que no caso assim, não tem gasto de manter a semente crioula, que é uma coisa que também se não se manter ela vai incrementando e procura manter, como se diz mais antigamente, se não termina, vai virar tudo transgênico e vai tomar conta, infelizmente, e não tem muita semente também, tem gente mas não é muitos que tem.

Costa Gomes, de outra parte, chama a atenção para um processo de conhecimento e relação com o natural mais amplo definido em três etapas; a *praxis*; o *corpus* e o *cosmus*:

[...] Isso é técnica, isso é conhecimento, isso é, como dizia o Victor Toledo: *Praxis*, *Cosmus* e *Corpus*. *Praxis* é o conjunto de conhecimentos que uma pessoa tem e que adquire ao longo da vida, no serão, na prosa, na tradição oral, o conhecimento se acumula ao longo de uma vida, o conhecimento que transpassa de uma geração para outra e o conhecimento que cada um formula no seu dia a dia. Hoje cada um de nós formula algum conhecimento sobre alguma coisa. Então tem aquela forma de acúmulo de conhecimento, esse conjunto de conhecimentos é o que o Victor Toledo chama de *Praxis*, e ele chama de *Corpus* as estratégias que cada ser humano utiliza, adota pra utilizar esse conhecimento em cada processo histórico. Então tem o conjunto de conhecimentos que é a *Praxis* e tem a forma de usar esse conhecimento que é o *Corpus*. Ele coloca ainda o *Cosmos* que é a visão de cada tribo em cada contexto sócio-histórico, em cada momento, em cada lugar do mundo não é? E esse processo de conhecimento é um processo de acúmulo, de prova e erro, não é um processo que se faz num laboratório, com delineamento experimental, com aplicação, com testes estatísticos.

O guardião Florelino Argemiro Galvão, conhecido como Seu Flor, comentando a respeito da transmissão das tradições que realiza em sua comunidade, destaca:

É eu digo como é que eu planto. Hoje mesmo eu estava contando pra uma senhora lá na plantação de amendoim, que o amendoim tu plantando ele no mês de outubro se tu vai aproveitar a usar a grama tu termina perdendo o que dá na volta e agora mudei a data de plantar, só planto em dezembro que daí aproveito todo.

Em seguida, inquerido sobre ter alguma religião disse ser católico e, se a religião interferia de alguma forma em sua relação com a natureza disse “Não, a religião não importa muito, eu acredito em lua.” “Pra plantar.”

Seu Flor, portanto, não percebe os fenômenos e as práticas, de uma forma mística, mas acentua sua relação com a natureza falando sobre a lua.

O guardião Cléo complementa a abordagem do seu Flor:

[...] tem que prestar atenção nessas coisas, na lua... A lua tem uma importância muito grande... O milho mesmo, essas variedades e eu acho assim que quanto mais nativas elas são, quanto menos alteração genética elas sofreram se relacionam muito mais com o clima, com os astros, então a semente, por exemplo, a semente de milho, se a gente botar uma semente de milho no início da lua crescente, vai dar uma planta super alta, uma espiga muito pequena e isso é uma fato assim que a gente, qualquer pessoa que fizer isso, vai observar que de fato acontece isso, diminuiu a produção, a planta fica mais tombadeira

porque o peso fica lá em cima, ela tomba muito mais e se plantar ele na cheia ou na minguante, ele vai dar uma planta mais encorpada não é? A espiga vai ser mais mediana na planta e ele vai tombar menos e também vai ser mais desenvolvida a espiga... Não vai crescer tanto a planta e vai desenvolver mais a espiga. São coisas da lua assim, não é? E tem a questão do carunchar, dependendo da lua que a gente plantar, vai tá mais suscetível ao caruncho, insetos, do que em outras... Então tudo isso tem relação.

O pesquisador Irajá Antunes, sob um ponto de vista diverso mas em torno da relação entre o homem e a natureza, acentua a diferença entre produção orgânica e agroecológica. Para ele:

Uma coisa é produção orgânica outra é produção agroecológica. Produção orgânica é simplesmente um produto que não tem nenhum tipo de veneno, mas a produção agroecológica implica em uma questão filosófica, uma forma de ver o mundo, ou seja, muito mais profunda e isso significa uma questão cultural até, por que tu começa a observar uma determinada variedade uma determinada semente que tem um uso específico, uma forma de preparar como alimento, uma forma específica de plantar, ou seja, tem todo um histórico que vem com a semente, na verdade é um elemento cultural, não apenas algo pra se comer.

Na sequência de sua narrativa, Antunes aborda uma questão, que deveria estar sempre presente ao se tratar da relação homem e natureza. Trata-se do entendimento do que é ser feliz:

É, houve um encontro em 2012 em Londres, que esse encontro teve pessoas presentes e também que participaram via digital e foi feita uma reflexão sobre o estado do planeta e até saiu um documento que se chama "State of the Planet", estado do planeta. E é interessante por que essa análise chegou a um nível de entendimento do que é ser feliz, sabe, é muito interessante e chegou a um ponto de se pensar que a humanidade deveria mudar a forma de entender o que seja ser feliz ou ser realizado e se pensa que deveria se sair da questão material.

E arremata: “quando eu vou a uma propriedade de pequeno agricultor eu vejo ele muito satisfeito com a vida, sabe?” O contato mantido com os guardiões para colher-se os depoimentos expostos nesse estudo corroboram essa percepção, em que pesem as dificuldades constatadas para o desempenho das atividades dos agricultores.

3.3.6 SOBRE O PROCESSO DE DISPUTA HEGEMÔNICA

No capítulo I abordou-se o modelo explicativo de Laclau e Mouffe (2011) a respeito do processo de construção da hegemonia. Viu-se que são imprescindíveis, na

construção de um processo hegemônico que um determinado grupo ou classe execute, práticas articulatórias e, mais, que essas se confrontem com práticas articulatórias antagônicas em um espaço delimitado desde o ponto de vista geográfico.

Nos depoimentos apanhados pode-se confirmar que essa situação é verificada no que tange às ações e práticas dos guardiões de sementes, refletindo-se em termos discursivos.

Costa Gomes afirma:

Com certeza, ele é uma contraposição ao modelo, um espaço dentro de um campo de disputa de modelos não é? E é difícil de relatar porque os Guardiões de Sementes não tem a mesma capacidade de botar um programa num horário nobre na televisão falando das bondades do desenvolvimento sustentável que uma grande multinacional tem, por exemplo. Eles não tem grana pra isso, as multinacionais tem. As multinacionais tem o pacote tecnológico, tem as sementes, tem a tal da agricultura de precisão e até a aplicação de determinados insumos num pacote só. Os Guardiões de sementes, eles são menores, eles são pequenos, eles estão dispersos e precisa de muita política pública, precisa de muita tenacidade pra poder organizá-los e pra poder evidenciar isso, mostrar para o público urbano que, afinal de contas, eles estão guardando cultura e podem oferecer pro público urbano alimentos de qualidade superior.

Levando-se em consideração a narrativa de Gomes, vale ressaltar-se que, nos termos da Teoria da Estruturação, a ação humana não deve ser definida com bases na intenção. Está, isto sim, vinculada à capacidade do agente de fazer as coisas.

Conforme já ressaltado os guardiões de sementes encontram-se em meio a um processo de construção do sistema intersocial conforme será apresentado nas conclusões. Entretanto, ainda que assim seja, identifica-se indícios do enfrentamento desencadeado, em condições de disputa hegemônica, percebendo-se, inclusive, o aumento da audiência no que diz respeito a sua construção discursiva.

Gomes também comenta a vinculação existente entre as concepções expressas pelos guardiões em contraposição, ou em disputa pela hegemonia, às teses da Revolução Verde. Seu comentário permite que se observe a verdadeira dimensão e magnitude deste embate:

Toda a estratégia da Revolução Verde é uma estratégia de produção capitalista com foco no mercado e aí tu esquece de outras particularidades, de outros atributos que uma planta tem que ter pra ser transformada em alimento. [...] Eu acho que tem todo um contexto que é gerado por um estilo de agricultura, que é produto de um estilo de sociedade, que é produto de um estilo de economia.

Em que pese essa constatação, um tom de otimismo contido também marca o entendimento de Gomes, muito embasado nas mudanças promovidas pelos cidadãos e consumidores. É o que ele destaca, nos seguintes termos:

Se a gente fizer uma pesquisa hoje ou se a gente fizer alguma leitura de coisas que estão acontecendo, a gente vê que esse movimento ele cresceu muito nos últimos anos. O movimento *Slow Food*, por exemplo, é um movimento que cada vez tem mais adeptos. Os mercados étnicos, os mercadinhos de beira de estrada, os mercados de produtos alternativos orgânicos, ecológicos, a economia solidária... Tem muitas coisas que vem crescendo e que precisam se dar as mãos pra poderem fazer um confrontamento. [...] É difícil, eu sei que às vezes é meio desigual, mas o que a gente nota hoje é que tem muitos movimentos que tão se contrapondo a essa comida de massas não é?

Tal percepção é corroborada por Bevilaqua que afirma:

[...] por outro lado vejo que esse modelo da agroecologia vem crescendo, vem se desenvolvendo e tem aparecido com muita força nas comunidades. Várias questões tem apontado pra isdFcs, essa questão de contaminação por agrotóxicos das pessoas, das famílias, na comunidade. A questão da alimentação hoje é um ponto importantíssimo, que as pessoas tenham um padrão de alimentação melhor do que se observava, é uma questão chave da produção diferenciada dos alimentos... Uma alimentação diferenciada. No público urbano eu vejo uma força muito grande, uma busca por isso aí.

Neste ponto do estudo vale novamente socorrer-se nas concepções de Laclau (2011) no que tange ao cotejo de natureza hegemônica. O autor acresce a sua teoria o conceito de significante vazio. Iniciando sua abordagem a respeito ele afirma que “um significante vazio é, no sentido estrito do termo, um significante sem significado” (2011, p. 67).

Para melhor elucidar o conceito Laclau lança mão de um exemplo que já o introduz no âmbito da política e da hegemonia:

Como esse mecanismo opera? Consideremos a situação extrema de uma desorganização radical do tecido social. Nessas condições [...] a população precisa de uma ordem, e o conteúdo presente da mesma passa a ser considerado uma consideração secundária. A “ordem”²⁵ enquanto tal não tem conteúdo, já que só existe nas várias formas em que se realiza; mas, numa situação de desordem radical, a ordem está presente como aquilo que é ausente; passa ser um significante vazio, como o significante dessa ausência. Nesse sentido várias forças políticas podem competir em seus esforços para apresentar seus objetivos particulares como aqueles que realizam o preenchimento

²⁵ Grifo do autor.

dessa falta. Hegemonizar algo é exatamente cumprir essa função de preenchimento. (Mencionei a ordem, mas obviamente “unidade”, “libertação”, “revolução”, etc. pertencem ao mesmo esquema. Qualquer termo que, em certo contexto político, passa a ser o significante da falta realiza a mesma função. A política é possível porque a impossibilidade constitutiva da sociedade só pode representar a si mesma por meio da produção de significantes vazios)”. (2011, p. 78)

Nesse processo os interesses e identidades particulares do grupo que conquista, ainda que momentaneamente, a audiência hegemônica esvaem-se assumindo contornos de totalidade. A operação hegemônica significa, então, a encarnação do significante vazio por um ou mais grupos particulares em relação a uma realidade não preenchida.

Ora, se é observável, conforme anteriormente aludido, que vive-se um período de transição paradigmática do ponto de vista histórico – com sérios questionamentos quanto aos “rumos” que a humanidade constrói em seu processo de “desenvolvimento”²⁶ – é justo pensar-se que uma parcela dessa construção prática e discursiva antagônica vem sendo edificada pelos guardiões de sementes.

Resta claro, pois, que está em curso uma disputa em torno da construção de um discurso hegemônico no que se refere a questão da produção e consumo de alimentos. Ainda que sejam desiguais os instrumentos utilizados pelos agentes envolvidos, com a balança desequilibrada a favor das grandes corporações, cresce a percepção de que além da segurança alimentar a sociedade também clama por alimentos seguros.

Esse confronto parece apontar, entre outros fatores, também para a constituição de um sistema intersocial por parte dos guardiões, na medida em que se intensificam as relações sociais com outros agentes relevantes.

Por todo o exposto nesta seção, dedicada às manifestações dos entrevistados, percebe-se que os guardiões de sementes vinculam-se a questões importantes e atuais. Eles tratam da preservação da diversidade biológica e a decorrente possibilidade das novas gerações terem acesso a estes recursos naturais.

Tratam do enorme problema que se anuncia, a segurança alimentar de uma população mundial que cresce exponencialmente. Atuam, também, no sentido da preservação e transmissão de tradições locais, normalmente na contramão do processo de padronização do conhecimento e de produtos.

²⁶ Os grifos justificam-se na medida em que deseja-se ressaltar que tais definições enquadram-se no conceito de significantes vazios de Laclau.

Contrapõem-se ao modelo de desenvolvimento embasado no crescimento das cidades e esvaziamento do campo, à geração interminável de necessidades e o consequente consumo desenfreado de novos produtos e, ainda, à produção perpétua de riscos associados às novas tecnologias.

Tais circunstâncias reforçam o entendimento já expresso no sentido de que os guardiões compõem um novo sistema intersocial. Para além dos aspectos formais de adequação à Teoria da Estruturação a relevância de suas ações confirmam esse entendimento.

CONCLUSÃO

O conceito de sistema intersocial, como tratado no capítulo II, não foi amplamente discutido por Anthony Giddens, conforme anteriormente citado. Daí resulta a necessidade de arriscar-se a utilização de critérios, ou aspectos, ajustados à Teoria da Estruturação, que precisam ser considerados para verificar-se a sua eventual existência em determinado contexto social.

Um primeiro desses aspectos diz respeito à distinção existente em relação aos sistemas sociais. Esses expressam uma totalidade mais ampla da sociedade ao passo que os sistemas intersociais, sob o prisma desse estudo, são internos ao sistema social – embora Giddens também avente a possibilidade de sistemas intersociais externos – conectando-se a ele e a outros sistemas intersociais. Portanto, um sistema intersocial deve ser delimitado, definido por fronteiras, ainda que flexíveis, que se vinculam aos demais sistemas.

Sob esse enfoque os guardiões de sementes parecem abrigar-se no conceito já que definidos por uma identidade, ou posicionamento frente à sociedade, possuírem constância de propósitos comuns, além de comporem a sociedade, ou sistema social, e atrelarem-se com outros sistemas como o econômico e o jurídico.

Note-se que em relação a esses sistemas (econômico e jurídico) há claras interações constituídas inclusive no âmbito internacional ou seja, em condições espaço-temporais ampliadas.

O segundo aspecto aqui proposto é a existência de regras e recursos implicados na reprodução dos sistemas intersociais, já que para Giddens são esses os elementos que conformam as estruturas. Lembre-se que, na concepção do autor, as estruturas são, a um só tempo, meio e resultado das condutas que organizam. Isso é o que dá forma ao conceito de dualidade da estrutura.

Também sob esse foco, conforme se depreende dos depoimentos colhidos tanto de guardiões como de especialistas, os guardiões estão constituindo um sistema intersocial, ainda que embrionariamente. Note-se que Giddens, conforme anteriormente referido, alude à possibilidade de coexistirem sistemas com graus de sistematicidade diversos, uns mais consolidados outros menos.

Merecem destaque a respeito, pelo lado dos elementos limitantes (regras), conforme a abordagem de Giddens (2009), a legislação citada no capítulo III, tanto no que diz respeito aos acordos e tratados internacionais, quanto às normas do Brasil, basicamente a Lei de Sementes e a nova lei de acesso à biodiversidade e conhecimento tradicional a ela associado.

Já do ponto de vista dos fatores que facilitam a ação humana (recursos) Giddens (2009) pondera que estes são de dois tipos: aqueles que decorrem da coordenação das atividades dos agentes e aqueles que existem a partir do controle de produtos materiais ou aspectos do mundo material.

Entre os recursos mencionados pelos atores entrevistados podemos perceber a organização e execução de políticas públicas, a realização de feiras de troca de sementes possibilitando um espaço de encontro e reconhecimento dos guardiões, bem como a realização de seminários e outros eventos que contribuem com o monitoramento reflexivo de suas ações e a análise da conduta estratégica.

Ainda importa salientar, nesse sentido, o controle dos meios que garantem a segurança alimentar de suas famílias, a propriedade das terras e a execução de uma estratégia que minimiza o uso de insumos externos a propriedade.

O terceiro elemento que parece ser relevante nessa abordagem é a existência de relações sociais entre os agentes estudados tanto em circunstâncias de co-presença quanto em condições de reciprocidade desde de um ponto de vista de espaço-tempo ampliado.

As duas situações restaram demonstradas a partir dos depoimentos angariados. No tocante às condições de reciprocidade longínqua os entrevistados ressaltaram as diversas experiências, em diferentes lugares do mundo, que articulam ações com o mesmo sentido das executadas pelos guardiões de sementes. Em relação aos guardiões algumas questões parecem repetir-se, em diversos contextos como i) a busca pela segurança alimentar; ii) as atividades de guardiões serem, no mais das vezes, desenvolvidas por famílias mais pobres; iii) a ocorrência de um avanço de grandes corporações tanto a nível de mercado quanto no que diz respeito à ocupação do espaço com suas sementes e iv) a existência de conflitos sociais decorrentes desse mesmo avanço. Tais semelhanças demonstram uma soldagem entre sistemas intersociais articulados por guardiões que vai para além das fronteiras nacionais e correspondentes sistemas sociais.

Isso autentica com intensidade a existência de condições de reciprocidade em espaço-tempo ampliado.

Daí que, atendidas as condições aqui preconizadas para a constituição de um sistema intersocial, sob a ótica dessa pesquisa confirma-se a hipótese aventada ao início da pesquisa. Os guardiões de sementes, ainda, que em um estágio inicial dão passos no sentido da criação do sistema referido.

Outro tema que merece ser tratado nesta conclusão é a distinção concebida por Giddens (2009) no que tange a associações e movimentos sociais (organizações).

Para o autor nas associações e sistemas sociais – incluídos os sistemas intersociais – a reprodução social acontece por meio da conduta regularizada de agentes aptos. Os cenários de interação são reflexivamente monitorados. Além disso, a tendência é haver uma forte conexão entre associações e modos tradicionais de legitimidade, já que a tradição representa um certo ordenamento moral daquilo que já passou e, portanto, tende a contribuir com a constituições de relações mais duradouras e associativas.

Já organizações e movimentos sociais são coletividades nas quais preponderam práticas reflexivas das condições de reprodução do sistema social. Organizações e movimentos sociais são como uma expressão da sociedade capitalista – ainda que a confrontem – e marcam, de certa forma, a sua separação das sociedades tradicionais ou tribais.

Ora, pelo que se pode observar as ações dos guardiões de sementes são voltadas, em maior dimensão, para as questões relativas a sua reprodução social e de seu incipiente sistema intersocial e não reflexivas a respeito do sistema social totalizante. Para eles trata-se de garantir a segurança alimentar de suas famílias, a transmissão de seus conhecimentos aos descendentes e membros da comunidade na qual vivem e a preservação dos recursos naturais que garantem a sua sobrevivência.

Ações concernentes a denúncias e reivindicações, mais corriqueiras e presentes nas organizações e movimentos sociais, não são comumente encontradas entre os guardiões de sementes.

Sob um ponto de vista diverso mas coeso à constituição do sistema intersocial, ganha importância a referência feita por Giddens (2009) às consequências impremeditadas da ação. Esta questão foi também abordada anteriormente a partir das concepções de Arendt e Elias, mencionadas no capítulo I.

Giddens pondera, nesta mesma obra, que existem atividades que, a partir do monitoramento reflexivo realizado pelos agentes, são efetivadas de modo intencional porém, dentro de condições de cognoscitividade limitada. Os atores sociais tem motivos para fazerem o que fazem. Entretanto, parte das consequências da ação estão vinculadas à motivação e parte não.

À sociologia importam as duas situações. Pode ocorrer que as consequências impremeditadas sejam, até mesmo, de maior impacto que as demais. Essa circunstância contribui, inclusive, para que seja superada a clássica divisão sociológica entre subjetivismo e objetivismo.

Assim, na esteira das concepções de Arendt, Elias e Giddens os depoimentos colhidos associados às abordagens teóricas apresentadas nesse estudo, apontam para a constituição de um sistema intersocial, muito embora não se verifique o caráter intencional de fazê-lo entre as ações dos guardiões.

Os motivos da ação dizem respeito, segundo Giddens (2009), às necessidades que as instigam. Normalmente eles tendem a ter uma influência na ação apenas em ocorrências incomuns, em situações que quebram a rotina.

Portanto, mesmo que sem um motivo racionalmente engendrado, ainda que não premeditando o fim de suas ações, e mesmo não podendo fazê-lo, a exemplo do que ocorre com a humanidade nas palavras de Arendt (2010), os guardiões de sementes acabam por gerar um conjunto de consequências que apontam para a construção de um novo modelo de produção e uma nova ética.

Eles acabam demonstrando que é possível construir-se um modo de vida mais simples, menos consumista, preocupado com recursos finitos relativos à biodiversidade e que valoriza relações tradicionais.

Recupere-se, à título conclusivo, a abordagem de Laclau no que alude ao conceito de significante vazio e a possibilidade de haver uma ressignificação da função dos guardiões de sementes. Como visto, frente a um momento de transição paradigmática no qual a altercação – etapa do processo de alteridade nas palavras de Arnoud anteriormente mencionadas – a princípios constitutivos do modo de produção capitalista ganha relevância, as práticas e discursos dos guardiões podem adquirir contornos de contestação à totalidade, transbordando seus interesses e identidade particulares.

Por fim é de enfatizar-se, que todas as pessoas que sentem-se insuficientes, em alguma medida responsáveis pelo mundo não ser melhor do que é, por haver ainda

tantas desigualdades e injustiças, por tantos serem condenados à iniquidade e privações desnecessárias numa vida que tão rápido passa, todas essas pessoas podem encontrar um pequeno conforto nas palavras de Arendt.

A autora, que conforme informa o título de uma de suas principais obras, tanto se detém sobre a condição humana, afirma que há remédios contra a irreversibilidade e imprevisibilidade dos processos desencadeados por nossas ações ou omissões: para a incapacidade de se reverter e resilir o que se fez a redenção encontra-se na faculdade de perdoar; para a desordenada incerteza do futuro o alívio se encontra na faculdade de prometer e cumprir promessas.

E Arendt prossegue ressaltando que esses dois remédios, capazes de aplacar a angústia que invade os corações de tantos homens e mulheres, dependem da pluralidade, da presença do outro, pois ninguém pode se auto-perdoar ou cumprir uma promessa feita para si próprio.

Ora, se os homens são únicos, singulares nos caminhos que os constroem, ainda que Nietzsche tenha razão e estejamos condenados a eternamente retornar exatamente como somos, haver o outro é infinitamente mais provável que a existência do eu.

Sejamos, pois, tolerantes frente ao outro, reconheçamos e valorizemos as suas trajetórias, suas vidas, os lugares de onde vieram, os espaços longínquos do trabalho suado que não merecem ser chamados pejorativamente de “grotões”.

Os guardiões de sementes são comprometidos com o outro, com os homens e mulheres que vivem nas cidades, que não plantam mas clamam por uma alimentação saudável.

São comprometidos com o outro que ainda não veio, com as novas gerações que merecem ser recebidas com a exuberância de uma natureza diversa, rica, pulsante.

Os guardiões sabem que é o outro que dá sentido às nossas vidas. É o outro que nos desafia e nos confirma.

FONTES ORAIS:

Entrevista realizada, pelo autor, com Ocimar Pires Duarte, em fevereiro de 2015, no município de Tavares.

Entrevista realizada, pelo autor, com Frei Sérgio Antônio Görgen, em agosto de 2015, em Pelotas.

Entrevista realizada, pelo autor, com Florelino Argemiro Galvão, em maio de 2015, no município de Tavares.

Entrevista realizada, pelo autor, com Dora (nome fictício), em maio de 2015, no município de Tavares.

Entrevista realizada, pelo autor, com Cléo de Aquino Ferreira, em abril de 2015, em Canguçu.

Entrevista realizada, pelo autor, com João Carlos Costa Gomes, em fevereiro de 2015, em Pelotas.

Entrevista realizada, pelo autor, com Irajá Antunes, em março de 2015, em Pelotas.

Entrevista realizada, pelo autor, com Gilberto Beviláqua, em abril de 2015, em Pelotas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: EDUSP, 2007.

ADÃO, N. Movimento das Mulheres Camponesas e a semeadura de novas perspectivas: os significados da (re) produção de sementes crioulas para as mulheres no oeste catarinense. *Dissertação de Mestrado*. UFSC, Florianópolis, SC, 2009. <file:///C:/Users/GABVICE/Downloads/274721.pdf> Acesso em 20 de abril de 2015.

ALMEIDA, A. Manejo e conservação da Agrobiodiversidade em Assentamento Rural Olga Benário no Estado de Sergipe. *Dissertação de Mestrado*. São Carlos, SP, UFSCAR, 2014. http://www.bdtd.ufscar.br/htdocs/tdeSimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=7829 Acesso em 15 de abril de 2014.

ALMEIDA, P. e SCHMITT, C. J. Agrobiodiversidade para segurança alimentar: fortalecendo o direito dos agricultores e agricultoras. **Revista Proposta**, nov. 2008, p. 28-35.

ALMEIDA, T. A agrobiodiversidade nas terras indígenas guarani Nhandewa no norte do Paraná: Memória, resgate e perspectivas. *Dissertação de Mestrado*. São Carlos: UFSCAR, 2012. http://www.bdtd.ufscar.br/htdocs/tdeSimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=6574 Acesso em 20 de abril de 2015.

ALONSO, J.; BANDEIRA, P.; BENETTI, M. **Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul**: causas e perspectivas. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1994.

ARENKT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro/RJ: Editora Forense Ltda. 2010.

ARNAUD, A. **O direito traído pela filosofia**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabres Editor. 1991.

ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BADSTUE, L. Confiança mútua como base para a aquisição de sementes. *Agriculturas*, v. 4, n. 3, 2007, p. 18-21. http://www.agriculturesnetwork.org/magazines/brazil/3-sementes-da-biodiversidade/confianca-mutua-como-base-para-a-aquisicao-de/at_download/article_pdf Acesso em 10 de julho de 2015.

BALESTRO, M. e SAUER, S. **Agroecologia e Desafios da Transição Agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BARCHET, S.; BOHNE, L.; RIBEIRO, T. e VIELMO, G. Câmbio de sementes e seus guardiões: experiências de conservação da agrobiodiversidade em dois municípios do Rio Grande do Sul. *Agriculturas*, vol. 4, n. 3, 2007, p. 32-35. http://www.agriculturesnetwork.org/magazines/brazil/3-sementes-da-biodiversidade/cambio-de-sementes-e-seus-guardioes-experiencias/at_download/article_pdf Acesso em 10 de julho de 2015.

BARBOSA, M. Casas de Sementes Comunitárias: Estratégias de resistência e manutenção da vida camponesa. *Dissertação de Mestrado*. Fortaleza: UFC, 2014. http://www.teses.ufc.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=13139 Acesso em 15 de abril de 2014.

BECK, U. **Sociedade de risco** – Rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Ed 34. 2010.

BECK, U. et al. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1995.

BEVILAQUA, G. et al. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, v. 31, n 1. Brasília, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, 2014.

BEVILAQUA, G. e ANTUNES, I. Agricultores guardiões de sementes e o desenvolvimento “in situ” de cultivares crioulas. 2008. *Artigo em Hipertexto*. http://www.infobibos.com/Artigos/2008_4/guardioes/index.htm Acesso em 10 de julho de 2015.

BOSCO, F. **Banalógias**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva Ltda, 2007.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CARUSO, C. A agroindústria familiar no extremo sul gaúcho: limites e possibilidades de uma estratégia de reprodução social. *Dissertação de Mestrado*. Pelotas: UFPel, 2006. http://www2.ufpel.edu.br/isp/ppgs/dissertacoes/2006/cintia_oliveira_caruso_dissertacao.pdf Acesso em 10 de fevereiro de 2014.

CASSOL, P. Construindo a autonomia: o caso da associação dos guardiões das sementes crioulas de Ibarama/RS. *Dissertação de Mestrado*. UFSM, 2013. <http://w3.ufsm.br/ppggeo/images/dissertacoes/Dissertao%20KELLY%20PERLIN%20CASSOL.pdf>. Acesso em 25 de setembro de 2014.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al (orgs.). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 295-316.

D'ANCONA, M. **Metodología cuantitativa: estrategias y técnicas de investigación social**. Cap.2. El análisis de la realidad social. Madrid: Síntesis, 1998, p. 43-62.

DESLAURIERS, J. e KÉRISIT, M. O delineamento da pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. et al. **A Pesquisa qualitativa.** Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2010.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro, RJ: Editora Zahar, 1994.

_____. **Introdução à Sociologia.** Lisboa, Portugal: Edições 70, 2014.

FIGUEIREDO, C. Cultivando identidades: a semente crioula e a invenção do camponês na “campanha das sementes” do MST. *Dissertação de Mestrado*. Rio de Janeiro: UERJ, 2006. http://www.bdtd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=126 Acesso em 15 de abril de 2014.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade.** São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

_____. **Modernity and Identity.** Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

_____. **Mundo em Descontrole.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

GIDDENS, A, A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS, A.; LASH, S. e BECK, U. **Modernização Reflexiva.** Política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: UNESP, 2012, p. 89-166.

GIDDENS, A. e TURNER, J. (Orgs). **Teoria Social Hoje.** São Paulo: Editora UNESP, 1999.

GIL, A. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo: Atlas, 2009.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GOMES, A. A guardiã da memória. **Acervo** - Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v.9, nº 1/2, p.17-30, jan./dez. 1996. http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/538.pdf Acesso em 10 de dezembro de 2014.

GOODE, W. e HATT, P. **Métodos em Pesquisa Social.** São Paulo: Editora Nacional, 1972.

GUTIERREZ, E. Charqueadas. In: Loner, B; Gill, L e Magalhães, M. (orgs.) **Dicionário de História de Pelotas.** Pelotas: Editora da UFPel, 2012.

GUZMÁN, E. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. In: AQUINO, A e ASSIS, R. (Editores Técnicos). **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável.** Brasília: DF: Embrapa Informação e Tecnologia, 2005, p. 101- 132.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna.** São Paulo: Loyola, 2013.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva Ltda, 2001.

KOVALSCKI, P. A agricultura familiar – a constituição de um campo – relações de poder e agricultura familiar em São Lourenço do Sul. *Dissertação de Mestrado*. Pelotas: UFPel. 2009. <http://www2.ufpel.edu.br/isp/ppgs/dissertacoes/2009/patrick-machado-kovalscki.pdf> Acesso em 3 de março de 2015.

LACLAU, E. e MOFFE, C. **Hegemonia y estratégia socialista**. Hacia uma radicalización de la democracia. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011.

LACLAU, E. **Emancipação e diferença**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

LEFEBVRE, H. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing Libros, 2013.

_____. **La Presencia y la ausencia**. Contribución a la teoría de las representaciones. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 2006.

LUTFI, E. et al. As Representações e o Possível, In: **Henry Lefebvre e o Retorno à Dialética**. José de Souza Martins (org). São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

LYRA FILHO, R. **Pesquisa em que direito?** Brasília/DF: Edições Nair Ltda, 1984

MARCONI, M. e LAKATOS, E. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, J. (Org). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo. Hucitec, 1986.

MARX, K. e ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo, SP: Editora Martin Claret, 2004.

MORIN, E. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Porto Alegre, RS: Editora Sulina, 2011.

_____. **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2014.

_____. **O Método**. 2011. A natureza da natureza. Porto Alegre: Sulina, 2013.

PESSOA, F. **Obra Poética**. Lisboa: Portugal, 1990.

PIRES, A. Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciências sociais. In: POUPART, J. et al (orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos**. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 43-94.

POUPART, J. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, Jean et al (orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos**. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 215-253.

RADÜNZ, A. Agricultura familiar, relações de poder e mercados institucionais: estudo de caso sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de São Lourenço do Sul. *Dissertação de Mestrado*. Pelotas: UFPel, 2011. <http://wp.ufpel.edu.br/ppgs/files/2014/09/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Amara-Fabres-Oliveira-Rad%C3%BCnz.pdf> Acesso em 20 de fevereiro de 2015.

RECH, C. A trajetória do Fórum de Agricultura Familiar da região sul do RS: entre mediações e (re) configurações. *Dissertação de Mestrado*. Pelotas: UFPel, 2011. http://wp.ufpel.edu.br/ppgs/files/2014/09/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Carla-Rech.pdf Acesso em 1º de março de 2015.

ROJAS, W.; PINTO, M.; FLORES, J. y PADULOSI, S. **Los agricultores custodios y los bancos comunitarios de semilla**. Fortalecimiento de la conservación *in situ* de la agrobiodiversidad en Bolivia. En: *Fundación PROINPA*. Informe Compendio 2011-2014. Cochabamba – Bolivia, 2015.

ROSSONI L. et al. **Recomendações metodológicas para adoção da perspectiva da estruturação nos estudos organizacionais**. Revista Organizações & Sociedade, v.20-n 66, p. 523-542, 2013.

RUIZ, J. A silenciosa resistência da produção familiar na região fronteiriça de Cerro Largo no Uruguai. *Dissertação de Mestrado*. Pelotas: UFPel, 2011. <http://wp.ufpel.edu.br/ppgs/files/2015/03/Disserta%C3%A7%C3%A7%C3%A3o-Mestrado-em-Sociologia.-Jimena-Gonz%C3%A1lez.pdf> Acesso em 1º de março de 2015.

SANTILLI, J. A Lei de Sementes brasileira e os seus impactos sobre a agrobiodiversidade e os sistemas agrícolas locais e tradicionais. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi*. Cienc. Hum., Belém, v. 7, n. 2, p. 457-475, maio-ago, 2012.

SANTILLI, J. Conhecimentos Tradicionais associados à Biodiversidade: elementos para a construção de um Regime Jurídico *sui generis* de proteção. http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT08/juliana_santilli.pdf Acesso em 10 de maio de 2014.

SANTILLI, J. Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores. **Tese de doutoramento**. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba. 2009.

SANTOS, A. S. et al. **Pesquisa e política de sementes no semiárido paraibano**. Embrapa, Documentos, Aracajú. 2010.

SANTOS, B. **A crítica da razão indolente – Contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Editora Cortez, 2000.

SANTOS, L. Quando conhecimento tecnocientífico se torna predação hight-tech: recursos genéticos e conhecimento tradicional no Brasil. In: Santos, B. (org). **Semear outras soluções – os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2005

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003.

SCHWARTZ, L. Organização espacial e a reprodução social da Agricultura Familiar na localidade de Harmonia I – São Lourenço do Sul – RS. *Dissertação de Mestrado*. Pelotas: UFPel, 2006. http://www2.ufpel.edu.br/isp/ppgs/dissertacoes/2006/losane_schwartz.pdf Acesso em 3 de março de 2015.

SHIVA, V. Biodiversidade, direitos de propriedade intelectual e globalização. In: Santos, Boaventura de S. (org). **Semear outras soluções** – os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2005.

SILVA, J. **A modernização dolorosa**: Estrutura agrária, fronteiras agrícolas e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1981.

SMITH, L. **O Mundo em 2050**: como a demografia, a demanda de recursos naturais, a globalização, a mudança climática e a tecnologia moldarão o futuro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

SÓTO, W. **Os conflitos sócio-ambientais e os desafios teóricos das ciências sociais brasileiras**: uma análise a partir da noção lefebriana de espaço social. http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT15/GT15_GomezSoto.pdf Acesso em 12 de julho de 2015.

VAZ, H. A formação territorial na região da campanha meridional: a organização sócio produtiva da propriedade familiar no distrito de Palma – Bagé – RS. *Dissertação de Mestrado*. Pelotas: UFPel, 2008. <http://www2.ufpel.edu.br/isp/ppgs/dissertacoes/2008/heron-vaz.pdf> Acesso em 3 de março de 2015.

VEIGA, J. **Cidades Imaginárias**. O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

WANDERLEY, M. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2003: 42-61.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**: Fundamentos da Sociologia Compreensiva. Brasília: Editora da UnB, 2012.

WILKINSON, J. CASTELLI, P. **A transnacionalização da indústria de sementes no Brasil**: biotecnologias, patentes e biodiversidade. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil 2000.

WOLKMER, A. **Pluralismo jurídico**. São Paulo/SP: Editora Alfa Omega Ltda. 2001.

APÊNDICES

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS GUARDIÕES DE SEMENTES

Nome:

Idade:

Profissão

Profissão dos pais

Estado civil

Se tem filhos

Nasceu onde?

Sempre viveu nesse local?

Para o sr. quem é um guardião de sementes?

Que sementes tem?

Como as conseguiu?

Desde quando guarda?

Como guarda?

Sabe as características e as propriedades que elas tem?

Algum outro conhecimento a respeito das sementes?

Transmite o seu conhecimento de alguma forma?

Para quem?

Tem alguma religião?

Vê alguma relação entre o que o sr. faz e a religião?

Conhece outros guardiões?

Se encontram e pensam sobre a atividade dos guardiões?

Tem relação com instituições?

Quais?

Como é essa relação com as instituições?

E o governo? O governo ajuda, no que?

Teria alguma coisa que o governo poderia fazer?

Acompanha as leis e atividades do governo?

E sobre as grandes empresas sementeiras e a forma como elas trabalham, tem algo a dizer?

E sobre a natureza nos dias de hoje. Como vê a relação do homem com a natureza? E os guardiões

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ESPECIALISTAS

Nome:

Idade:

Profissão

Profissão dos pais

Estado civil

Se tem filhos

Nasceu onde?

Sempre viveu nesse local?

Para o sr. quem é um guardião de sementes? O que ele faz? Quais suas práticas rotineiras?

Transmitem o seu conhecimento de alguma forma?

Para quem?

Tem alguma religião?

Vê alguma relação entre o que os guardiões fazem e a religião? Alguma forma de misticismo?

Os guardiões e os técnicos se encontram e pensam sobre a atividade dos guardiões?

Tem relação com instituições?

Quais?

Como é essa relação com as instituições?

E o governo? O governo ajuda, no que?

Teria alguma coisa que o governo poderia fazer?

Acompanha as leis e atividades do governo?

E sobre as grandes empresas sementeiras e a forma como elas trabalham, tem algo a dizer?

E sobre a natureza nos dias de hoje. Como vê a relação do homem com a natureza? E os guardiões e a natureza?

ANEXOS

ASSOCIAÇÃO DOS GUARDIÕES DAS SEMENTES CRIOLAS DE IBARAMA/RS

Ata de Fundação

Aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e oito, no Ginásio Municipal João Lazzari, na cidade de Ibarama-RS, conforme divulgação ao público-alvo e comunidade, sobre a realização da Sétima Edição do Dia da Troca das Sementes Crioulas e desta Assembleia Geral Extraordinária, ocorreu no período da manhã o Dia da Troca da Sementes Crioulas e às treze horas e trinta minutos, em primeira convocação é declarada aberta a referida Assembleia, sendo presidida e secretariada pelo Chefe do Escritório Municipal da Emater/RS-Ascar Senhor Giovane Ronaldo Rigon Vielmo. Presentes os guardiões das sementes crioulas, registrados na lista de presença da Assembleia Geral Extraordinária, o Secretário Municipal da Agricultura de Ibarama Silvano Sérgio De Gaspari e do Supervisor Regional da Emater/RS-Ascar José Antônio Costabeber. De imediato foi realizada a leitura da pauta da Assembleia Geral Extraordinária, sendo a seguinte: 1º - Aprovação do Estatuto; 2º - Eleição da Diretoria Executiva (Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Segundo Secretário, Tesoureiro, Segundo Tesoureiro); 3º – Conselho Fiscal, constituído por três membros efetivos e três membros suplentes; 4º Posse da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal; 5) Leitura e Aprovação da Ata de AGE. A seguir Giovane faz uma breve reflexão sobre a trajetória e cultivo do Milho Crioulo, onde comentou que a partir do ano de 1998 agricultores de Ibarama, começaram a desenvolver atividades agroecológicas. Foi incentivada a organização dos agricultores e vários eventos de capacitação foram realizados. Uma das metas foi a criação de um banco de sementes crioulas, pois várias famílias mantinham a tradição de cultivar milho crioulo em pequena escala. Inicialmente, os cultivares de milho foram identificados e várias reuniões efetuadas, começando assim o processo de resgate e multiplicação de sementes de milho crioulo pelos “guardiões das sementes”. Esse trabalho vem possibilitando a conservação, a multiplicação e a disponibilização dos recursos genéticos de milho crioulo às famílias rurais. Fruto desses esforços surgiram também os Dias da Troca de Sementes Crioulas de Ibarama, realizados anualmente desde 2002, que vêm permitindo o intercâmbio de experiências e

conhecimentos entre os agricultores, além de estimular técnicos e profissionais de outros municípios do Estado e da região. Já em 2006 a experiência resultou na realização da primeira Festa Estadual do Milho Crioulo em Ibarama, que passou a fazer parte do calendário de eventos do estado do Rio Grande do Sul. Nestes 10 anos de caminhada, os guardiões das sementes crioulas e os técnicos envolvidos participaram de vários eventos estaduais e nacionais para divulgar ações e resultados alcançados. O projeto foi premiado no Concurso Nacional de Sistematização de Experiências sobre Agroecologia e Agriculturas Alternativas, patrocinado pelo MDA, já estando publicado em várias revistas e livros. Também conquistou o 1º lugar no Concurso Ambiental von Martius, edição 2006, na Categoria Natureza, promovido pela Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha com o objetivo de divulgar ações que promovam o desenvolvimento econômico, social e cultural com respeito ambiental. São parceiros importantes neste trabalho, o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, a Emater/RS-Ascar, a Prefeitura Municipal, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibarama, a Embrapa Clima Temperado e o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor. Sem a participação efetiva destes parceiros com certeza o trabalho com sementes crioulas não teria sucesso. Seguindo a assembleia tratamos do 1º item da pauta, o Presidente informa que foi distribuído antecipadamente uma cópia da minuta do estatuto aos agricultores. Sugere que o encaminhamento para deliberação ocorra em bloco, ênfase aos eventuais destaques. O Presidente pergunta à plenária se estão suficientemente esclarecidos sobre a minuta apresentada. Em regime de votação é APROVADO o Estatuto da Associação, por unanimidade dos presentes. Para tratar dos 2º e 3º itens da pauta é concedido recesso de dez minutos para que a plenária apresente uma nominata dos candidatos aos cargos da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, respectivamente. Foi sugerido para compor a DIRETORIA EXECUTIVA da entidade, período de três anos, os associados: Sr Mario Jaci Raminelli, no cargo de Presidente; Sr Leonel Valdemar Kluge, no cargo de Vice Presidente; Sr Jaci Ferreira Prestes, no cargo de Secretário; Sr Ademar Gilson Priebe, no cargo de Segundo Secretário; Sr Edenir Kluge, no cargo de Tesoureiro; Sr João Luiz Secretti, no cargo de Segundo Tesoureiro. E, para compor o Conselho Fiscal da Associação, período de três anos, os associados: Sr Valmir Vendruscollo, Sr Norberto Scota, Sr Jurandir Ernesto Torcatto, como MEMBROS EFETIVOS; e Sr Ari Drescher, Srª Flora Rodrigues Zanella, Sr Vitorino Sachett, como MEMBROS SUPLENTES. Feito tais indicações, imediatamente, por aclamação foram **eleitos os associados** conforme nominata apresentada. Assume o

Presidente eleito e com o novo Secretário passam a coordenar os trabalhos para tratar da leitura e aprovação da ata de fundação. O Secretário faz a leitura da Ata da AGE e logo submetida a apreciação da plenária sendo aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar foi encerrada esta Assembleia Geral Extraordinária, às quinze horas e trinta minutos. Assinam a presente ata Presidente, Advogado, Secretário, sócios fundadores e demais participantes da Assembleia Geral Extraordinária.

Ibarama, 22 de agosto de 2008.

.....Presidente.....Secretário

“ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS GUARDIÕES DAS SEMENTES CRIOULAS DE IBARAMA”

Capítulo I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS.

Art. 1º - A ASSOCIAÇÃO DOS GUARDIÕES DAS SEMENTES CRIOULAS DE IBARAMA, também designada pela sigla ASCI, constituída em 22 de agosto de 2008, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, e duração por tempo indeterminado, com sede e foro no município de Ibarama e abrangência na região Centro-Serra do Rio Grande do Sul.

Art. 2º - A Associação (ASCI) tem por finalidade promover através da capacitação profissional rural, assistência social, cultural e recursos naturais a geração de renda a partir da preservação e cultivo do milho crioulo, bem como outros cultivos similares tendo como protagonismo o fortalecimento da comunidade rural da região Centro-Serra e a preservação da biodiversidade.

Art. 3º - A fim de alcançar suas finalidades a ASCI desenvolverá as seguintes atividades:

1 - Trabalhar na valorização da comunidade rural através da capacitação e integração sócio-familiar, como novo padrão para o exercício das autonomias, economia solidária e geração de renda, nos municípios que compreendem a região Centro-Serra, contando com a participação e investimentos público, privado e de entidades civis.

2 - Incentivar a criatividade inovadora e formação dos vínculos sócio-afetivos, para afirmação dos direitos, identidade e autoestima da população rural.

3 - Propor e implementar ações para o desenvolvimento social da região Centro-Serra, com vistas à capacitação da comunidade rural levando em conta a cultura regional, biodiversidade e preservação ambiental.

4 - Articular estratégias de reconhecimento das autonomias dos sujeitos de direitos e valorização da força de trabalho, principalmente no incremento e desenvolvimento de ações voltadas à Responsabilidade Social, Cultural, Econômica e Ambiental.

5 – Promover intercâmbio com outras entidades, tanto nacional quanto internacional, complementando as ações do Estado e o fiel cumprimento das finalidades da associação.

6 - Desenvolver ações permanentes com o objetivo de cooperação técnico-operacional e financeira, junto ao Estado e Iniciativa Privada.

7 - Promover assistência social, saúde, educação, cultura, preservação ambiental, tendo como público-alvo à família rural da região Centro-Serra.

8 - Buscar permanentemente o resgate das sementes crioulas, preservá-las e multiplicá-las a fim de evitar sua erosão genética.

9 - Proporcionar maior independência do agricultor em relação às empresas transnacionais.

10 - Obter sementes crioulas apropriadas ao cultivo agroecológico.

11 - Valorização dos saberes dos agricultores guardiões das sementes crioulas.

12 - Estimular a organização dos agricultores rurais.

13 - Divulgar através dos meios de comunicação as ações da Associação.

14 - Criar mecanismos próprios de divulgação, comunicação entre associados da região e agricultores de outras regiões;

15 - Realizar prestação de serviços e assistência técnica;

Art. 4º - No desenvolvimento de suas atividades, a ASCI observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, eficiência, e não fará qualquer discriminação de etnia, tez, gênero ou religião.

Art. 5º - A associação poderá receber contribuições, doações, legado e subvenções de pessoas física ou jurídica, nacionais e internacionais, destinado à formação e ampliação de seu patrimônio ou a realização de trabalhos específicos.

Parágrafo único - A ASCI não distribui entre seus associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, ou parcelas de seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução do seu objetivo social.

Art. 6º - Os recursos financeiros da ASCI sejam eles originados no Brasil ou oriundos das doações de instituições internacionais, governamentais e não governamentais, serão aplicados única e exclusivamente em atividades no Brasil.

Art. 7º - Para cumprir o seu propósito, a associação atuará por meio da execução direta de projetos sociais, programas e planos circunstanciais, com fim estratégico, levando em conta a sustentabilidade institucional por meio dos recursos materiais, humanos, financeiros ou prestação de serviços intermediários de apoio à sociedade civil, setor público e privado, no exercício das práticas de responsabilidade social e ambiental.

Art. 8º - A fim de alcançar seus objetivos a associação se organizará em tantas unidades de prestação de serviços quantas se fizerem necessárias, as quais, reger-se-ão pelas disposições estatuárias, bem como poderá realizar parcerias com pessoas físicas e organizações públicas ou privadas, a nível nacional ou internacional;

Art. 9º - A ASSOCIAÇÃO DOS GUARDIÕES DAS SEMENTES CRIOULAS terá um regimento interno aprovado pela Assembleia Geral, que disciplinará o seu funcionamento.

Capítulo II – DOS ASSOCIADOS

Art.10º - A ASSOCIAÇÃO DOS GUARDIÕES DAS SEMENTES

CRIOULAS é constituída por número indeterminado de associados, distribuídos nas seguintes categorias:

1 - Fundador – São aqueles associados, pessoa física ou jurídica que participam da ata de fundação da associação.

2 - Efetivo – São aqueles associados, pessoa física ou jurídica, que estão em dia com suas obrigações e não fizeram parte da ata de fundação.

3 - Benemérito - São aqueles associados, pessoa física ou jurídica, que venham contribuir efetivamente com as finalidades da associação.

4 - Colaborador - São aqueles associados, pessoa física ou jurídica, que prestam trabalho voluntário, ou são usuários dos serviços que a ASCI oferece.

Parágrafo único: A admissão e a demissão dos associados é competência da Diretoria Executiva, que por sua vez submeterá a aprovação da Assembleia Geral.

Art. 11º - São Direitos dos associados fundadores e efetivos:

1 - Votar e ser votado para os cargos eletivos.

2 - Fazer parte da Assembleia Geral.

Art.12º - São deveres dos associados fundadores e efetivos:

1 - Cumprir as disposições estatutárias e regimentais.

2 - Deliberar sobre as decisões da Diretoria Executiva.

Art. 13º - Os associados não respondem, nem subsidiariamente, por encargos da ASCI.

Capítulo III – DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 14º - A ASSOCIAÇÃO DOS GUARDIÕES DAS SEMENTES CRIOULAS é administrada por:

1 - Assembleia Geral.

2 – Diretoria Executiva.

3 - Conselho Fiscal.

Parágrafo único - A ASSOCIAÇÃO não remunera os dirigentes que atuam na gestão executiva ou prestam a ela serviços específicos.

Art. 15º - A Assembleia Geral, órgão soberano da associação, se constitui dos associados fundadores e efetivos, em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Art. 16º - Compete a Assembleia Geral:

- 1 - Eleger e destituir a Diretoria Executiva e/ou Conselho Fiscal.
- 2 - Decidir sobre reformas do Estatuto, nos termos do artigo 40.
- 3 - Decidir sobre a extinção da associação, nos termos do artigo 41.
- 4- Decidir sobre conveniência de: alienar, transigir, hipotecar, permutar bens patrimoniais.
- 5 - Aprovar o Regimento Interno.
- 6 - Emitir Ordens Normativas para funcionamento interno da associação.
- 7 - Homologar a admissão e demissão de associados da ASSOCIAÇÃO DOS GUARDIÕES DAS SEMENTES CRIOLAS.

Art. 17º - A Assembleia Geral se realizará, ordinariamente, uma vez por ano para:

- 1 - Aprovar a proposta de programação anual, apresentada pela Diretoria Executiva.
- 2 - Apreciar o relatório anual da Diretoria Executiva.
- 3 - Discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo Conselho Fiscal.

Art. 18º - A Assembleia Geral se realizará, extraordinariamente, quando convocada:

1. Pela Diretoria Executiva.
2. Pelo Conselho Fiscal.
3. Por requerimento de 60% dos associados, quites com as obrigações sociais.

Art. 19º - A convocação da Assembleia Geral será feita por meio de Edital afixado na sede da associação, com antecedência mínima de 08 dias.

Parágrafo único - Qualquer Assembleia se instalará em primeira convocação com a maioria dos associados e, em segunda convocação, com qualquer número.

Art. 20º - A ASSOCIAÇÃO DE SEMENTES CRIOLAS adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes, a coibir a obtenção, de forma individual

ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios.

Art. 21º - A Diretoria Executiva será constituída, obrigatoriamente, por: Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Vice-secretário, Tesoureiro, Vice-Tesoureiro, Conselho Fiscal (três titulares e três suplentes), eleitos pela Assembleia Geral.

Art. 22º - A Diretoria Executiva se reunirá no mínimo uma vez a cada três meses.

Art. 23º - Compete ao Presidente:

1. Representar a ASSOCIAÇÃO DOS GUARDIÕES DAS SEMENTES CRIOLAS judicialmente e extra judicialmente.
2. Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno.
3. Presidir a reunião da Assembleia Geral.
4. Convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva.
5. Juntamente com outro dirigente ou procurador, sempre em dois, abrir e movimentar contas bancárias, emitir e endossar cheques, bem como aceitar e emitir títulos de crédito e a liberação da auditoria Pós Gestão.
6. Adquirir e alienar bens patrimoniais, contrair empréstimos e financiamentos, após a aprovação da Assembleia Geral, mediante parecer do Conselho Fiscal.
7. Assinar contrato, convênios, protocolo de intenções ou termos de parcerias.

Art. 24º - Compete ao Vice-Presidente:

1 - Substituir o Presidente em suas faltas ou impedimento.

2 - Assumir o mandato, em casos de vacância, até o término.

3 - Prestar, de modo geral, sua colaboração ao Presidente e participar de todas as reuniões e decisões da Diretoria

Art. 25º - Compete ao 1º Secretário:

1 - Substituir o presidente nos impedimentos do Vice- Presidente;

2 - Secretariar as reuniões, anotar as deliberações e decisões tomadas e lavrar as respectivas atas.

Art. 26º - Compete ao 2º Secretário:

1 - Substituir o secretário em seus impedimentos.

Art. 27º - Compete ao 1º Tesoureiro:

1 - Ter sob sua guarda e responsabilidade os valores e contas da Associação;

2 - Movimentar as finanças da Associação, juntamente com o presidente;

3 - Efetuar pagamentos mediante o visto do presidente.

Art. 28º - Compete ao 2º Tesoureiro:

1 - Substituir o 1º Tesoureiro em seus impedimentos.

Art. 29º - Compete ao Conselho Fiscal:

1 - Exercer constante fiscalização sobre as atividades da Associação;

2 - ar sobre possível aquisição de bens imóveis, e outros bens de expressivo valor;

3 - Examinar e emitir parecer sobre balancetes e balanço anual e a prestação de contas da Associação;

4 - Examinar documentos, livros e papéis que digam respeito à administração da Associação, bem como verificar a situação de caixa e valores em depósito;

5 - Convocar a Assembleia Geral quando ocorrerem motivos graves e urgentes.

Art. 30º - O Conselho Fiscal poderá, eventualmente, valer-se do serviço técnicos estranhos a Associação, para realizar trabalhos de auditoria, ocorrendo às despesas por conta da Associação.

§ 1º - Os mandatos da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal serão de 02 (dois) anos. Sendo possível uma reeleição.

§ 2º - O Presidente da Diretoria Executiva poderá criar e preencher outros cargos, quando o volume de atividades o exigir.

Art. 31º - Compete a Diretoria Executiva: -

1 - Elaborar e submeter à Assembleia Geral, proposta de planejamento anual.

2 - Executar a programação anual das atividades da associação.

3 - Elaborar e apresentar à Assembleia Geral, o relatório anual.

4 - Reunir-se com instituições, pública e privada, para uma mútua colaboração em atividades de interesse comum.

5 - Contratar e demitir empregados.

6 - Regulamentar as ordens normativas da Assembleia Geral e emitir ordens executivas, para disciplinar o funcionamento interno da associação.

7 - Apresentar relatório completo de auditoria, para a nova diretoria que venha a ser eleita, referente a sua gestão.

8 - Receber, avaliar, aprovar, ou não, proposta para admissão de novos associados efetivos, na entidade.

9 - Resolver todos os assuntos da Associação que não exijam convocação da Assembleia Geral;

10 - Admitir ou excluir associados;

11 - Reunir-se trimestralmente e sempre que necessário;

12 - Tomar decisões por maioria absoluta de seus membros;

13 - Sugerir tabelas de preços de produtos ou de serviços a serem prestados, para propor em Assembleia;

14 - Elaborar Regimento Interno que estabeleça as normas administrativas, programas e tarefas da organização de prestação de serviços e Assembleia Técnica;

15 - Submeter o Regimento Interno à apreciação e aprovação pela Assembleia Geral;

16 - Autorizar e dar poderes ao Presidente para em nome da Associação, contrair dívidas, empréstimos ou financiamentos, penhorar ou alienar móveis da Associação;

Art. 32º - O Conselho Fiscal é um órgão de administração da ASCI com o objetivo de assessorar e aconselhar a Diretoria Executiva, visando preservar a filosofia e as finalidades da associação.

Art. 33º - O Conselho Fiscal será constituído por três membros efetivos e três membros suplentes, eleitos em Assembleia Geral com mandato de dois anos.

§ 1º - O Conselho Fiscal se reunirá: Ordinariamente, a cada três meses, e na posse da Diretoria Executiva. Extraordinariamente, sempre que for convocado por quaisquer dos demais órgãos administrativos da ASCI.

§ 2º - A primeira reunião do Conselho Fiscal será denominada Sessão Solene, presidida pelo Presidente da Diretoria Executiva para posse do conselho. Após, os conselheiros efetivos decidirão sobre a composição da mesa diretora, por aclamação, composta por um Presidente e um Secretário, devendo ser renovada, ano após ano, no mandato.

§ 3º - Na ausência do Presidente, compete ao Secretário presidir a reunião. Entre os conselheiros presentes será indicado um representante para secretariar a reunião.

Art. 34º - Compete ao Conselho Fiscal:

1 - Examinar os livros de escrituração da associação.

2 - Opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores.

3 - Requisitar ao Presidente, a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela associação.

4 - Contratar e acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes.

5 - Convocar extraordinariamente a Assembleia Geral.

Capítulo IV – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 35º - Os recursos necessários a sustentabilidade da ASCI serão obtidos por:

1 - Termos de parceria, convênios, contratos, firmados com o poder público, para financiamento dos projetos sociais na sua área de atuação.

2 - Contratos firmados com empresas e agências nacionais e internacionais.

3 - Doações, legados e heranças.

4 - Rendimento de aplicações de seus ativos financeiros e outros pertinentes ao patrimônio sob a sua administração.

5 - Contribuições dos associados.

6 - Recebimentos de direitos autorais, etc.

Capítulo V – DO PATRIMÔNIO

Art.36º - O patrimônio da ASCI será constituída por bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, ações e títulos da dívida pública.

Art.37º - No caso de dissolução da associação o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei 9.790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social.

Art.38º - Na hipótese da associação obter e, posteriormente perder a qualificação instituída pela Lei 9.790/99, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos público durante o período em questão, será contabilmente apurado e transferido a outra pessoa jurídica qualificada pela Lei 9.790/99, preferencialmente, de mesmo objetivo social.

Capítulo VI – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art.39º - A prestação de contas da associação observará no mínimo:

1 - Os princípios fundamentais preconizados pela Norma Brasileira da Contabilidade.

2 - A publicidade por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, do relatório das atividades e demonstrações financeiras, incluindo certidões negativas de débitos junto ao INSS e FGTS, colocando-os a disposição de qualquer cidadão.

3 - A realização de auditoria, inclusive por auditores independentes, se for o caso, pela aplicação dos eventuais recursos, objeto do Termo Parceria, previsto em regulamento.

4 - A prestação de contas dos recursos e bens recebidos cuja origem seja do poder público, será feita conforme determina o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal.

Capítulo VII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.40º - A ASCI será extinta por decisão da Assembleia Geral, em reunião Extraordinária especialmente convocada, quando se tornar impossível continuar as atividades.

Art.41º - O presente Estatuto estabelece para a destituição do(s) dirigente(s) que ocupam cargos eletivos ou da ASCI, bem como a reforma estatutária, ocorrerá a qualquer tempo, por voto concorde em 1^a convocação de 2/3 dos associados presentes na Assembleia Geral especialmente convocada, ou em 2^a convocação com a maioria absoluta dos associados.

§ 1º O presente Estatuto entra em vigor na data de seu registro em cartório.

Art.42º - Os casos omissos se resolverão na Diretoria Executiva, referendados em Assembleia Geral.

Ibarama/RS, 22 de agosto de 2008.

Presidente

Mario Jaci Raminelli

CPF: 250911660/68

Secretário

Jaci Ferreira Prestes

CPF: 397766970/20

BRASÍLIA, 18 DE MARÇO DE 2015.

MOÇÃO DE REPÚDIO DOS POVOS INDÍGENAS, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS E AGRICULTORES FAMILIARES AOS SETORES EMPRESARIAIS ENVOLVIDOS NA ELABORAÇÃO E TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI QUE VENDE E DESTRÓI A BIODIVERSIDADE NACIONAL

Os Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e os Agricultores Familiares do Brasil, representados por suas entidades e organizações parceiras abaixo assinadas, vêm manifestar sua perplexidade e repudiar formalmente a postura dos setores empresariais interessados na aprovação do Projeto de Lei n.o 7.735/2014 (atual PLC n.o 02/2015), observada tanto na fase de elaboração da referida proposição legislativa como durante o processo legislativo em curso.

De início, registramos que estamos plenamente cientes de que a exclusão dos Povos e Comunidades acima mencionados do processo de elaboração do PL n.o 7.735/2014, que os afeta diretamente, consistiu em decisão consciente e deliberada do Governo Federal em conjunto com a denominada “Coalizão Empresarial pela Biodiversidade”. Por certo, trata-se de ato que configura o rompimento na relação de confiança entre detentores de conhecimento tradicional e usuários, além de violar frontalmente a Convenção n.o 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Convenção da Diversidade Biológica (CDB), o Tratado Internacional dos Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura/FAO (TIRFAA) e a Constituição Federal.

Tal fato, reconhecido pelo próprio Governo, resultou em grave desequilíbrio no conteúdo do Projeto de Lei em questão. Além de anistiar as irregularidades e violações históricas e excluir qualquer fiscalização do Poder Público sobre as atividades de acesso e exploração econômica, o PL n.o 7.735/2014 viola direitos já consagrados na legislação brasileira e em Tratados internacionais ratificados pelo Brasil, o que pode ser claramente verificado nos seguintes pontos principais:

(1) Em relação ao acesso ao patrimônio genético e aos conhecimentos tradicionais:

- a. Deixa de prever e inviabiliza a negativa de consentimento prévio dos povos e comunidades tradicionais;
- b. Flexibiliza a comprovação do consentimento livre, prévio e informado, em detrimento da proteção de conhecimentos coletivos;
- c. Dispensa o consentimento livre, prévio e informado, para o acesso ao patrimônio genético e conhecimento tradicional associado relacionado à alimentação e agricultura; e

d. Permite que empresas nacionais e internacionais acessem e explorem, sem controle e fiscalização, o patrimônio genético brasileiro e os conhecimentos tradicionais associados, permitindo, por exemplo, o acesso de empresas estrangeiras a bancos de sementes.

(2) No que tange à repartição de benefícios:

- a. Prevê que apenas produtos acabados serão objeto de repartição de benefícios, excluindo os produtos intermediários;
- b. Restringe a repartição de benefícios aos casos em que o patrimônio genético ou conhecimento tradicional for qualificado como elemento principal de agregação de valor ao produto;
- c. Isenta de repartição de benefícios todos os inúmeros casos de acessos realizados anteriormente ao ano de 2000, e mantém explorações econômicas até hoje;
- d. Condiciona a repartição de benefícios apenas aos produtos previstos em Lista de Classificação a ser elaborada em ato conjunto por seis Ministérios;
- e. Estabelece teto, ao invés de base, para o valor a ser pago a título de repartição de benefícios;
- f. Deixa a critério exclusivo das empresas nacionais e internacionais a escolha da modalidade de repartição de benefícios nos casos de acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional de origem não identificável;
- g. Isenta microempresas, empresas de pequeno porte e micro empreendedores individuais de repartir benefícios; e
- h. Exclui de repartição de benefícios a exploração econômica do patrimônio genético e do conhecimento tradicional associado relacionado à alimentação e agricultura.

(3) No que se refere às definições:

- a. Substitui o termo “povos” por “população” ao tratar de povos indígenas;
- b. Substitui o termo “agricultor familiar” por “agricultor tradicional”, em afronta à Lei 11.326/2006, descaracterizando e inviabilizando a diversidade das identidades da agricultura camponesa no País, detentora de patrimônio genético e de conhecimento tradicional, bem como o seu potencial produtivo;
- c. Descaracteriza a definição de “sementes crioulas” contida na Lei n.º 10.711/2003;
- d. Deixa de prever que o atestado de regularidade de acesso seja prévio e com debates participativos sobre seus termos ao início das atividades; e

- e. Enfim, adotou conceitos à revelia dos detentores dos conhecimentos tradicionais.

Ao tomar conhecimento do conteúdo do referido Projeto de Lei, o que ocorreu somente após o seu ingresso na Câmara dos Deputados em regime de urgência constitucional, as entidades representativas dos Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares passaram a exigir alterações em seu texto, visando garantir seus direitos, já contemplados pela legislação pátria e que agora se encontram sob ameaça. Contudo, ao invés de obterem o apoio dos setores empresariais envolvidos, como seria de se esperar dos usuários de conhecimentos tradicionais, encontraram óbices intransponíveis advindos da própria “Coalização Empresarial pela Biodiversidade”, que lançou mão de forte “lobby” junto a parlamentares para impedir a efetivação das modificações propostas. Para piorar, as entidades acabam de ser informadas de que a referida Coalização apresentou três emendas ao Projeto de Lei em questão, todas tendentes a beneficiá-la, em detrimento dos detentores de conhecimentos tradicionais.

Tais atitudes inviabilizam a construção de uma agenda que poderia ser positiva, com equilíbrio entre provedores e usuários, e colocam em dúvida as supostas políticas de responsabilidade socioambiental dessas empresas, uma vez que, na prática, ao incidir na elaboração do atual texto do projeto de lei sem a participação de representações dos povos e comunidades, o setor empresarial trabalha pela redução dos direitos dos detentores de conhecimentos tradicionais, o primeiro elo de suas cadeias produtivas, não medindo esforços para obter a maximização de seus lucros, em detrimento da proteção da biodiversidade brasileira e dos conhecimentos tradicionais associados.

Diante desse cenário, os Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares demandam uma completa mudança de postura dos referidos setores empresariais, com o comprometimento de reverter o cenário acima denunciado, mediante esforço coletivo para correção dos graves equívocos contidos no Projeto de Lei n.o 7.735/2014, de forma a assegurar o respeito e a efetivação dos seus direitos legal e constitucionalmente garantidos.

Tal iniciativa é de fundamental importância para assegurar que a nova legislação cumpra o objetivo publicamente disseminado de assegurar segurança jurídica aos processos. A eventual manutenção do atual texto do Projeto de Lei N.o 7.735/2014 ensejará repúdio pelos detentores de conhecimentos tradicionais, inclusive na esfera judicial e também mediante esclarecimentos públicos sobre a absoluta falta de compromisso das empresas envolvidas com a responsabilidade socioambiental, para o que reafirmamos nossa determinação de continuar unidos, mobilizados e dispostos a manter-nos em permanente luta na defesa de justiça e de nossos direitos.

Assinam a presente carta:

Articulação dos Fundos e Fechos de Pastos Articulação dos Povos e Organizações

Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo – APOINME Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste – ARPINSUDESTE Articulação dos Povos Indígenas do Sul – ARPINSUL Articulação Pacari de Plantas medicinais do Cerrado Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais do Norte de Minas Associação Cedro – Centro de Estudos e Discussões Romani Associação Nacional Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu – ACBANTU Associação das Comunidades dos Índios Tapeba de Caucaia – ACITA Associação das Mulheres Organizadas do Vale do Jequitinhonha Associação de Comunidades da Diáspora Africana por Direito à Alimentação Associação de Mulheres Catadoras de Mangabas, Associação dos Agricultores Guardiões da Agrobiodiversidade de Tenente Portela – AGABIO, Associação dos Pomeranos de Pancas Associação dos Retireiros do Araguaia – ARA, Associação dos Trabalhadores Assalariados Rurais de Minas Gerais – ADERE/MG, Associação Floresta Protegida (Mebengôkre/Kayapó) Associação Nacional Ciganas Calins, Associação de Preservação da Cultura Cigana, Associação Nacional da Agricultura Campesina Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Apanhadoras de flores Sempre-vivas Comissão Guarany Ivyrupa Comitê Chico Mendes – CCN Conselho do Povo Terena Conselho dos Povos Indígenas de Mato Grosso do Sul Conselho Indigenista Missionário – CIMI Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS Coordenação das Organizações e Povos Indígenas do Ceará – COPICE Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ Coordenação Nacional de Comunidades Caiçaras Grande Assembleia do Povo Guarani – Aty Guasu Movimento dos Aprendizes da Sabedoria (Benzedores e Benzedeiras, Parteiras, e Costureiras de Rendidura) Movimento das Catadoras de Mangaba Movimento de Mulheres Camponesas – MMC Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais – MPP Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Paraná – MOPEAR Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST Movimento Geraízero Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB, Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneiras Rede Kodya (Povos de Terreiro) Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais Sociedade Civil da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT Via Campesina.

ENTIDADES QUE APOIAM

AS-PTA, Articulação de Agroecologia da Bahia, Articulação do Semiárido – ASA Brasil, Articulação Mineira de Agroecologia – AMA, Articulação Nacional de Agroecologia – ANA, Associação Agroecológica TIJUPÁ Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica Associação Brasileira de Agroecologia Associação Brasileira de Antropologia – ABA Associação Brasileira de Estudantes de Engenharia Florestal – ABEEF Associação Brasileira de Saúde Coletiva – ABRASCO Associação de Agricultura Biodinâmica do Sul, Movimento Nacional dos Pescadores – Monape, Rede Caiçara de Cultura, Agricultura Familiar e Agroecologia Amigos da Terra Brasil, Associação dos Trabalhadores Assalariados Rurais de Minas Gerais – ADERE/MG Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural – AGAPAN Associação para a Pequena Agricultura no Tocantins – APA-TO Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia – AOPA, Bionatur Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida, CAPA Verê Central Nacional das Cooperativas de Assistência Técnica e Extensão Rural Centro Burnier Fé e Justiça (Cuiabá-MT) Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA-NM Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor de Santa Cruz do Sul – CAPA Centro de Desenvolvimento Tecnológico Sabiá Centro de Tecnologia Alternativa - CTA Centro de Tecnologias Alternativas da Zona Da Mata Centro dos Trabalhadores da Amazônia – CTA Centro Ecológico Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Comissão Pastoral da Terra, Regional MT - CPT MT Cooperativa Coppabacs – AL Cooperativa Grande Sertão Costeiros Marinhos – CONFREM Entidade Nacional dos Estudantes de Biologia FASE – Solidariedade e Educação Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil – FEAB Fórum Brasileiro de Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional Fórum Mato-Grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento – FORMAD Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos Grupo Carta de Belém Grupo de Trabalho Amazônico – GTA Grupo de Trabalho Biodiversidade / ANA Ingá/RS Instituto GAIA Instituto Socioambiental – ISA Levante Popular da Juventude Memorial Chico Mendes Movimento Urbano de Agroecologia – MUDA Núcleo Amigos da Terra Brasil Núcleo de Cultura e Extensão – PTECA/ESALQ-USP, Rede brota cerrado de cultura e agroecologia Rede Cerrado Rede de Agrobiodiversidade do Semiárido Mineiro Rede de Comercialização Solidária – Rede Xique-Xique Rede Eco Vida de Agroecologia, Núcleo de Pesquisa de Nutrição em Produção de Refeições, da Universidade Federal de Santa Catarina – NUPPRE Plataforma de Direitos Humanos – Dhesc Brasil Rede Ater Nordeste, Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (Sasop) Sociedade Brasileira de Etnobiobiologia e Etnoecologia – SBEE Terra de Direitos, União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária Via Campesina Sudamerica.